

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Arthur Fonseca Mesquita

**RELAÇÃO ENTRE MORADIA E MEIO AMBIENTE EM NOVAS OCUPAÇÕES
URBANAS DE BELO HORIZONTE:
O caso das vilas Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela e
Paulo Freire**

Belo Horizonte

2019

Arthur Fonseca Mesquita

**RELAÇÃO ENTRE MORADIA E MEIO AMBIENTE EM NOVAS OCUPAÇÕES
URBANAS DE BELO HORIZONTE:
O caso das vilas Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela e
Paulo Freire**

Projeto apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Orientadora: Carolina Portugal Gonçalves da Motta

Belo Horizonte

2019

M582r Mesquita, Arthur Fonseca.
Relação entre moradia e meio ambiente em novas ocupações urbanas de Belo Horizonte [manuscrito] : O caso das vilas Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela e Paulo Freire / Arthur Fonseca Mesquita. – 2019.
[17], 158f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2019.

Orientadora: Carolina Portugal Gonçalves da Motta

Bibliografia: f. 142-160

1. Política habitacional – Belo Horizonte (MG). 2. População de baixa renda – Belo Horizonte (MG). 3. Política urbana – Belo Horizonte (MG). 4. Habitação popular – Sustentabilidade – Belo Horizonte (MG). I. Motta, Carolina Portugal Gonçalves da. II. Título.

CDU 333.32(815.11)

Arthur Fonseca Mesquita

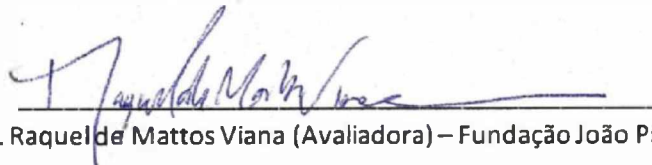
Relação entre moradia e meio ambiente em novas ocupações urbanas: o caso das vilas Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela e Paulo Freire

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial de obtenção do título de bacharel em Administração Pública

Aprovado na Banca Examinadora



Prof. Carolina Portugal Gonçalves da Motta (Orientadora) – Fundação João Pinheiro



Prof. Raquel de Mattos Viana (Avaliadora) – Fundação João Pinheiro



Prof. Priscilla de Souza da Costa Pereira (Avaliadora) – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 21 de novembro de 2019

Dedico este trabalho a todas e todos que se dedicam a um desenvolvimento que não exclua nenhum cidadão nem a natureza e a todas e todos os cidadãos brasileiros que não têm uma casa para chamar de lar.

AGRADECIMENTOS

À minha família, principalmente aos meus pais, Glaucia e Antenor, e às minhas avós, Astéria e Yolanda, por todo o amor e dedicação aos quais serei eternamente grato.

À Maíra, por todo apoio, carinho e por ter compartilhado comigo muitos momentos especiais da minha trajetória.

À minha orientadora Carolina, por toda paciência, auxílio, dedicação e ensinamentos nesse projeto.

A todos os meus amigos, em especial Camila, Carol, Maria Thereza, Michel, Rayanne, Melissa, Bruna, Julia, Marcela, Lara, Pedro e Thiago, por todas as vivências, aprendizados e companheirismo.

A todas e todos os funcionários da SEMAD, em especial ao meu tutor Guilherme, por todo o suporte, disposição e ensinamentos.

A todas e todos os funcionários que passaram pela Fundação João Pinheiro, que tornaram esse período tão especial em minha vida.

A todas e todos os professores que já tive na vida, no Núcleo da Criança, Colégio Santa Marcelina, Colégio Santo Agostinho, Colégio Bernoulli, UFMG e Fundação João Pinheiro, por toda a sensibilidade e conhecimentos transmitidos que me permitiram ser quem sou hoje.

O pensamento cresce, cresce e toma conta de toda a nossa cabeça e nosso coração. Vive em nossos olhos e em tudo que é pedaço da vida da gente.

(José Mauro de Vasconcelos em *Meu Pé de Laranja Lima*)

RESUMO

O presente trabalho analisará a relação entre a moradia, com foco em novas ocupações urbanas surgidas em Belo Horizonte, e o meio ambiente. Tem-se que a dinâmica de urbanização e imobiliária nas metrópoles tem criado um conflito entre a população de baixa renda e áreas de preservação ambiental, porque os vazios existentes nas cidades para instalação de novas moradias são cada vez mais distantes dos centros ou são locais que têm sua ocupação vedada por lei, muitas vezes, por fatores ambientais. Assim, o trabalho tem como objetivo geral analisar como se dá a preservação ambiental no planejamento e na ocupação informal de áreas urbanas em grandes metrópoles, com foco em Belo Horizonte. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica de diversas temáticas relacionadas a urbanismo e sustentabilidade, incorporando aspectos legais e teóricos, além de um estudo do caso do Parque das Ocupações do Barreiro, em Belo Horizonte, que é uma conurbação de seis ocupações que circundam uma área de preservação de mata ciliar. Para estudar a relação entre o meio ambiente e as ocupações, foram realizadas entrevistas com militantes de movimentos sociais ligados à luta pela terra, moradores do Parque das Ocupações do Barreiro e gestores da Prefeitura de Belo Horizonte. Por fim, o trabalho visa mostrar perspectivas de como, apesar do conflito que se coloca atualmente, a conciliação entre meio urbano e meio ambiente pode ser articulada tanto pelo poder público quanto pelos cidadãos.

Palavras-chave: Ocupações urbanas; Parque das Ocupações do Barreiro; Belo Horizonte; Sustentabilidade; Moradia.

ABSTRACT

This paper will analyze the relationship between housing, with a focus on new urban occupations emerging in Belo Horizonte, and the environment. The dynamics of urbanization and real estate in the metropolises have created a conflict between the low-income population and areas of environmental preservation because the existing voids in cities for the installation of new housing are increasingly distant from the centers or are places that their occupation is prohibited by law, often by environmental factors. Therefore, this paper aims to analyze how environmental preservation occurs in the planning and informal occupation of urban areas in large metropolises, focusing on Belo Horizonte. To this end, a bibliographic research of several themes related to urbanism and sustainability was performed, incorporating legal and theoretical aspects, besides a case study of the Barreiro Occupations Park, in Belo Horizonte, which is a conurbation of six occupations that surround an area. preservation of riparian forest. To study the relationship between the environment and the occupations, interviews were conducted with militants from social movements linked to the struggle for land, residents of the Barreiro Occupations Park and managers of the Belo Horizonte City Hall. Finally, the paper aims to show perspectives on how, despite the current conflict, the conciliation between urban and environment can be articulated by both the public power and the citizens.

Keywords: Urban occupations; Barreiro Occupations Park; Belo Horizonte; Sustainability; Home.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa das ocupações em relação a Belo Horizonte.....	74
Figura 2- Mapa do Parque das Ocupações do Barreiro.....	75
Figura 3- Mapa das ocupações do Parque.....	76
Figura 4 - Zoneamento na área do Parque das Ocupações do Barreiro – 2017.....	77
Figura 5 - Ocupação Nelson Mandela.....	88
Figura 6 - Ocupação Paulo Freire.....	91
Figura 7- Horta existente na creche comunitária da ocupação Eliana Silva.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Déficit habitacional por situação do domicílio e déficit habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados - 2015.....	23
Tabela 2- Déficit Habitacional na faixa até seis salários mínimos: distribuição entre componentes – 2010	25
Tabela 3 – Evolução da população de Belo Horizonte – 1940/1980.....	30
Tabela 4 - População Residente em Belo Horizonte por Região Administrativa – 1991 - 1996.....	62
Tabela 5 – Situação demográfica geral na Regional Barreiro, 2000 - 2010.....	62
Tabela 6 – Situação domiciliar geral na Regional Barreiro, 2000 - 2010.....	64
Tabela 7 - Número de imóveis irregulares por região – 2010	66
Tabela 8 – Área verde por região administrativa e unidade de planejamento em Belo Horizonte - 1994	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição do déficit habitacional, por situação do domicílio, segundo regiões geográficas – Brasil - 2015.....	24
Gráfico 2 – População das Vilas em Belo Horizonte, por Região Administrativa – 1993 - 2004.....	65
Gráfico 3 – Áreas De Interesse Ambiental Por Região Administrativa (em %) – 2004.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Quadro comparativo entre as ocupações do Parque das Ocupações do Barreiro	73
Quadro 2- Relação dos Entrevistados.....	96

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Aeis – Área de Especial Interesse Social

APP - Área de Preservação Permanente

CDI – Companhia de Distritos Industriais

Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais

Codemig – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

COHAB-MG - Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais

Copasa - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

FJP - Fundação João Pinheiro

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

NPGAU - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

OPH – Orçamento Participativo da Habitação

PCPs - Países Capitalistas Periféricos

PFlex – Projeto Flexibilizado

PGE – Plano Global Específico

PLHIS – Plano Local de Interesse Social

PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental

PRJ - Departamento de Projetos

PRU – Plano de Regularização Urbanística

PUC – Pontifícia Universidade Católica

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Urbel - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

ZE - Zona Especial

Zeis - Zona de Especial Interesse Social

ZPAM - Zona de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	A QUESTÃO DA MORADIA E A METRÓPOLE.....	20
2.1	A importância da moradia.....	20
2.2	A moradia na metrópole, com foco para a baixa renda	22
3	CIDADES SUSTENTÁVEIS.....	36
3.1	Moradia nas metrópoles e a questão ambiental	38
3.2	Metrópole e sustentabilidade	43
4	LEGISLAÇÃO URBANA E AMBIENTAL.....	48
4.1	Legislação Urbana.....	48
4.2	Legislação Ambiental.....	51
5	OCUPAÇÕES URBANAS EM BELO HORIZONTE NA REGIÃO DO BARREIRO	57
5.1	Histórico, Meio Ambiente, Habitação e Demografia da Regional Barreiro.....	57
5.2	Ocupações na Região do Barreiro.....	71
5.2.1	Camilo Torres.....	77
5.2.2	Irmã Dorothy.....	81
5.2.3	Eliana Silva.....	82
5.2.4	Nelson Mandela.....	87
5.2.5	Paulo Freire.....	90
6	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	94
6.1	Percepção dos entrevistados oriundos da academia, liderança e morador das ocupações	96
6.2	Percepção institucional (Prefeitura de Belo Horizonte) sobre as ocupações.....	128
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
	REFERÊNCIAS.....	155
	APÊNDICE A - Dados sobre assentamentos de interesse social.....	161
	APÊNDICE B – Ocupações urbanas em Belo Horizonte a partir de 2000.....	162
	Anexo A – Mapa de afluentes do Rio das Velhas em Belo Horizonte, Contagem e Sabará.....	163
	Anexo B – Mapa do Parque das Ocupações do Barreiro – 2017.....	164

Anexo C – Principais propostas do Grupo Indisciplinar para o Parque das Ocupações do Barreiro – 2017.....	165
Anexo D – Mapa de reciclagem e coleta de resíduos próximos ao Parque das Ocupações do Barreiro.....	166
Anexo E - Mapeamento de hortas realizado pelo Grupo Indisciplinar para a ocupação Eliana Silva – 2017.....	167
Anexo F - Mapeamento de hortas realizado pelo Grupo Indisciplinar para a ocupação Paulo Freire - 2017.....	168

1 INTRODUÇÃO

A moradia é, hoje, um direito universal do ser humano, tendo sua importância reconhecida por uma série de países. No entanto, ela vai muito além dessa tardia garantia, de modo que é uma das instituições humanas mais antigas, necessária ao pleno desenvolvimento de nossa espécie pelo mundo e presente em uma série de sociedades distintas espacial e temporalmente, sendo, portanto, sua existência, uma condição essencial para o homem.

Séculos de progressão e uma série de antecedentes finalmente resultaram na Emenda Constitucional nº 26, que alterou a redação do artigo 6º da Constituição Federal de 1988, incluindo o direito à moradia como um direito social da população brasileira, juntamente à educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Porém, trinta e um anos depois dessa garantia, uma parte considerável de cidadãos brasileiros ainda não possuem condições de moradia adequadas e vivem em situação precária.

Nos países em desenvolvimento, a atuação do mercado imobiliário promove uma constante valorização de áreas que proporcionam melhores condições de habitação e áreas de potencial expansão urbana, de forma que os preços dos imóveis e dos aluguéis se elevam de acordo com a expansão urbana e especulação imobiliária. Com isso, num contexto urbano caracterizado por essa lógica do mercado imobiliário, a população urbana é recorrentemente obrigada a ocupar novos espaços, terrenos que o mercado não disputa por determinadas razões.

Dessa forma, uma das opções é ocupar áreas distantes dos centros urbanos, que possuem preços mais baixos no mercado. No entanto, isso implica em prejuízos para essa população, pois, além de não usufruírem da estrutura presente nas áreas mais urbanizadas, ela também fica sujeita muitas vezes a casas precárias e instáveis, sem sistema de saneamento básico bem estruturado, por exemplo, além de fatores como aumento no tempo de deslocamento, menor propensão ao lazer e à prática de atividades físicas, maior propensão a doenças, etc.

Outra opção para a população de baixa renda, segundo Rocha (2018), são fundos de vale e talwegues¹, ou outras áreas resguardadas pela legislação por suas características ambientais, que, portanto, são vedadas à construção imobiliária formal e legal. Juntamente a esse contexto, o Art. 225 da Constituição Federal de 1988 expõe que todos os cidadãos brasileiros “[...] têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Somado a isso, vem se fortalecendo dentro do urbanismo o conceito de cidades sustentáveis, o qual propõe cidades compactas, com presença de áreas verdes, de forma que valoriza a fusão entre urbano e meio ambiente, o que se torna complexo no caso brasileiro devido ao processo de urbanização desordenado que ocorreu e permanece ocorrendo em muitas cidades brasileiras.

Diante disso, por um lado tem-se essa demanda de grupos específicos que defendem a preservação ambiental, um direito que beneficia a sociedade como um todo, e, de outro, a demanda por moradia pela população de baixa renda, sendo esse um direito fundamental garantido pela Constituição Federal. Conforme já mencionado, o mercado imobiliário, principalmente em centros urbanos como Belo Horizonte, atua, de um lado, expandindo a mancha urbana e construindo imóveis em todos os espaços possíveis que estejam próximos aos centros das cidades e, de outro, valorizando economicamente áreas já urbanizadas ou de potencial expansão, restringindo o acesso da população de baixa renda a ambas. Esse movimento promove uma periferização de assentamentos informais, de modo que novas favelas e ocupações urbanas, por exemplo, enfrentam o desafio de onde se instalar, buscando muitas vezes áreas distantes da cidade e da estrutura já consolidada e também terrenos públicos ou privados que estão desocupados – por serem, alguns desses, definidos como Zonas de Preservação Ambiental (ZPAMs), as quais têm sua ocupação vedada por legislação municipal.

Toda essa situação expõe o conflito que se desenvolveu entre o direito à preservação do meio ambiente e o direito à moradia, duas garantias

¹ Talvegue é a linha de maior profundidade no leito de um rio (depressão ou fundo de vale).

legais que, inicialmente, não são excludentes, mas que, devido a todo o contexto, entram em choque no Brasil. Esse conflito é um desafio cotidiano das ocupações Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela e Paulo Freire, que estão muito próximas geograficamente e circundam uma área de preservação de mata ciliar na cidade de Belo Horizonte, o que justifica sua escolha para o estudo de caso realizado.

Desse modo, o presente trabalho se propõe a responder a seguinte pergunta: como a preservação ambiental é trabalhada pelos movimentos sociais de luta por moradia em novas ocupações urbanas, diante do dilema entre preservação ambiental e o direito à moradia no Brasil?

Assim, o trabalho tem como objetivo geral analisar como se dá a preservação ambiental no planejamento e na ocupação informal de áreas urbanas, em grandes metrópoles e, para que isso seja alcançado, os objetivos específicos são:

- 1) Compreender a importância da moradia para os cidadãos e os malefícios que são gerados para aqueles que têm habitações precárias e inadequadas;
- 2) Contextualizar o atrito existente entre ocupações urbanas e meio ambiente no Brasil, baseado em conceitos de sustentabilidade, urbanização e dinâmica imobiliária;
- 3) Analisar a evolução da legislação referente ao direito à moradia e ao direito ao meio ambiente;
- 4) Verificar como foi o processo de planejamento das ocupações Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela e Paulo Freire²;
- 5) Analisar como se dá a pauta ambiental no âmbito das ocupações Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela e Paulo Freire;
- 6) Realizar entrevistas com organizadores e moradores de ocupações recentes em Belo Horizonte para entender como a preservação ambiental é pensada por esses atores;

² Essas cinco ocupações, juntamente à ocupação Horta, formam o Parque das Ocupações do Barreiro. Vale destacar que a Horta, no entanto, não foi analisada no presente trabalho, visto que o Movimento de Luta Entre Bairros, Vilas e Favelas (MLB) não possui uma participação tão intensa na ocupação, além de que ela é mais recente, de modo que não foram encontrados muitos dados a respeito de sua estrutura e história.

- 7) Realizar entrevistas com representantes do poder público municipal para entender a percepção desses atores sobre o conflito entre moradia e meio ambiente.

O presente trabalho é composto por sete capítulos, incluindo a seção introdutória, primeiro capítulo. A segunda seção se destina a contextualizar a questão da moradia nas metrópoles, com foco para os cidadãos de baixa renda, enquanto a terceira aborda a proposta de cidades sustentáveis e aspectos relacionados à sustentabilidade. O quarto capítulo trata dos instrumentos normativos e sua evolução relacionados à legislação urbana e ambiental³. O quinto se destina a traçar um histórico da Regional Barreiro e das ocupações do Parque, além de contextualizar um panorama geral da regional com base em um Plano Diretor da Regional Barreiro elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte em 2013. O sexto capítulo trata de entrevistas realizadas com representantes dos movimentos sociais de luta por moradia, moradores de ocupações urbanas em Belo Horizonte, representantes do poder público e suas respectivas análises. Por fim, o último capítulo refere-se às considerações finais.

³ Vale ressaltar que o Novo Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei 11.181/19) não foi analisado no presente trabalho, visto que foi aprovado apenas em agosto de 2019 e entrará em vigor apenas em fevereiro de 2020.

2 A QUESTÃO DA MORADIA E A METRÓPOLE

Este capítulo aborda a questão da importância das moradias nas metrópoles, com foco em cidadãos de baixa renda e em Belo Horizonte, contemplando aspectos históricos de desenvolvimento da cidade e também dados referentes ao déficit habitacional.

2.1 A importância da moradia

Em primeiro lugar, faz-se mister ressaltar o significado da moradia não apenas como direito do ser humano, mas também como condição essencial para que ele possa realizar-se em diversos sentidos ao longo de sua existência. Quanto à historicidade da moradia, é válido afirmar que “sempre existiu e sempre existirá necessidade do ser humano quanto à moradia adequada e digna.” (SOUZA, 2015, p. 84). É importante a percepção de que a habitação humana é um processo histórico com muitos antecedentes e tendências, de forma que deve ser compreendido de acordo com o contexto envolvido em cada tempo e lugar para que sua evolução seja bem entendida.

Segundo Souza (2015), a questão habitacional é um problema social do indivíduo e da sociedade e está intimamente ligada ao direito à vida. O abandono do nomadismo por grande parte dos seres humanos foi resultado da percepção de que alojar-se em um local fixo propiciaria melhores condições para continuidade e desenvolvimento sociocultural e econômico. A habitação é o elemento básico que propicia a estruturação de comunidades sedentárias, de modo que, a partir dela, uma ampla gama de relações sociais, econômicas e culturais desenvolve-se. Uma moradia digna possui espaço e condições satisfatórias de saneamento, custos econômicos adequados aos seus habitantes e uma localização que permita acesso a instituições como escolas, creches, hospitais, espaços de lazer, entre outros. Tudo isso proporciona não apenas conforto e lazer, como também melhoria na saúde e educação, por exemplo, traduzindo-se, de maneira geral, em uma melhor qualidade de vida.

Diante disso, segundo Polanyi (2000), em um contexto de sociedade de mercado, mercadorias são definidas empiricamente como objetos produzidos para a venda no mercado. Porém, em relação a terra, que é um elemento essencial para o sistema econômico, esse postulado é irreal. Apesar

de a terra ser organizada em mercados, ela não se encaixa na definição empírica de mercadoria, portanto, pois se refere à natureza, um elemento que não é produzido pelo homem. Diante desse contexto, ao estruturar mercados e estipular preços para a terra, um elemento essencial do ser humano é abalado, ao passo que a dinâmica urbana cada vez mais presente nas cidades atua de modo a restringir, muitas vezes, o acesso adequado da população, principalmente de baixa renda, não somente ao ente físico da casa, mas também da habitação, de forma que muitos indivíduos são excluídos do acesso a políticas e serviços públicos. Além disso,

Enquanto a ocupação urbana se derrama sobre o espaço regional, as 'dimensões sociopolítica e cultural intrínsecas à polis' são negadas ao espaço metropolitano periférico que se configura como lugar de moradia da população de renda mais baixa. Sob este aspecto, a consolidação do espaço urbano como produto, cuja produção é determinada pela lógica da produção industrial, expressa a primazia do valor de troca sobre o valor de uso, materializando o acesso à cidade como privilégio de alguns. (SORAGGI, 2012, p. 34)

Assim, as cidades ou polis apresentam configurações espaciais diversas, de modo que a população de baixa renda tende a residir em locais distantes das áreas mais centrais, as quais concentram mais serviços e melhor infraestrutura. As cidades, segundo Martucci (1990), seriam uma dimensão macro das estruturas modernas, de modo que, em uma dimensão micro, elas seriam as habitações. Além disso, Martucci (1990) distingue os termos casa, moradia e habitação. O primeiro se refere ao ente físico que contém espaços internos e externos, podendo ser apropriado por um ocupante. No entanto, uma casa não se caracteriza como moradia até que incorpore elementos identificáveis no modo de vida ou hábitos de seus usuários, de forma que o mesmo ente físico pode ser transformado em diferentes moradias de acordo com os elementos subjetivos de seus ocupantes. Por fim, habitação significa o conjunto da casa e moradia integrados ao espaço urbano, ou seja, às cidades, de modo que essa relação remete a uma série de variáveis, como acesso a serviços públicos e privados de transporte, lazer, saúde, etc. Portanto, é importante ressaltar que a [...] habitação não se estende de modo democrático

a todo cidadão e sim aos grupos sociais que podem optar por viver em setores mais urbanizados” (BATT AUS; OLIVEIRA, 2016, p. 87).

Por outro lado, de acordo com Carvalho (2001), conforme citado por Rocha et al. (2018), a cidade é uma sobreposição de três camadas: infraestrutura, mesoestrutura e superestrutura. Apesar de independentes entre si, elas são indissociáveis, e resultam da interação do homem com um território previamente constituído. A *infraestrutura* se refere às características naturais do sítio no qual super e mesoestrutura se instalam, ou seja, a plataforma geológica. Ela dá suporte às cidades, englobando os diferentes tipos de solo e de cursos d’água, a dinâmica das águas da chuva e dos ventos, o relevo, a flora e a fauna locais, etc.

A *mesoestrutura* se trata de condições que proporcionam diretamente a instalação da superestrutura. Trata-se das movimentações e/ou contenções de terra realizadas para a construção de um edifício, ou para abertura de uma via, por exemplo. Além disso, engloba sistema de drenagem pluvial, de coleta de esgoto, de abastecimento de água, de energia elétrica, ou rede de iluminação pública. Portanto, essas ações estão submetidas às demandas e ao porte da superestrutura e condicionam seu funcionamento.

A *superestrutura* é a parte mais visível da cidade, ou seja, o conjunto de intervenções humanas finais, constituindo a totalidade de prédios e casas edificadas na cidade, sejam habitações, hospitais, escolas, lojas etc. A partir desse raciocínio, é identificado que a casa que será posteriormente morada e habitada integra-se a todas essas camadas, que, no entanto, são interdependentes e complementares entre si.

2.2 A moradia na metrópole, com foco para a baixa renda

A realidade é que hoje, no Brasil, existe um déficit habitacional, conforme poderá ser visualizado na tabela 1. Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP) (2013),

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções e que, por isso, devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar

forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 20)

Assim, a metodologia de cálculo do déficit habitacional, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), engloba quatro situações:

[...] domicílios precários (rústicos ou improvisados); situação de coabitação (famílias conviventes com intenção de se mudar ou residentes em cômodos); domicílios cujo valor do aluguel é superior a 30% da renda domiciliar total (excedente de aluguel); e domicílios alugados com mais de três habitantes utilizando o mesmo cômodo (adensamento excessivo). (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013, s.p.)

Contextualizando o déficit habitacional no Brasil, a maior quantidade absoluta de déficit habitacional está concentrada na região Sudeste, sendo que as três regiões metropolitanas com maior valor são, respectivamente, as de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A tabela 1, então, mostra essa situação, de forma que indica que o déficit habitacional da região Sudeste corresponde a quase 40% do déficit habitacional brasileiro.

Tabela 1 – Déficit habitacional por situação do domicílio e déficit habitacional relativo aos domicílios particulares permanentes e improvisados - 2015

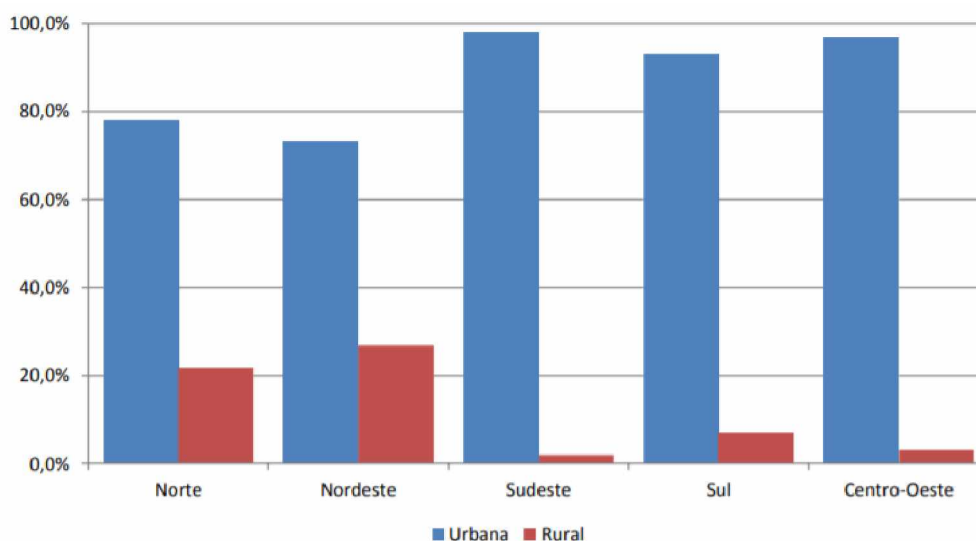
Especificação	Total	Urbana	Rural	Total Relativo
Sudeste	2.482.855	2.435.307	47.548	8,4
Minas Gerais	575.498	540.722	34.776	8,1
RM Belo Horizonte	158.839	158.396	443	9
Brasil	6.355.743	5.572.700	783.043	9,3
Total das RMs	1.829.941	1.811.542	18.400	8,9
Demais áreas	4.525.802	3.761.158	764.643	9,5

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018. Elaboração própria.

Além disso, como mostram a tabela 1 e o gráfico 1, o déficit habitacional brasileiro ocorre predominantemente no espaço urbano (87,7%). Na região Sudeste praticamente todo o déficit é urbano (98%). Na região

metropolitana de Belo Horizonte, 99,7% do déficit habitacional ocorre em espaço urbano, corroborando com a afirmativa anterior que a falta de moradia é um fenômeno urbano.

Gráfico 1 - Distribuição do déficit habitacional, por situação do domicílio, segundo regiões geográficas – Brasil - 2015



Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018. Elaboração própria.

Além disso, em 2010, também segundo estudo da Fundação João Pinheiro, 74,6% do total do déficit estava concentrado em famílias com renda de até seis salários mínimos no Brasil. Esse dado comprova que a falta de moradia também está intrinsecamente ligada a fatores econômicos, de forma que é um fenômeno mais comum nas camadas de renda mais baixa da população. Isso faz com que, como mostra a tabela 2, o ônus excessivo com aluguel seja a principal causa do Déficit Habitacional na população com renda até seis salários mínimos.

Tabela 2- Déficit Habitacional na faixa até seis salários mínimos: distribuição entre componentes – 2010

Abrangência	% em relação ao total do Déficit Habitacional			
	Domicílios precários	Coabitação	Ônus excessivo com aluguel	Adensamento excessivo de domicílios alugados
Brasil	22,30	33,85	36,90	6,95
Sudeste	7,47	31,73	50,80	10,00
Minas Gerais	8,31	39,27	47,00	5,42
BH	2,53	40,70	50,58	6,19

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2015. Elaboração própria.

Sendo assim, verifica-se que o déficit habitacional ocorre predominantemente no espaço urbano e, além disso, no caso do Brasil, a região Sudeste, apesar de ser apenas a 4ª região com a menor relação entre déficit habitacional e domicílios particulares permanentes e improvisados segundo a Fundação João Pinheiro (2015), atrás das regiões Norte (12,6%), Nordeste (11,0%) e Centro-Oeste (10%), ainda é a região geográfica brasileira que possui o maior número absoluto de déficit, devido à sua expressiva população. Além disso, os mais afetados por esse problema habitacional são os cidadãos com a renda mais baixa, que sofrem principalmente com os preços cada vez maiores de aluguéis nas regiões metropolitanas.

Dessa forma, verifica-se a dificuldade de acesso dos cidadãos de baixa renda ao espaço urbano, de modo que, muitas vezes, a infraestrutura disponível para eles são terrenos de baixo interesse imobiliário, que costumeiramente possuem algum risco ambiental, altos custos para instalações seguras, grande distância do perímetro urbano e dos serviços consolidados, entre outras razões. Isso resulta em uma carência também na mesoestrutura, de forma que as características dos terrenos citadas ocasionam a ausência ou baixa disponibilidade de sistemas de coleta de esgoto, abastecimento de água, iluminação pública, entre outros. Diante de todos esses fatores, a solução encontrada por parte da população de baixa renda para a falta de moradia é realizar assentamentos informais justamente nesses terrenos, resultando em domicílios muitas vezes inadequados, constituídos em espaços como vilas, favelas e ocupações urbanas, nas quais os moradores são responsáveis por construir a superestrutura sem possuírem os recursos financeiros necessários

para suprir as carências da infraestrutura e mesoestrutura para que tenham habitações seguras e dignas.

É importante salientar que “[...] diferentemente de outros assentamentos informais como vilas e favelas, as ocupações urbanas não se instalam em áreas de fundos de vale ou talwegues” (ROCHA et al., 2018, p. 52). Enquanto as primeiras se formam espontaneamente, as ocupações urbanas se estruturam de forma mais organizada na luta pela terra, com o apoio de diversas instituições que transcendem, assim, os próprios moradores. Essa diferenciação entre vilas, favelas e ocupações urbanas demonstra como a organização política e a gestão de terras, mesmo sem a presença do Estado, pode favorecer o surgimento de novas possibilidades para a urbanização do espaço. Segundo Silva (2011),

[...] As cidades dos países em desenvolvimento, especialmente as do Brasil, reproduzem um urbanismo de dispersão, porém, muito mais pela falta de previsão e planejamento, do que por alguma intenção ideológica, seja ela cultural, socioeconômica ou política – exceto em alguns casos particulares, como a construção de Brasília. A escassez de recursos para assentamentos de baixa renda torna o problema crônico, ao passo que não há planejamento, fiscalização ou contenção da dispersão urbana, as cidades tendem a se tornar cada vez mais caras, dependentes de mais infraestrutura, intensificando-se assim os problemas de mobilidade, coesão social, obsolescência de áreas centrais etc. (SILVA, 2011, p. 94)

Nos países em desenvolvimento, a atuação do mercado imobiliário é responsável por promover uma constante valorização de áreas que proporcionem melhores condições de habitação (o que é influenciado por diversos fatores como a infraestrutura urbana presente nos locais e também presença de serviços) e áreas de potencial expansão urbana, de forma que o preço dos imóveis e dos aluguéis eleva-se de acordo com a expansão urbana, obrigando recorrentemente a população de baixa renda a se deslocar e ocupar novos espaços.

Assim, num contexto urbano marcado pela lógica do mercado de terras, resta a esses moradores ocupar os terrenos que o mercado não disputa, ou seja, aquelas resguardadas pela legislação por suas características ambientais, na maior parte das vezes, os fundos de vale e os talwegues. (ROCHA et al., 2018, p. 52)

Dessa forma, também segundo Silva (2011), os efeitos do espalhamento urbano aumentam o comprometimento da renda das famílias, além de interferir na emissão de gases estufa e no custo de transporte, de modo a reduzir a qualidade de vida da população.

Além disso, “a dinâmica das transformações no solo urbano ocorre por indução, ainda que haja manifestações espontâneas de uso e ocupação através de atos irregulares enquanto soluções emergenciais decorrentes da primordialidade de se ‘viver no urbano’” (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016, p. 89). Portanto, esse fenômeno de periferação é um mecanismo da expansão urbana que, de acordo com Silva (2011), cria áreas que nem sequer são consideradas parte da cidade, devido a uma estigmatização de “ilegalidade” das periferias. Maricato (2000), conforme citada por Soraggi (2012), discute a configuração da “cidade ilegal”, caracterizada genericamente pelas “invasões de terras públicas e privadas e pela precariedade das condições de habitação, que cresce à revelia de planos, leis e políticas urbanas que dela não se ocupam” (SORAGGI, 2012, p. 35). Essa “cidade ilegal” é justamente as periferias metropolitanas, que se configuram, portanto,

[...] a partir da produção de loteamentos irregulares e/ou clandestinos e da autoconstrução de moradia é um “lugar fora das ideias”, onde a população excluída do mercado formal/legal de moradia “apela para seus próprios recursos e produz moradia como pode” (MARICATO, 2008, p.44 apud SORAGGI, 2012, p. 35)

Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (2019), é por meio da “autoconstrução” que uma parcela significativa da população soluciona o problema de provimento habitacional, com recursos próprios e mão de obra familiar, de vizinhos ou contratada, sem participação de arquitetos ou urbanistas. Maricato (2007), citada por Soraggi (2012), corrobora tal ideia, afirmando que o processo de autoconstrução é caracterizado pela construção da moradia independentemente de auxílio técnico e, na maioria das vezes, sem financiamento e sem respeito à legislação urbanística. Porém, ele

[...] foi central para o barateamento da força de trabalho nacional (o custo da moradia não estava incluído no salário) especialmente durante o período desenvolvimentista, quando a indústria fordista se instalou nos PCPs [países capitalistas periféricos] em busca de

seus mercados internos. Ela continua como aspecto central na globalização. Apesar de incluído no sistema produtivo capitalista, o trabalhador (parte da População Economicamente Ativa) é excluído do mercado residencial capitalista. (MARICATO, 2007, p. 60 apud SORAGGI, 2012, p. 35)

Apesar de todos os empecilhos, no entanto, as periferias vêm se espalhando no Brasil não apenas em grandes centros urbanos, como também em cidades médias e pequenas, de modo que esse processo segue

[...] vetores predeterminados ou não; contudo, esse evento pode estar vinculado à condição socioeconômica dos habitantes. Indubitavelmente, o termo periferia necessita ampla análise e merece um olhar cuidadoso enquanto fenômeno urbano. (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016, p. 89).

Como já dito, isso implica em uma série de malefícios para essa população, pois, além de não usufruírem da estrutura consolidada nas áreas mais urbanizadas, ela também tende a possuir casas precárias e instáveis, muitas vezes sem sistema de saneamento básico bem estruturado, além da presença de fatores negativos como um tempo maior do dia gasto em deslocamento, o que gera menor propensão ao lazer e à prática de atividades físicas, maior propensão a doenças, etc.

Segundo Frumklin (2001, p. 25), citado por Silva (2011, p. 73) “são necessárias pesquisas para esclarecer as complexas relações entre o uso do solo, o sistema de transporte e a saúde.”. De acordo com Silva (2011), é necessária a análise sobre quais

[...] abordagens de planejamento, desenho e construção urbana são os mais suscetíveis à redução da poluição do ar, do calor urbano, ao incentivo à atividade física, diminuir a morbidade e mortalidade automobilística, promover a saúde mental e o senso de comunidade. (SILVA, 2011, p. 73)

No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), segundo Soraggi (2012), sua constituição foi caracterizada pelo padrão de segregação socioespacial, reproduzindo, portanto, esse modelo centro-periferia “cujas bases foram estabelecidas na própria concepção da capital mineira a partir do plano urbanístico elaborado pelo engenheiro Aarão Reis” (SORAGGI, 2012, p. 29). Traçando um histórico da RMBH, de acordo com Mendonça

(2002), na década de 1940, iniciou-se o prenúncio da metropolização, no qual foram aplicados altos investimentos públicos. Nesse período, a ação do Estado se concentrou nas regiões ao norte e à oeste de Belo Horizonte.

As regiões ao sul e a leste da capital, inseridas no complexo ambiental do Quadrilátero Ferrífero, apresentam topografia bastante acidentada, o que desfavoreceu até finais do século XX a expansão metropolitana naquelas direções. (SORAGGI, 2012, p. 30)

A expansão da ocupação urbana no sentido oeste foi determinada pelo prolongamento da Avenida Amazonas e, em 1941, foi criada Cidade Industrial Juventino Dias, na época localizada no distrito de Betim, mas hoje no território de Contagem, de forma que sua localização foi favorecida pela articulação do sistema ferroviário, pela topografia amena e pela proximidade com o centro metropolitano. A criação da cidade industrial, conforme fala de Soraggi (2012), “demarca um dos instantes em que a capital se torna a Grande Belo Horizonte, ou seja, as funções da metrópole se expandem para além dos limites do município” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007, p. 345 apud SORAGGI, 2012, p. 30).

Em sequência, em 1948, o distrito de Contagem emancipou-se e tornou-se um município, como consequência direta da implantação da Cidade Industrial, “à qual se seguiu o parcelamento de amplas áreas tendo em vista a oferta de lotes para o operariado” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007, p. 328 apud SORAGGI, 2012, p. 30).

De acordo com Mendonça (2002), porém, as principais indústrias se instalaram na Cidade Industrial apenas na década de 1950, sendo que a maioria das firmas contava com capital estrangeiro. Costa (1994) afirma que a instalação dessas indústrias foi favorecida pela criação da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que solucionou a disponibilidade de energia elétrica na região. “Além dos investimentos públicos em energia, o Estado destinou recursos ao setor de transportes, ampliando a malha rodoviária de Minas Gerais, como opção destinada à expansão industrial e ao escoamento da produção” (SORAGGI, 2012, p. 31). Assim, o número de indústrias na Cidade Industrial passou de 10 em 1950 para 82 em 1960 que já estavam em operação, empregando 14.863 operários e constituindo-se a maior área industrial de Minas Gerais (COSTA, 1994).

Monte-Mór (1994) afirma que após 1950, Minas Gerais lançou as bases para uma nova etapa de industrialização substitutiva através dos investimentos em energia e infraestrutura de transportes, elementos decisivos para a “nova industrialização mineira” que, no entanto, consolidou-se apenas ao final do “milagre brasileiro”, na década de 1970. (SORAGGI, 2012, p. 32)

Com essa “nova industrialização mineira”, o crescimento demográfico intensificou-se na RMBH, de modo que ela recebeu 49,5% do incremento populacional do Estado e 32,9% do incremento urbano ao longo das décadas de 1970 e 1980 (MONTE-MÓR, 1994 apud SORAGGI, 2012). A tabela 3 revela a evolução demográfica ocorrida em Belo Horizonte durante 5 décadas, de forma que ela quase triplicou do início da década de 1960 até o final da década de 1980.

Tabela 3 – Evolução da população de Belo Horizonte – 1940/1980

ANO	POPULAÇÃO	%
1940	211.377,00	-
1950	352.724,00	67%
1960	693.328,00	96%
1970	1.235.030,00	78%
1980	1.780.855,00	44%

Fonte: Belo Horizonte, 2001. Elaboração própria.

Apesar disso, os investimentos públicos permaneceram concentrados em setores voltados para a produção para atender essas novas indústrias, como energia, telecomunicação e transportes, enquanto os setores voltados para a reprodução da população como saneamento e habitação, cada vez mais demandados, foram deixados em segundo plano.

Estudo da FJP aponta que os municípios metropolitanos de Ribeirão das Neves, ao norte de BH, e Betim, Ibirité, Igarapé e São Joaquim de Bicas, a oeste, caracterizam-se por abrigar alto número de imigrantes e ressalta que, “regra geral”, a população migrante “vale-se das vantagens oferecidas pelo mercado imobiliário ou pela desatenção do poder público no controle da ocupação desordenada do espaço urbano” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007, p. 399 apud SORAGGI, 2012, p. 32)

Em Betim, a ocupação por população migrante foi intensificada a partir da implantação da fábrica automobilística da FIAT, sendo que “a chegada de uma população esperançosa por emprego acabou por fixar no município um contingente de moradores de baixa qualificação e conseqüentemente de baixa renda” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007, p. 399 apud SORAGGI, 2012, p. 32). Segundo Soraggi (2012), a produção acelerada de moradias precárias e a conseqüente configuração das primeiras favelas na periferia industrial da RMBH foi a saída encontrada pela população de baixa renda, composta principalmente por operários da indústria, face à impossibilidade de acesso desses ao mercado imobiliário, muitas vezes devido a limitações financeiras. Todo o contingente populacional desses municípios e também migratório, portanto, que visava ocupar novos postos de trabalho nas indústrias, passou a ocupar áreas precárias e que, mesmo com todo esse movimento, ainda não foram reconhecidos como prioridade para o Estado.

Na década de 1970, segundo Soraggi (2012), municípios nos quais a expansão industrial imobiliária ocorreu intensamente, como Contagem e Betim, adotaram mecanismos de controle e regulação sobre o parcelamento de uso do solo, intensificando os loteamentos de caráter popular em espaços cada vez mais distantes, até mesmo em municípios onde esses mecanismos fossem mais abrangentes ou inexistissem, como Ribeirão das Neves (COSTA, 1994).

O sucesso dos loteamentos populares era garantido pelo baixo custo de produção e conseqüentemente do produto oferecido, o que ampliava significativamente o mercado consumidor, e por slogans que remetiam à independência do aluguel e à aquisição da propriedade privada. (SORAGGI, 2012, p. 33)

Na análise de Costa (1994), ao analisar-se os momentos determinantes que caracterizam a produção da habitação e do espaço urbano na RMBH, identifica-se uma trajetória que revela uma alternância entre momentos de expansão e momentos de retração/adensamento.

Os períodos de expansão econômica nas décadas de 1950 e 1970, por exemplo, marcados pela implantação de espaços industriais, acompanharam uma expansão da cidade e da metrópole por meio da prática do loteamento privado para fins residenciais. Por outro lado, em períodos de

menores investimentos na região metropolitana, como nas décadas de 60 e 80, ocorreu um crescimento espacial reduzido.

Além disso, Costa (1994) ressalta a ineficiência da atuação do setor público em solucionar problemas decorrentes da moradia periférica na RMBH, afirmando que a ausência de políticas habitacionais com resultados quantitativos expressivos condicionou o acesso à cidade ao mercado imobiliário, tanto em termos do produto oferecido quanto em termos de sua localização. Segundo a autora, o processo de expansão metropolitana realizado por meio de processos privados de parcelamento de uso do solo na primeira metade dos anos 70 pode ser tipificado em três produtos:

O primeiro corresponde aos loteamentos de recreio, do tipo “condomínio”, caracterizados por um tipo de urbanismo que enaltece o modismo da exclusividade e da segurança. O segundo corresponde ao padrão médio de loteamentos, que se localizam em áreas valorizadas, muitas vezes próximas de áreas já ocupadas, onde a rentabilidade é garantida. O terceiro corresponde aos chamados “loteamentos populares” destinados à população de baixa renda, nos quais o acesso à cidade é definido pelas condições de propriedade e de mecanismos particulares de obtenção da habitação (COSTA, 1994, p.60-61). A produção de loteamentos populares através do mercado imobiliário na periferia metropolitana de Belo Horizonte intensificou-se na segunda metade da década de 1970, como uma “versão capitalista periférica” do processo de suburbanização (Idem, p.62) – que em termos espaciais dão origem a bolsões dormitórios distribuídos segundo o preço da terra e concentrados em regiões específicas, como Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano. (SORAGGI, 2012, p. 35-36)

Desse modo, de acordo com Soraggi (2012), a ação do Estado sempre foi e permanece sendo determinante na configuração da periferia metropolitana belorizontina, desempenhando papel primordial em investimentos para estabelecer a infraestrutura necessária à expansão metropolitana e também para produção direta de moradia por meio de programas habitacionais.

A atuação do Estado favoreceu a estruturação de um mercado imobiliário restritivo e especulativo, definindo padrões diferenciados – e por vezes excludentes – de uso e ocupação do solo. Ao longo da consolidação da

expansão metropolitana, especialmente a partir da década de 1940, as intervenções do Estado subordinaram-se aos interesses deste mercado. Sob este aspecto, o preço dos terrenos foi decisivo ao processo de ocupação de Belo Horizonte e do espaço metropolitano. Naquele momento, a atividade imobiliária tornou-se um instrumento capaz de controlar e promover o acesso à cidades através da produção de loteamentos. (SORAGGI, 2012, p. 29)

O trabalho de Silva (2011) sobre o processo de produção de uma periferia precária no vetor norte da RMBH por meio da inserção de grandes conjuntos habitacionais produzidos pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG) na década de 1980, conforme citado por Soraggi (2012), também contribui para a compreensão da ação do poder público na configuração do espaço metropolitano periférico. Ao se analisar o crescimento urbano do distrito de São Benedito, no município de Santa Luzia, o autor demonstra que a atuação do Estado por meio das políticas públicas habitacionais nesse período veio legitimar o padrão periférico de produção do espaço urbano na Região Metropolitana de Belo Horizonte, “consolidando áreas socialmente homogêneas, distantes dos locais de trabalho (‘cidades dormitório’) e carentes de infraestrutura e serviços, além de promover um alto índice migratório para municípios sem condições de absorver tal acréscimo de população” (RESGALA, 2011, p. 150).

Segundo Costa (1994), Belo Horizonte transformou-se ao longo do tempo em uma metrópole periférica, caracterizada como um “espaço altamente diferenciado, estendido, fruto de um aumento significativo e constante de população e da área urbana” (SORAGGI, 2012, p. 29). Para Costa (1994), o crescimento espacial da metrópole belorizontina pode ser entendido por meio da compreensão de dois movimentos interligados:

[...] o primeiro caracteriza a expansão urbana que vai dos anos 50 até meados dos anos 70 e baseia-se no processo de industrialização e nas intervenções públicas estruturadoras da ocupação do espaço. O segundo movimento resulta da atuação do capital imobiliário, tendo como produto espaços diferenciados de reprodução, através da habitação. (COSTA, 1994, p. 56)

Para Abramo (2007), conforme citado por Soraggi (2012), a lógica da necessidade impulsionou o processo de ocupação popular de terras

urbanas desde o início do século XX, transformando-se, a partir do processo de urbanização intensificado nos anos 1950, na principal forma de acesso dos pobres ao solo urbano em muitos países latino-americanos. A análise do mercado informal de moradia, segundo o autor, especialmente nas periferias das grandes cidades latino-americanas, evidencia

[...] que o modelo de cidade formal modernista reproduzido pelas elites latino-americanas e estruturado sobre um conjunto de requisitos normativos contribuiu para a exclusão da população de baixa renda do mercado formal/legal de moradia, especialmente das famílias com rendimento inferior a 03 salários mínimos, induzindo a produção de moradia através da ocupação irregular e/ou clandestina (SORAGGI, 2012, p. 35)

O processo informal de produção da moradia, por meio da autoconstrução em terreno próprio ou em ocupações irregulares de terrenos públicos e/ou privados, continuou intensificando-se no espaço metropolitano periférico belorizontino nas décadas de 1980, 1990 e 2000, principalmente nas regiões a norte e a oeste (na qual está incluída a região do Barreiro) de Belo Horizonte. Na avaliação de Costa (1994), a produção ou obtenção de moradia por iniciativa dos cidadãos de baixa renda por meio de “formas [...] alternativas de acesso à moradia” resultam do sucateamento de opções oferecidas pelo Estado ou pela iniciativa privada. A ocupação destes espaços, segundo Soraggi (2012), é caracterizada pela produção de loteamentos populares por meio do mercado imobiliário, além de grandes conjuntos habitacionais produzidos pela COHAB-MG e de favelas constituídas a partir de parcelamentos irregulares e/ou clandestinos do solo e da autoconstrução.

Mendonça (2002), em relação às transformações recentes no espaço metropolitano periférico na RMBH, afirma que o quadro de segregação persiste, ressaltando que “Belo Horizonte se elitiza, uma vez que os segmentos superiores na hierarquia social se concentram em áreas cada vez mais restritas, as camadas médias se espriam ocupando as periferias imediatas à área central e os trabalhadores continuam sendo expulsos para as periferias cada vez mais distantes” (MENDONÇA, 2002, p. 29). Para Mendonça (2003),

[...] as alterações manifestas [na RMBH] não representam ruptura na organização socioespacial da região, mas, ao contrário, consolidam tendências expressas desde os

primórdios da formação metropolitana, sobressaindo-se o contínuo processo de periferização, nas direções norte e oeste, dos segmentos populares e operários e a concentração das categorias dirigentes e parte dos profissionais de nível superior na zona sul de Belo Horizonte, agora se expandindo, no eixo da BR-040, em direção ao Rio de Janeiro. (MENDONÇA, 2003, p. 147)

Portanto, Belo Horizonte é um exemplo de cidade na qual, ainda hoje, a dinâmica urbana, influenciada por fenômenos como expansão da mancha e também especulação imobiliária, por exemplo, periferizam a população de baixa renda. Apesar de modificações graduais nas áreas que são valorizadas, a distribuição espacial sempre foi relacionada à condição socioeconômica dos cidadãos, enquanto o poder público ainda não teve eficácia na alteração desse quadro, uma vez que o processo é complexo, envolvendo múltiplos atores e poderes.

3 CIDADES SUSTENTÁVEIS

Sustentabilidade é um termo que tem um significado multidimensional, de modo que ela possui aspectos econômicos, sociais e ambientais (Nascimento, 2012), como também institucionais. Do mesmo modo, as cidades sustentáveis devem promover desenvolvimento socialmente equitativo, aliado à preservação dos recursos ambientais, correto descarte de resíduos, otimização de recursos públicos, entre outros aspectos, de modo que a sustentabilidade só será alcançada se praticada de modo assíduo.

Como já dito, sustentabilidade ainda é um termo em construção, porém, segundo Acselrad (1999), faz-se importante a ideia de que não existe uma única forma social durável de apropriação e uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas, de modo que conceber o contrário “significa ignorar a diversidade de formas sociais de duração dos elementos da base material do desenvolvimento” (ACSELRAD, 1999).

Mas, ao contrário dos conceitos analíticos voltados para a explicação do real, a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva. Tal consideração nos remete a processos de legitimação/deslegitimação de práticas e atores sociais. Por um lado, se a sustentabilidade é vista como algo bom, desejável, consensual, a definição que prevalecer vai construir autoridade para que se discriminem, em seu nome, as boas práticas das ruins. Abre-se, portanto, uma luta simbólica pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade. E para isso faz-se necessário constituir uma audiência apropriada, um campo de interlocução eficiente onde se possa encontrar aprovação. Poder-se-á falar, assim, em nome dos (e para os) que querem a sobrevivência do planeta, das comunidades sustentáveis, da diversidade cultural etc. Em síntese: a luta em torno a tal representação exprime a disputa entre diferentes práticas e formas sociais que se pretendem compatíveis ou portadoras da sustentabilidade. (ACSELRAD, 1999)

Além disso, o autor traz a ideia de que as práticas sustentáveis devem ser comparadas entre dois momentos distintos: entre passado e presente, entre presente e futuro.

Como a comparação passado-presente, no horizonte do atual modelo de desenvolvimento, é expressiva do que se pretende insustentável, parte-se para a comparação presente-futuro. Dir-se-ão então sustentáveis as práticas que se pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável. (ACSELRAD, 1999)

Desse modo, destaca-se a noção de que é sustentável hoje o conjunto de práticas portadoras de características sustentáveis no futuro. Apesar de diferentes fatores comporem a sustentabilidade de uma cidade, neste trabalho será focada a questão ambiental das cidades, sobretudo relacionada à moradia, já que, em virtude da reduzida disponibilidade de terras nas grandes cidades como Belo Horizonte, os vazios urbanos possuem, em geral, algum tipo de restrição ambiental e são muitas vezes ocupados por pessoas de baixa renda, conforme é verificado na análise deste trabalho. Além disso, o tema possui ampla relação com conflitos socioambientais, visto a disputa por espaço nas metrópoles. A respeito disso:

Considerada a importância da luta simbólica, a emergência da questão ambiental será acompanhada por uma ecologização das justificações, ou seja, o argumento ambiental passará a integrar distintas 'ordens de justificação' que universalizam causas parcelares. Para autores como Thévenot e Lafaye, ao contrário de uma causa universal ecológica que se manifestaria através de atores particulares, como sugere com frequência o debate corrente, observa-se uma busca pela universalização de causas parcelares através de valores compartilháveis que tornam os atos justificáveis. Estas ordens de justificação constituem desde logo modos de passagem dos projetos emanados na perspectiva de determinados atores ao plano do 'interesse comum'. E é na esfera simbólica que desenvolve-se a disputa de legitimidade dos discursos que buscam afirmar suas respectivas capacidades potenciais de operar tal universalização. (ACSELRAD, 2004)

Desse modo, é importante, ao analisar o estudo de caso mais adiante, o raciocínio de que, de uma maneira complementar ao que uma parte da literatura e instrumentos sugerem, a pauta ambiental tem imperativos universais, porém, ao mesmo tempo, também existe essa busca pela universalização de causas parcelares, num universo micro. Exposto isso,

A Ecologia científica, o Estado e os demais atores sociais integram [...] uma luta classificatória pela representação

legítima da Natureza e pela distribuição de poder sobre os recursos territorializados, ora questionando o seu uso 'interessado', ora reivindicando o 'respeito aos equilíbrios naturais', ora evocando a natureza como reservatório de recursos, como cenário de distinção nobre, como paisagem de consumo estético ou espaço de reprodução de grupos socioculturais. Entre as diferentes estratégias discursivas adotadas, encontraremos referência a direitos de propriedade contra direitos de uso, a reprovação moral, a argumentação científica de riscos, a patologização de certas práticas, a apresentação de certos atores como capazes de melhor cuidar do equilíbrio ecológico. Assim, na relação entre o plano discursivo e o plano das práticas, a cada inflexão nas representações dominantes sobre o meio, mudará, conseqüentemente, o poder relativo dos atores no campo de forças onde configuram-se os conflitos ambientais. (ACSELRAD, 2004)

Assim, a sustentabilidade é multidimensional e está sujeita a disputas de poder de diversos atores, que influenciam “de fora pra dentro” e “de dentro pra fora”, com discursos e ações que impactam a todos nós de certa maneira. Desta forma, esta seção se deterá mais pormenorizadamente na análise da questão ambiental nas metrópoles.

3.1 Moradia nas metrópoles e a questão ambiental

Análises desenvolvidas pelo campo da ecologia política baseadas na concepção de produção social da natureza contribuem, segundo Lipietz (2002) citado por Denaldi e Ferrara (2018), “para construir uma abordagem integradora e intersetorial, ou seja, a humanidade e a natureza transformam-se mutuamente e, nesse sentido, é necessário questionar a oposição natureza e cultura” (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 2). Erik Swyngedouw (2009), citado por Denaldi e Ferrara (2018), aborda a indissociabilidade entre sociedade e natureza, debatendo o conceito de “socionatureza”, que tem um embasamento de que “[...] relações sociais operam metabolizando o meio ambiente ‘natural’, por meio do qual tanto a sociedade quanto a natureza são transformadas e novas formas socionaturais são produzidas” (SWYNGEDOUW, 2009, p. 102 apud DENALDI; FERRARA, 2018, p. 2). Contudo, para Swyngedouw e Heynen (2003), citados por Denaldi e Ferrara (2018), a recente literatura da ecologia política não priorizou o urbano como processo de mudança socioecológica,

sendo, portanto, necessário incorporar essa esfera no debate a respeito das origens de muitos problemas ambientais.

Da mesma forma, a literatura sobre aspectos técnicos de ambientes urbanos falha ao reconhecer a íntima relação entre antinomias do processo de urbanização capitalista e injustiças ambientais. De qualquer modo, não se pode mais negar que, durante o último século, temas “ambientais” têm sido centrais para a transformação urbana e da política urbana. Esse metabolismo urbano fica evidenciado a partir da favela e da sua urbanização. (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 2)

Assim, a respeito do tratamento de conflitos urbano-ambientais, segundo Denaldi e Ferrara (2018), não é hegemônica a ideia que relaciona a transformação da natureza com a produção do espaço no capitalismo e que compreende a dimensão ambiental meramente como proteção ambiental, de forma independente do contexto de desigualdade social, tanto entre os atores públicos quanto os privados.

Em relação à prática urbano-ambiental, portanto, “os problemas ambientais são indissociáveis das questões sociais e envolvem as dimensões econômica, política e cultural, perpassando diferentes escalas da produção e reprodução do espaço” (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 2). A partir dessa ideia, muitos dos questionamentos atuais se relacionam à temática de arquitetura e urbanismo referente à discussão entre cidades compactas e cidades difusas. Segundo Silva (2011), a forma de construção das cidades, sua densidade e suas dimensões são fatores que interferem na sustentabilidade urbanística de cada cidade, de modo que cada opção possui vantagens e desvantagens, “que devem ser avaliadas e mensuradas conforme a necessidade de se pensar e propor cidades menos insustentáveis” (SILVA, 2011, p. 74).

Segundo pesquisas desenvolvidas pelo autor, o espalhamento urbano apresenta custos em relação à saúde humana, além de aumento da morbidade e mortalidade. Esse modelo de expansão, característico de países em desenvolvimento, é segregador e “induz à perda de vidas humanas, o que por si já o caracterizaria como um sistema urbano desqualificado no aspecto mais importante: a preservação da vida” (SILVA, 2011, p. 75).

Diante disso, surge a proposta de cidades sustentáveis, uma abordagem de planejamento urbano focada em um “crescimento inteligente”,

que tem como pontos de destaque justamente um maior adensamento (compactação), um desenvolvimento de áreas com espaços verdes preservados, equilíbrio no transporte por meio de alternativas diversificadas de circulação, heterogeneidade arquitetônica, socioeconômica e racial, além de equilíbrio no desenvolvimento e investimento entre as áreas centrais e as periferias, com um planejamento regional mais efetivo e coordenado (SILVA, 2011).

Assim, em um contexto de escassez de moradias dignas à população de baixa renda, que se instalam em assentamentos precários como ocupações urbanas e favelas, a proposta de cidades sustentáveis se torna ainda mais complexa. Enquanto surgem preocupações com compactação e preenchimento de espaços vazios para reduzir os custos dos serviços públicos e privados, a população pobre é excluída do processo. Da mesma forma, assume importância um novo atrito entre as preocupações urbanas e ambientais, visto que, como já mencionado, muitas vezes surge como possibilidade para essa população instalar-se em áreas de preservação ambiental, elemento proposto pelo conceito de cidades sustentáveis e também garantido legalmente pelo inciso III⁴ do Art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Além disso, segundo Denaldi e Ferrara (2018), o fundamento do debate sobre a desigualdade ambiental das favelas e ocupações urbanas em relação aos demais espaços das cidades é a disputa pelo acesso à terra em um contexto de urbanização capitalista, no qual aspectos como a valorização imobiliária e a concentração da propriedade privada destacam-se juntamente a um histórico de produção e acesso desigual às infraestruturas. “A segregação socioespacial produzida pela dinâmica do mercado de terras, que prevalece sobre as normas jurídicas, engendra desigualdades ambientais” (ACSELRAD, 2009; MARICATO, 2010 apud DENALDI; FERRARA, 2018, p. 3).

Primeiramente, segundo Costa (2000), é importante salientar os momentos de surgimento das preocupações urbana e ambiental:

⁴ III - Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

No primeiro caso, [...] pode-se dizer que a tomada de consciência das questões tipicamente urbanas e a necessidade de intervir sobre elas surgem juntamente com a consolidação do capitalismo ocidental, em sua versão de concentração urbano-industrial iniciada na Europa e expandida para diferentes partes do mundo. Assim, há uma associação clara entre a generalização do processo de urbanização e a consolidação de um determinado projeto de modernidade. Nessa perspectiva, modelos urbanísticos, assim como o próprio planejamento urbano, são vistos como formas de manutenção e/ou de organização, em nível de espaço, dessa mesma modernidade. (COSTA, 2000, p. 58)

Enquanto isso, também, segundo a autora, a preocupação ambiental surgiu e ganhou força no bojo de um amplo conjunto de reações ao caráter massificante, predatório e opressor do desenvolvimento dos modos de produção capitalista e estatista, utilizando a distinção feita por Castells (1996), citado por Costa (2000), que passaram a caracterizar a implementação do projeto da modernidade.

Ao nascer de um questionamento geral ao projeto, a análise ambiental em suas diversas vertentes questiona também, necessariamente, o modelo de organização territorial associado àquele projeto, expresso nas diferentes formas assumidas pela urbanização contemporânea. (COSTA, 2000, p. 58)

Desse modo, Costa (2008), conforme citada por Denaldi e Ferrara (2018), afirma que as dificuldades e os impasses de uma ação urbana e ambiental articuladas se associam à origem dos planejamentos ambiental e urbano, que foram desenvolvidos a partir de racionalidades distintas. Enquanto o predomínio da racionalidade funcionalista do planejamento modernista, que percebia a natureza por uma ótica utilitarista e econômica foi predecessora da política urbana, a política ambiental, por outro lado, se fundamentou na dimensão simbólica da natureza e na necessidade de sua conservação, considerando a urbanização inerentemente destrutiva. Essas lógicas distintas foram incorporadas às respectivas políticas urbana e ambiental e, apesar da “convergência de olhares” relacionada com princípios de justiça social, participação e sustentabilidade, não se eliminaram os conflitos que surgiram entre a produção do espaço urbano e os interesses antagônicos sobre os objetos das políticas (DENALDI; FERRARA, 2018).

Além disso, Travassos e Silva (2008), citados por Denaldi e Ferrara (2018), apontam mais dois fatores que contribuíram para que as políticas urbanas e ambientais não produzissem resultados concretos positivos: a distância existente entre o discurso e a prática, e a “[...] incapacidade [do poder público] de conceber políticas públicas que levem em conta não somente o efeito – degradação ambiental, social e urbana –, mas também suas causas – as formas de produção do espaço urbano” (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 4). Em relação à justiça ambiental urbana e da democratização da cidade,

[...] urbanizar a favela considerando a dimensão ambiental assume, além do aspecto técnico e interdisciplinar, um significado político e social. Mesmo sendo possível identificar uma preocupação ambiental crescente nas urbanizações de favelas, há conflitos e tensões na articulação das agendas urbana e ambiental (MARTINS, 2006), o que aponta para a necessidade de dar continuidade a esse debate. (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 4)

Segundo Costa (2000), enquanto o modo de vida urbano-industrial, materialização espacial da modernidade capitalista, embora adaptado em cada local, espalhou-se praticamente por todo o mundo, várias das “velhas questões urbanas” — habitação, saneamento básico, controle do uso da terra, transporte coletivo etc. — tiveram seu escopo de análise redefinido, distinguindo o que hoje constitui problemas urbanos nas economias industrializadas e nos países em desenvolvimento. Além disso, segundo o argumento de Castells (1996), citado por Denaldi e Ferrara (2018), não há uma forma urbana/arquitetônica típica da era informacional, tal como ocorreu na relação entre o modernismo e a era industrial, mas, segundo Denaldi e Ferrara (2018), ainda prevalece a utilização do discurso ambiental pela sociedade, setores governamentais e judiciário, visando promover ou manter a segregação socioespacial consolidada e atender aos interesses do mercado imobiliário em detrimento do interesse social. A respeito disso,

A prática evidencia que a narrativa da defesa do meio ambiente efetiva-se de modo contraditório na implementação dos programas de urbanização de favelas, pois estes nem sempre garantem o pleno direito à moradia ou alcançam a qualidade ambiental e urbanística adequada. (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 4)

Portanto, em um contexto crítico de carências tanto no pleno exercício do direito à moradia por toda a população e também de falta de instrumentos capazes de assegurar a preservação adequada dos recursos naturais no Brasil, o discurso ambiental ainda é utilizado como prerrogativa para excluir ou até mesmo remover cidadãos de baixa renda de áreas centrais. Além disso, por outro lado, essa parcela da população ilegítima o zoneamento ambiental, visto que ocupa áreas definidas como de preservação, mesmo que sendo uma de suas restritas opções.

3.2 Metrópole e sustentabilidade

É no contexto supracitado que surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Costa (2000), o termo ainda carece de precisão e conteúdo, cabendo as mais variadas definições, mas, após o debate desencadeado por organismos internacionais, “houve um avanço significativo ao se afirmar que não há desenvolvimento que não seja sustentável” (COSTA, 2000, p. 62). Isso retoma Polanyi (2000), uma vez que o autor condena a opção de crescimento econômico a qualquer custo, principalmente aos elevados custos socioambientais, que caracterizam grande parte da expansão capitalista há séculos e, particularmente, o modelo de desenvolvimento brasileiro. Nesse contexto, “a noção de sustentabilidade ambiental corresponde a uma dimensão a ser incorporada à própria noção de desenvolvimento e não a um conceito fundamentalmente diferente do anterior” (COSTA, 2000, p. 62).

De acordo com a corrente do marxismo ecológico, que enfatiza a importância e a funcionalidade da conservação da natureza para o processo de acumulação capitalista na era informacional, Escobar (1996), conforme citado por Costa (2000), desenvolve uma ideia de capitalismo pós-moderno que tem como característica a conservação de uma natureza capitalizada. Desse modo,

[...] as plantações e florestas empresariais, os direitos de posse sobre terra e água, as espécies geneticamente produzidas e alteradas, a profissionalização e o treinamento do trabalho são alguns exemplos de capitalização da natureza e da vida humana, ou seja, das condições de produção. (COSTA, 2000, p. 63)

Silva (2011) questiona se, no caso brasileiro, optar por cidades compactas, diversas e mais coesas socioeconomicamente também pode trazer

à sociedade uma mudança na forma das relações de cidadania e participação social. Segundo ele, numa cidade dispersa, as diferenças socioeconômicas, raciais e culturais são ignoradas, muitas vezes, por não estarem presentes na realidade diária dos conjuntos urbanos e, principalmente, à realidade dos atores que controlam e determinam as políticas públicas e aplicação dos recursos na cidade. Enquanto isso, numa cidade densa, as diferenças devem ser avaliadas e traduzidas em prol do coletivo, uma vez que o adensamento espacial também iria expor uma série de problemas urbanos existentes nas cidades brasileiras. Nesse sentido, Costa (2000) afirma que o conceito de sustentabilidade também engloba tais aspectos, como autonomia e autodeterminação da comunidade, que têm importantes implicações em relação a propostas e estratégias, de forma que novas formas de gestão e o envolvimento da população perpassam tanto enfoques progressistas quanto conservadores.

Aparentemente, pode-se dizer que o conceito de desenvolvimento sustentável vem-se transformando num enorme “guarda-chuva”, capaz de abrigar uma variada gama de propostas/abordagens inovadoras, progressistas, ou que, pelo menos, caminhem na direção de maior justiça social, melhoria da qualidade de vida da população, ambientes mais dignos e saudáveis, compromisso com o futuro. (COSTA, 2000, p. 62)

Portanto, os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade propõem ações para reprodução e manutenção do capitalismo em nível global dado o alto nível de degradação já ocasionado pelo ser humano. Harvey (1996), conforme citado por Costa (2000), também argumenta que “todo este debate em torno de ecoescassez, limites naturais, superpopulação e sustentabilidade é um debate sobre a preservação de uma ordem social específica e não um debate acerca da preservação da natureza em si” (HARVEY, 1996, p. 148 apud COSTA, 2000, p. 63). Paradoxalmente, é em nome dessa mesma proposta que vários movimentos socioambientais vêm-se articulando e (re)conquistando espaços e identidades, reescrevendo, assim, o discurso dominante (COSTA, 2000).

No entanto, segundo Costa (2000), não é a urbanização de forma genérica que é vista como responsável pelos problemas detectados, mas sim um determinado padrão de urbanização de caráter extensivo, característico da

atuação do capital imobiliário e de uma determinada concepção de planejamento urbano.

Em segundo lugar, é pouco usual estarem todos esses problemas elencados com o mesmo grau de prioridade, a exemplo dos custos habitacionais e do comprometimento da biodiversidade, o que denota um esforço em abordar simultaneamente os espaços construídos e os não-construídos. Há também, ainda que timidamente, a preocupação com a perda da sociabilidade urbana, atributo raramente presente nas listagens dos problemas ambientais. (COSTA, 1999, p. 67)

Dessa maneira, compreendendo os interesses e atores envolvidos, entende-se que as cidades sustentáveis são uma proposta que se dispõe à manutenção do capitalismo e reorganização dos espaços urbanos, de modo que podem, limitadamente, alterar a dinâmica de algumas relações de poder atuais, mas não possuem um enfoque que seja capaz de alterar significativamente bases do capitalismo que ocasionaram em desigualdades sociais que propiciaram a situação existente hoje no Brasil de escassez de moradias dignas para uma parte da população.

Especula-se se a cidade ecologicamente sustentável possui uma forma espacial diferente da cidade econômica, social e politicamente viável (Breheny, 1992; p.8), ao mesmo tempo que são propostas políticas de contenção do espraiamento espacial, de adensamento junto a pontos de transporte coletivo, de incentivo a usos mistos e desencorajamento a cidades-dormitório ou núcleos de comércio e serviços que dependam exclusivamente do automóvel. Alguns autores enfatizam ainda a importância das áreas de fronteiras urbanas, de periferias, na discussão sobre as cidades sustentáveis, por serem pontos de encontro entre espaços construídos e não-construídos. Há uma clara conexão entre questões associadas a consumo de energia, forma urbana e transportes em torno das quais grande parte do debate sobre sustentabilidade urbana se organiza. Numa perspectiva mais ampla, ainda segundo Breheny (1992; p.11), pode-se atribuir a esse debate recente o mérito de reunir questões urbanas e regionais, até então compartimentadas. (COSTA, 2000, p. 65)

Portanto, as cidades compactas se tornam uma materialização da proposta de sustentabilidade urbana no contexto europeu. A proposta, segundo Costa (2000), foi endossada e divulgada por um trabalho da Comissão das

Comunidades Europeias, visando a adoção, nos países europeus, de cidades compactas de alta densidade, baseando-se no argumento de que elas são ambientalmente desejáveis, pois reduzem deslocamentos e custos, além de aumentar a eficiência na utilização de recursos energéticos e de transportes, promovendo assim uma melhor qualidade de vida para os cidadãos. Propõe-se, dessa forma, a contenção da expansão urbana extensiva e a volta dos usos mistos nas cidades, de tal forma que novos empreendimentos aconteçam dentro dos limites urbanos existentes, trazendo também a ideia de que isso incentivaria um meio urbano inovador, rico em termos culturais e de lazer. Tudo isso tem como pressuposto, portanto, que uma forma urbana compacta produz maior sustentabilidade, sendo o modelo de organização espacial adequado à essa nova era do capitalismo, sendo capaz de lidar com os novos desafios presentes na atualidade.

Segundo Costa (2000), as experiências de planejamento contemporâneo, no Brasil, têm progressivamente incorporado parâmetros tidos como ambientais em suas propostas e projetos, buscando adequar-se à perspectiva sustentável, embora não adotem necessariamente um discurso homogêneo sobre meio ambiente ou desenvolvimento sustentável.

Em Belo Horizonte, de acordo com Costa, o processo de elaboração do Plano Diretor e Lei de Uso e ocupação do Solo que vigorou no início deste século adotou um conceito abrangente de meio ambiente urbano, de forma que os elementos do quadro natural representaram um forte condicionante às propostas de ocupação do solo. Também em relação a Belo Horizonte,

Embora não de forma explícita, o conceito de capacidade de suporte pode ser identificado nos diversos estudos acerca de cada uma das áreas da cidade e sua capacidade futura de adensamento. Estudos sobre insolação, ventilação e conservação de energia foram importantes elementos definidores do potencial construtivo dos lotes. Da mesma forma, parâmetros de permeabilidade do solo foram adotados na tentativa de contribuir para a regulação do fluxo das águas. O conceito de risco de forma abrangente também esteve presente, tanto nas discussões acerca de uso e ocupação do solo, quanto na priorização de áreas de atuação da política habitacional municipal. Na definição do macrozoneamento da cidade, também as diversas categorias de áreas de diretrizes especiais buscam abarcar as diferentes

situações que necessitam de intervenção e tratamento especial, em termos sociais, urbanísticos e ambientais, constituindo um valioso instrumento de proteção das partes (mais frágeis) da cidade ante a imperiosa lógica imobiliária das urbes brasileiras. (COSTA, 2000, p. 68)

Assim, as áreas das cidades que são constituídas por leitos de rios, córregos, lagoas e áreas limítrofes - bem como as nascentes – são tidos como áreas de preservação (tanto pela preservação de reservas aquíferas que podem ser necessárias ao consumo humano como para evitar catástrofes naturais em decorrência de enchentes). Já em relação às encostas, aquelas muito íngremes têm construção restrita, em virtude do perigo de deslizamento, entre outros fatores.

Aliados a elementos ambientais, existem outros aspectos necessários à discussão que são fundamentais para que se alcance um patamar razoável de sustentabilidade. São importantes os mecanismos de democratização da gestão do espaço urbano, conquistados muitas vezes a duras penas, aperfeiçoados pela prática, com destaque para os orçamentos participativos em Belo Horizonte, além de diversas instâncias de discussão, os conselhos, entre outros. Esses elementos concretizam conceitos desenvolvidos teoricamente, como os formulados por Peet e Watts (1996), que enfatizam o potencial libertário dos movimentos em torno de questões (socio)ambientais (COSTA, 2000).

4 LEGISLAÇÃO URBANA E AMBIENTAL

Nesta seção será trabalhada a questão da legislação voltada para a cidade e o meio ambiente.

4.1 Legislação Urbana

Entendida a importância do assentamento para o ser humano, compreendido em suas três dimensões citadas anteriormente, é válida uma análise em relação à consolidação jurídica do direito à moradia digna. Segundo Battaus e Oliveira (2016), com o Estado liberal, foram consolidados direitos que protegessem os cidadãos contra o Estado, como os direitos à vida, propriedade, liberdade e igualdade. Nesse contexto, segundo Saule Junior (1999), ideias como a não intervenção, a liberdade de iniciativa e de contrato eram favoráveis à classe burguesa e possuíam um caráter individualista, visto que não pretendia modificar a situação das classes sociais.

Posteriormente, também segundo Saule Junior (1999), correntes como a iluminista e jusnaturalista, além de lutas sociais das classes trabalhadora inspiradas em ideias socialistas e anarquistas, fundamentaram a positivação dos direitos civis e políticos. Desse modo, com o Estado social, a perspectiva mudou, de modo que o indivíduo não deveria ser defendido do Estado, mas sim protegido por ele, de forma que os Estados ampliaram suas competências para oferecer amparo às classes menos favorecidas após a Primeira Guerra Mundial. Esse contexto deu origem a direitos conhecidos como de segunda geração, ou seja, “pretensões dos indivíduos ou da coletividade perante o Estado” (SAULE JUNIOR, 1999), englobando direitos culturais, econômicos e sociais.

Nesse período, uma série de direitos humanos fundamentais se consolidaram com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, em 1948, englobou também o direito à habitação. Desde então, segundo Saule Junior (1999), uma série de Convenções e Declarações Internacionais foram realizadas, de forma que, em 1966, foram adotados pelas Nações Unidas os

Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fundamentados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esses pactos transformaram os cidadãos dos Estados Nacionais em sujeitos de direito internacional, adquirindo capacidade processual para proteção e implementação de seus direitos junto a organismos internacionais de proteção dos direitos humanos.

Além disso, o reconhecimento e proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais estão na base das Constituições democráticas modernas, como na própria Constituição Brasileira, além de integrarem a legislação positiva da maioria dos Estados contemporâneos (SAULE JUNIOR et al., 1999). Em relação ao direito à moradia especificamente, ele:

[...] não se confunde com o direito de propriedade, tampouco resulta no dever Estatal de dar um imóvel para todo aquele que não tem um teto. O mecanismo político, econômico e sociológico de preservação desse direito permanece na linha de um Estado que se nutre do capitalismo moderno e que assim merece se manter, mas em que, ao mesmo tempo, deve-se apaziguar as desigualdades sociais com normas de conteúdo programático que facilitem a moradia, seja através de normas legislativas ampliativas desse direito, bem como no regime de tratamento dos contratos de acesso à moradia, formas de execução e, ainda, no dever Estatal de se manter uma moradia adequada e digna. (SOUZA, 2015, p. 74)

Em 14 de fevereiro de 2000, a Emenda Constitucional nº 26 alterou a redação do artigo 6º da Constituição Federal de 1988, incluindo o direito à moradia como um direito social da população brasileira, juntamente à educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Além disso, estão presentes referências ao direito à moradia em outras normas do instrumento constitucional de 1988, como no inciso IV do Art. 7º, que se refere aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, versa que o salário mínimo deve ser “capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador, e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. Complementarmente, o usucapião urbano, instrumento de regularização fundiária com objetivo de assegurar o direito à moradia de cidadãos de renda mais baixa, baseado na função social da propriedade, é previsto na constituição, de modo que reconhece o direito à moradia como elemento

constitutivo para a aquisição do domínio de áreas urbanas, utilizadas por pessoas e famílias para fins de moradia. Além disso, segundo Battaus e Oliveira (2016),

[...] a expressão função social da propriedade é exposta em quatro ocasiões em nossa Constituição: artigos 5º, XXIII; 170, 182, § 2º; e 186, caput, enfatizando que a propriedade ‘não é mero direito privado, e sim uma instituição voltada ao cumprimento de uma função social’ (Bulos, 2010, p. 592). (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016, p. 94)

Também segundo as autoras, estão previstos mecanismos como a criação de alíquotas progressivas de IPTU no imóvel urbano que reiteram o compromisso com o cumprimento da função social da propriedade.

Segundo Battaus e Oliveira (2016), também a Lei federal nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, “[...] proclamou o subsídio às administrações públicas municipais, em todo o território brasileiro, para o enfrentamento das ‘mazelas urbanas’, por se tratar de um documento norteador da aplicabilidade de instrumentos urbanísticos eficazes.” (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016, p. 98). Na Lei, segundo os autores, nota-se o reflexo da diversidade de fenômenos existentes nas cidades brasileiras, sinalizados nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Para Júnior e Rolnik (2001):

As inovações contidas no Estatuto situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir – mais do que normatizar – as formas de uso e ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a ideia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal. (JÚNIOR; ROLNIK, 2001, p. 5)

A seção I do “Capítulo II – Dos Instrumentos da Política Urbana” do Estatuto, de acordo com Battaus e Oliveira (2016), direciona as escalas territoriais a que se propõem os instrumentos apontados pela Lei, tratando de planos de ordenação do território e de desenvolvimento nas esferas nacional, estadual e regional. O dispositivo também dá algumas providências em relação aos Planos Diretores Municipais, operações urbanas consorciadas e do usucapião especial de imóvel urbano, entre outros.

[...] estabelecem-se as intenções de planejamento territorial nas abrangências de regiões metropolitanas e outras formas de configuração regional propostas pela Constituição federal de 1988, bem como nos municípios. É oportuno refletir sobre a vulnerabilidade que, atualmente, essa organização territorial contemplada pela Lei possui diante de processos de urbanização dispersa, principalmente ao longo de eixos viários intermunicipais e interestaduais, o que tem resultado em novas centralidades. Por esse prisma, o enfoque dos planos e outros documentos que dispõem sobre o planejamento necessita de maior aprofundamento das realidades de que tratam, objetivando o controle de uso e ocupação de núcleos urbanizados em geral, quais sejam as escalas de abrangência. (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016, p. 99)

Portanto, o direito à moradia se integra ao ordenamento jurídico brasileiro como um direito fundamental, obrigando o Estado brasileiro a não regredir nesse problema público e a atuar de modo a garantir o exercício desse direito por seus cidadãos.

4.2 Legislação Ambiental

Por outro lado, após a 2ª Guerra Mundial, iniciou-se um processo de desenvolvimento de uma nova gama de direitos: os direitos de terceira geração. Esse novo conjunto de garantias fundamentais está muito ligado às ideias de fraternidade e solidariedade, de modo que surge uma nova vertente estatal:

[...] A terceira dimensão elucida a crescente de um novo tipo de direito e de uma nova vertente estatal: a inegável lógica de que alguns direitos não pertencem a indivíduos considerados em sua individualidade, mas à sociedade como um todo ou, ao menos, parte dela. Emergem as tutelas difusas e coletivas, objetivadas a proteger os direitos metaindividuais, como o meio ambiente, a qualidade de vida, o patrimônio cultural e histórico e as relações de consumo. (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016, p. 84)

Assim, é com essa nova dimensão de direitos que surge a demanda pela preservação do meio ambiente, de forma que o Código Florestal de 1965 (Lei nº 4.771/1965) foi criado nesse sentido e, juntamente à legislação complementar, permaneceram como as “principais referências para um padrão desejável de proteção ambiental, porém de difícil aplicação sobre o passivo

socioambiental das urbanizações brasileiras em geral, e em especial dos assentamentos precários” (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 9).

No entanto, o direito ao meio ambiente também refletiu-se na Constituição Federal de 1988 com o Art. 225, que expõe que todos os cidadãos brasileiros “[...] têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Esse artigo também traz algumas determinações ao poder público, dentre elas, segundo o inciso III do § 1º:

Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. (BRASIL, 1988)

Posteriormente, avanços relacionados com a produção e revisão dos marcos regulatórios da política urbana e ambiental abriram novos caminhos, de forma que, em 27 de agosto de 1996, foi promulgada a Lei Municipal nº 7.166 (Lei de Zoneamento), de Belo Horizonte, na qual o Capítulo 2 regulamenta o zoneamento na capital mineira, de modo que o Art. 5º estabelece as tipologias de zonas, dentre elas a Zona de Preservação Ambiental (ZPAM) e a Zona de Especial Interesse Social (Zeis).

As ZPAMs, segundo tal legislação, “são regiões que, por suas características e pela tipicidade da vegetação, destinam-se à preservação e à recuperação de ecossistemas”, visando propiciar a manutenção da fauna, evitar riscos geológicos e proteger nascentes e cabeceiras de cursos d’água. Por outro lado, as Zeis são definidas como:

[...] regiões edificadas, em que o Executivo tenha implantado conjuntos habitacionais de interesse social ou que tenham sido ocupadas de forma espontânea, nas quais há interesse público em ordenar a ocupação por meio de implantação de programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica. (BELO HORIZONTE, 2010)

Além disso, foi estabelecido o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que, segundo Denaldi e Ferrara (2018), foi o principal marco regulatório da política urbana, definindo a regularização fundiária como uma

questão de direito e prevendo as Zeiss como principal instrumento para promover urbanização e regularização fundiária.

Posteriormente, a Lei do Programa Minha Casa Minha Vida (nº 11.977/2009) tratou da Regularização Fundiária de Interesse Social, estabelecendo instrumentos para promovê-la, como a Demarcação Urbanística e a Legitimação de Posse, possibilitando que ações de regularização antes exclusivas do poder judiciário também fossem realizadas pelo poder executivo municipal.

A regularização fundiária de interesse social, quando em áreas ambientalmente protegidas, deve observar tanto as normas urbanas como os marcos regulatórios da política ambiental.

Com a edição ou revisão de marcos regulatórios, passa a ser adotado novo enfoque que reconhece as características socioambientais dos territórios e a irreversibilidade dos assentamentos ocupados por população de menor renda, e, ainda, admite a regularização fundiária de interesse social em áreas ambientalmente protegidas, vinculada a ações de melhoria e recuperação ambiental. (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 9)

Posteriormente, com a Lei Municipal nº 9.959, de 2010, que altera a Lei 7.166/96 (primeira versão do Plano Diretor de BH), foram acrescentados dois parágrafos nas normas de zoneamento de BH, de forma que o § 1º estabelece que “é vedada a ocupação do solo nas ZPAMs de propriedade pública, exceto por edificações destinadas, exclusivamente, ao seu serviço de apoio e manutenção” (BELO HORIZONTE, 2010).

Assim, enquanto a legislação prevê o zoneamento tanto de áreas de interesse social, como ocupações urbanas, quanto o zoneamento ambiental com fins de preservação. No entanto, conforme já mencionado, o mercado imobiliário, principalmente em centros urbanos como Belo Horizonte, possui uma dinâmica de expansão da mancha urbana que funciona de modo a construir imóveis em todos os espaços possíveis que próximos às áreas urbanizadas e também de valorização econômica de áreas de potencial expansão urbana, restringindo o acesso da população de baixa renda a ambas. Esse movimento promove uma periferização de assentamentos informais, de modo que novas favelas e ocupações urbanas enfrentam o desafio de onde se

instalar, sendo que a solução se torna, muitas vezes, ocupar áreas distantes dos centros das cidades e da estrutura já consolidada ou terrenos públicos ou privados que estão desocupados justamente por serem definidos como ZPAMs, descumprindo o § 1º da Lei Municipal nº 9959, que veda a ocupação dessas zonas.

Em 2017, a Lei nº 13465 (que regulamenta a regularização fundiária no Brasil e revoga a Lei nº 11.977/09 do programa Minha Casa Minha Vida) afirmou em seu Art. 64 a possibilidade de regularização fundiária ocupações urbanas localizadas em Áreas de Preservação Permanente⁵ (APPs), conforme já havia sido possibilitada na Lei nº 12.651/12, conhecida como “novo Código Florestal”, segundo Denaldi e Ferrara (2018). As autoras ressaltam que esse conteúdo já estava presente na Resolução Conama nº 369 de 2006, que aborda a autorização excepcional para promover a regularização de assentamentos precários do tipo favelas em Áreas de Preservação de corpos hídricos. Porém, segundo as autoras, tal Resolução não resultou em muitos efeitos na prática. Entretanto, a revisão dos marcos regulatórios brasileiros, segundo Denaldi e Ferrara (2018), ainda não desencadeou resultados expressivos. Como justificativa para esse cenário, têm-se

[...] as dificuldades de aplicação dos instrumentos, que estão relacionadas com a limitada capacidade institucional dos municípios, a falta de clareza de atribuições e competências de cada um dos entes envolvidos no licenciamento e a resistência das equipes dos órgãos ambientais que interpretam a lei de forma restritiva. Na prática, a possibilidade de admitir a regularização de interesse social em APPs indicada no novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) não é devidamente aceita, mesmo nos casos em que o diagnóstico ambiental comprova que poderia ser permitida. (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 10)

Segundo Denaldi e Ferrara (2018), a Lei Federal nº 11.977/2009 não é aplicada e, ao invés dela, são utilizadas Resoluções do Conama, que estabelecem faixas limites para a regularização em Áreas de Preservação

⁵ Segundo o Art. 3º, inc. II do atual Código Florestal, Lei nº12.651/12:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

Permanente mais restritivas. A falta de consenso entre o órgão licenciador e os municípios quanto às intervenções em APP é um obstáculo para promover a regularização e recuperação ambiental dos assentamentos.

Assim, segundo Denaldi e Ferrara (2018), é um desafio conciliar urbanização com a garantia do direito à moradia, com ganhos ambientais, juntamente a um contexto de consolidação de assentamentos em regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas, que muitas vezes se adensaram e se verticalizaram.

Ações como adequação de densidade e recuperação de áreas protegidas como as APPs, de forma geral, demandam promover um percentual alto de remoção e reassentamento, medida essa de grande impacto social e que requer disponibilidade de terra e recursos subsidiados para produção de novas moradias. [...] Mas essa alternativa é de difícil execução e, dependendo da solução proposta, pode aumentar as condições de vulnerabilidade socioeconômica das famílias. (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 13)

Somado a isso, existe o desafio de aplicar o arcabouço jurídico e institucional referente a políticas urbanas e ambientais, principalmente em relação à regularização fundiária.

Uma hipótese a ser comprovada é que os avanços relacionados com o aprimoramento do arcabouço jurídico e institucional do planejamento urbano e ambiental, assim como os referentes à reflexão conceitual, ainda não desencadearam, de forma significativa, uma nova práxis. [...] a referida 'convergência de olhares' não elimina os conflitos, que se agravam na operacionalização das políticas e programas. A perspectiva da ecologia política fornece elementos para problematizar a favela e a intervenção de urbanização de favela no quadro político, econômico e de relações implicadas na urbanização, para além da abordagem estrita das questões técnicas e normativas. Ou seja, é preciso considerar um quadro de relações que envolvem a produção do espaço desigual e a apropriação do espaço 'natural' em geral, e no espaço da favela. A explicitação dessas questões pode contribuir para o tratamento dos conflitos socioambientais e a construção de uma abordagem intersetorial conciliadora e que priorize a justiça social, sem a qual não será possível uma nova abordagem sobre o ambiente urbano. (DENALDI; FERRARA, 2018, p. 14)

Portanto, todos esses fatores constituem o presente conflito que se desenvolveu entre o direito à preservação do meio ambiente, um direito difuso

que traz uma série de benefícios e externalidade positivas para a sociedade como um todo, e o direito à moradia, um direito individual, mas que é tratado como fundamental por uma série de legislações, convenções e instrumentos nacionais e internacionais e, na prática, não está disponível da maneira adequada para todos os cidadãos brasileiros, ocasionando uma série de prejuízos à essa parcela deficitária da população.

A partir desses debates, na próxima seção se mostrará o panorama da região do Barreiro e das ocupações analisadas nesse estudo, que nasceram na ilegalidade e em áreas com alguma restrição ambiental, mas tendo como base a questão da moradia, enquanto um direito social.

5 OCUPAÇÕES URBANAS EM BELO HORIZONTE NA REGIÃO DO BARREIRO

A presente seção é dedicada a traçar um histórico da região do Barreiro, contemplando aspectos de sua formação e também um panorama da regional com dados mais recentes, por meio de um Diagnóstico realizado pela Secretaria de Política Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte em 2013, com foco em informações sobre demografia, habitação e meio ambiente. Além disso, serão tratadas separadamente cada uma das cinco ocupações do Parque das Ocupações do Barreiro trabalhadas, buscando explicar seus processos de formação e também trazer dados sobre suas respectivas infraestruturas e situação legal.

5.1 Histórico, Meio Ambiente, Habitação e Demografia da Regional Barreiro

O desenvolvimento inicial da região do Barreiro se deu devido ao surgimento de plantações criadas para abastecer a cidade de Belo Horizonte em um contexto no qual era necessário que os alimentos fossem produzidos próximos à cidade. Apesar da relativa distância da região ao centro da nova capital mineira, a região do Barreiro era vista como estratégica devido à existência de muitos cursos d'água e terras férteis em seu terreno, que poderiam abastecer a cidade após a expansão desta. Com isso, o governo do Estado de Minas Gerais adquiriu uma parte dos terrenos e criou a Colônia Agrícola do Barreiro. Com a finalidade de garantir o cultivo dessas terras, o governo revendeu-as a colonos, brasileiros e imigrantes, como italianos, portugueses e alemães, de forma que muitos desses estrangeiros vieram ao Brasil no final do século XIX e início do século XX visando ocupar postos em novos mercados de trabalho no Brasil. A antiga colônia do Barreiro foi extinta rapidamente devido à falta de investimentos do governo estadual, no entanto, seus moradores permaneceram no local produzindo produtos mesmo sem o apoio estatal, até que, em 1907, a Prefeitura da recente Belo Horizonte criou uma nova colônia agrícola, chamada de Vargem Grande, visando aproveitar os recursos naturais do local, o que atraiu novos habitantes à região. Como já dito,

os cursos d'água eram abundantes, sendo aproveitados para a irrigação das plantações e também para abastecer as propriedades.

Apesar da importância dos recursos naturais da região, as relações de seus habitantes com a população do centro da capital mineira eram restritas e ocorriam principalmente devido ao abastecimento de alimentos. A característica rural da área permaneceu ainda por muitos anos, até que, em 1948, a expansão da capital mineira alcançou o local.

Quando isso aconteceu, o local foi transformado em uma cidade satélite de Belo Horizonte, de modo que o prefeito da capital mineira planejou que a área fosse destinada à atividade rural devido à história e potencial natural do lugar, intensificando a produção agrícola. Porém, esse fato foi decisivo para iniciar a mudança da área, de forma que, ao norte da região, indústrias estavam sendo criadas, promovendo um povoamento da região e iniciando também o desenvolvimento de uma infraestrutura, de modo que casas e ruas passaram a ser construídas.

Os primeiros bairros a se urbanizarem, ou seja, a receberem casas e ruas, foram o Araguaia, o Barreiro de Cima, o Brasil Industrial, o Santa Helena e o Milionários. Eles estão situados mais ao norte, próximos às fábricas que se instalaram na região. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2008, p. 22)

Progressivamente, ruas, casas, postes e estradas expandiram-se sobre as antigas plantações, além de que a instalação de indústrias mais ao sul e a criação da Via do Minério impulsionaram a ocupação de novos bairros. Nesse período, também foi criada a Cidade Industrial em Contagem, na qual foi instalada um grande número de fábricas. Novas estradas e avenidas foram construídas, facilitando o acesso ao Barreiro e, pouco tempo depois da criação da cidade satélite, a região recebeu a siderúrgica Mannesmann, uma grande indústria que impulsionou o crescimento dos bairros vizinhos e sua urbanização.

Na década de 1960, a COHAB-MG construiu o Conjunto Habitacional Vale do Jatobá na região, de forma que o crescimento do número de habitantes da cidade de Belo Horizonte aumentava cada vez mais a demanda por moradia. Enquanto muitas construções eram realizadas em Belo Horizonte, a população pobre da cidade já enfrentava dificuldades para obter

uma casa própria regular, de modo que os conjuntos habitacionais visavam solucionar essa questão.

O Vale do Jatobá era um conjunto de pequenas casas, todas parecidas. Seus moradores pagavam por elas um preço bem menor do que por uma habitação comum e tinham facilidades. Aqueles que se mudaram para lá eram, em muitos casos, pessoas que haviam sido vítimas de enchentes ou moradores de favelas que foram removidas. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2008, p. 28)

Apesar do acesso à moradia, os habitantes do Vale do Jatobá ainda enfrentaram uma série de outras dificuldades em seus primeiros anos, visto a distância da região das áreas urbanizadas, que contavam com melhor infraestrutura, de forma que era difícil até mesmo locomover-se na própria região do Barreiro. Um dos problemas era, portanto, o transporte, visto que os trabalhadores não possuíam um ônibus direto e gastavam horas para chegar à região central de Belo Horizonte, de modo que a população local articulou-se de diversas formas para exigir uma melhora na situação do transporte coletivo para o bairro.

Na década de 1970, no entanto, com a criação da Administração Regional Barreiro, iniciou-se um projeto de instalação de áreas industriais na região, originando alguns bairros. Nessas áreas, foram construídas diversas fábricas, que aproveitavam-se das vias de acesso e dos cursos d'água existentes na região, como na época das fazendas. Com isso, o número de bairros na região expandiu-se, mas, nos primeiros anos, mais uma vez, sua população enfrentou diversos problemas gerados pela escassez do transporte coletivo, de forma que nova articulação foi necessária que anos depois fossem instaladas as primeiras linhas até esses locais.

O problema da moradia intensificou-se cada vez mais, de modo que começaram a surgir áreas de ocupação irregular, como a Vila Cemig, as quais tiveram vertiginoso crescimento na década de 1970. Buscando solucionar o problema, o governo manteve a estratégia de construção de conjuntos habitacionais na região, como o Conjunto Habitacional Bonsucesso e o Conjunto Habitacional Flávio de Oliveira. Muitos terrenos da região da antiga Fazenda do Jatobá eram de propriedade estatal, dos governos estadual e municipal, de forma que tal área foi escolhida para a instalação de uma série

de conjuntos habitacionais, que, apesar de se localizarem próximos a fábricas locais, poucos de seus moradores trabalhavam de fato nessas fábricas.

Como no caso do Vale do Jatobá, os moradores desses bairros precisaram se organizar para conseguir melhorias. Até mesmo a aprovação dos loteamentos só aconteceu depois que eles se organizaram. Muitos dos terrenos foram ocupados antes de a Prefeitura autorizar ou as moradias foram construídas de uma forma diferente do que havia sido pensado. Para garantir o reconhecimento de suas propriedades, associações pediam a aprovação do loteamento ao governo da cidade. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2008, p. 30)

Assim, a região do Barreiro tem um histórico de uma população de baixa renda que, ocupando uma região afastada, tiveram uma série de problemas e dificuldades causados por falta de estrutura adequada, como serviços de água, luz, transporte coletivo, entre outros. Apenas a organização dos seus habitantes em associações de bairro e suas articulações foram e continuam sendo capazes de estabelecer um diálogo com o setor público para melhorar gradualmente a situação do local onde habitam.

No entanto, vale ressaltar que, apesar de momentos de expansão industrial, traços rurais permaneceram na região ainda por alguns anos, de forma que muitos bairros permaneceram sem muitas vias de acesso ainda por algum tempo e, até vinte anos atrás, alguns bairros ainda possuíam plantações, de modo que a riqueza natural da terra ainda era aproveitada por seus moradores. Atualmente, ainda existem parques ecológicos preservados na área que trazem traços característicos dos primórdios da área.

Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte, hoje, a região do Barreiro “[...] é formada por 54 bairros e 18 vilas, com 70 mil domicílios que abrigam aproximadamente 300 mil habitantes” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 201?, s.p.). Em 2013, foi elaborado um Diagnóstico por regional pela Secretaria de Política Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte, buscando coletar e produzir dados e informações mais específicas sobre a cidade. Segundo o Diagnóstico, os resultados do Censo 2010 para a Regional Barreiro

[...] mostram que sua população residente aumentou de 253.697 habitantes em 2000 para 282.552 em 2010, portanto recebendo um acréscimo absoluto de 28.855

residentes (11,3% no total da década), sendo o maior crescimento entre as Regionais do Lote III (Barreiro, Noroeste e Oeste). Com área total de 5.346 hectares, sua densidade bruta média em 2010 é de 52,85 hab/ha. Entretanto, cabe esclarecer desde já que esta Regional incorpora uma parte importante da Serra do Curral, com 1.666,70 ha, ou seja, 31,5% do território, portanto mascarando qualquer cálculo de densidade bruta. Eliminando essa área não habitável, a densidade bruta média seria de 77,6 hab/ha, muito mais realista. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p. 446)

As tabelas 4 e 5 ilustram, respectivamente, a população residente em Belo Horizonte por regional em 1991 e 1996 e a situação demográfica geral na Regional Barreiro em 2000 e 2010. Analisando-as, é possível inferir-se que a taxa de crescimento do Barreiro foi a 4ª maior entre as 9 (nove) regionais, tendo um valor superior ao dobro do incremento populacional relativo de Belo Horizonte entre 1991 e 1996. Além disso, a população da regional evoluiu 11,4% de 2000 para 2010, enquanto Belo Horizonte apenas 6,1%, mostrando uma trajetória de expansão superior à do município, revelando inclusive que a participação da regional em relação à população do município aumentou 0,5% no mesmo período. Isso gerou, também, um aumento da densidade populacional na regional, passando de 70,01 para 77,60 (desconsiderando a área não habitável). Uma das causas deste aumento populacional maior que BH se deve à migração de pessoas para a região do Barreiro, inclusive de outros municípios, e, na década de 2000, um fator de atração para a região pode ter sido justamente o início dos processos de ocupações urbanas surgidas no período.

Tabela 4 - População Residente em Belo Horizonte por Região Administrativa – 1991 - 1996

REGIÃO ADMINISTRATIVA	POPULAÇÃO		
	1991	1996	Variação (%)
Barreiro	221.072	237.046	7,2257
Centro-Sul	251.481	252.368	0,3528
Leste	250.032	247.595	-0,9747
Nordeste	249.693	251.126	0,5739
Noroeste	340.530	337.792	-0,8040
Norte	154.028	175.604	14,0078
Oeste	249.350	252.345	1,2011
Pampulha	105.181	119.303	13,4264
Venda Nova	198.794	218.192	9,7578
Belo Horizonte	2.020.161	2.091.371	3,5250

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2013. Elaboração própria.

Tabela 5 – Situação demográfica geral na Regional Barreiro, 2000 - 2010

	2000	2010	Crescimento
Área total (hectares) - 2011	5.346	5.346	0%
População total - Barreiro	253.697	282.552	11,40%
População total - Belo Horizonte	2.238.526	2.375.151	6,10%
Participação na população total de Belo Horizonte	11,3%	11,8%	0,50%
Densidade bruta média (hab/ha) - Barreiro (área de 2011)	70,01	77,60	10,84%

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2013. Elaboração própria.

Em relação à moradia, a tabela 6 mostra que o número de domicílios permanentes aumentou de 68.024 para 91.903 entre 2000 e 2010, enquanto apenas 85.236 estão ocupados efetivamente, resultando numa taxa de vacância domiciliar de 7,3% em 2010. A média de pessoas por domicílio caiu de 3,73 em 2000 para 3,30 em 2010. Além disso, o Barreiro também foi apontado no Diagnóstico como detentor do maior déficit habitacional em 2007 (11.020 domicílios) entre as regiões administrativas de Belo Horizonte. Se o déficit habitacional for somado à estimativa da demanda de remoções em função de obras públicas (5.444 domicílios), isso resulta numa demanda habitacional potencial de quase 16.500 domicílios. No caso da demanda

Regional de remoções, a estimativa do Diagnóstico baseou-se nos mesmos critérios adotados no Plano Local de Interesse Social (PLHIS⁶): remoções por decorrência de obras de urbanização dos assentamentos de interesse social, definindo-se a demanda de remoções em função da densidade demográfica de cada assentamento; remoções por decorrência de obras viárias prioritárias e das manchas de inundação definidas pela Prefeitura. O resultado foi de 5.444 remoções estimadas para a Regional Barreiro, de forma que “[...] a maioria delas decorrentes das obras de urbanização necessárias para os assentamentos das tipologias Vilas/Favelas e Conjuntos Habitacionais e Loteamentos Públicos da Subtipologia B” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p. 161). Foram estimadas, na época, 59 remoções para a ocupação Camilo Torres, todas com fins de urbanização.

Também em 2007, segundo o Diagnóstico da Regional Barreiro (2013), o déficit habitacional de Belo Horizonte era de 72.093, de modo que o déficit da Regional Barreiro representava em torno de 15,3% do total do município.

⁶ São destacadas pela Prefeitura como as ações mais relevantes voltadas para os assentamentos classificados ou passíveis de classificação como Zeis o Programa de Intervenção Estrutural e Integrada (PIEI), cuja execução estava sob a coordenação da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel). “Segundo o PLHIS, o PIEI tem como objetivo específico promover a integração à cidade dos assentamentos de interesse social classificados ou passíveis de classificação como Zeis por meio de estratégias envolvendo obras de urbanização, ações de regularização fundiária e trabalho técnico social. Suas duas modalidades mais importantes são: (i) Plano Global Específico (PGE), que visa ao planejamento integrado das intervenções físico-ambientais, jurídico-legais e socioeconômico-organizativas a serem implementadas através do PIEI em cada assentamento de interesse social atendido; (ii) Vila Viva, que promove a implementação global das intervenções físico-ambientais, jurídico-legais e socioeconômico-organizativas previstas no PGE dos assentamentos de interesse social atendidos pelo PIEI. De acordo com informações da Urbel, dos 32 assentamentos classificados ou passíveis de classificação como Zeis identificados na Regional Barreiro, sete têm PGE elaborado, e um em andamento, contemplando cerca de 26% da população residente neste universo de assentamentos da Regional. Além disso, dois destes assentamentos contemplados com PGE estão recebendo a implantação do Vila Viva, visando sua urbanização e regularização fundiária. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013)

Tabela 6 – Situação domiciliar geral na Regional Barreiro, 2000 - 2010

	2000	2010	Taxa de crescimento
Total de domicílios permanentes na Regional Barreiro	68.024	91.903	35,1%
Total de domicílios permanentes em Belo Horizonte	633.421	845.256	33,4%
Participação no total de Belo Horizonte	10,7%	10,9%	0,2%
Domicílios ocupados na Regional Barreiro	Não informado	85.236	-
Taxa de vacância domiciliar (% de domicílios vagos sobre total)	Não informado	7,3%	-
Ocupação domiciliar média (pess/dom)	3,73	3,3	-11,5%

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2013. Elaboração própria.

Na tabela 7, porém, percebe-se que a Regional Barreiro teve uma taxa de crescimento no número total de domicílios na década (35,1%) superior à taxa média de Belo Horizonte (33,4%). Como consequência disso, a participação da Regional Barreiro no estoque total de domicílios de Belo Horizonte aumentou de 10,7% em 2000 para 10,9% em 2010, porém com um diferencial menor, “o que significa que alguma outra regional teve crescimento muito maior que a média de Belo Horizonte, aumentando igualmente sua participação no estoque de domicílios” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p. 456).

Assim, o número total de domicílios cresceu muito mais do que a população, no entanto:

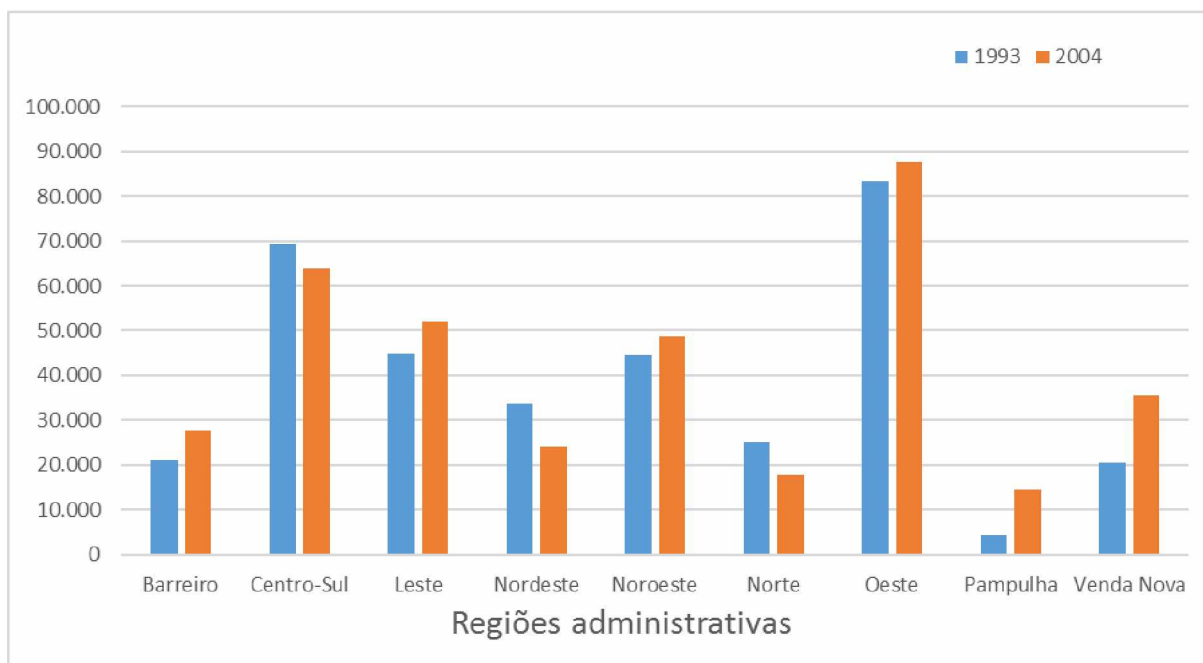
Um fator que chama a atenção pela grande assimetria é a disparidade entre as taxas de crescimento do total de domicílios permanentes e da população total, tanto na Regional Barreiro como na cidade de Belo Horizonte como um todo. Na Regional Barreiro, a taxa de crescimento de domicílios na década (2000-2010) é 3,25 vezes maior que a taxa de crescimento da população no mesmo período, enquanto essa disparidade na média total da cidade é da ordem de 5,47 vezes maior. Considerando por um lado o contexto atual de menor ocupação domiciliar em função da diminuição do tamanho médio das famílias e novos hábitos de morar (jovens

vivendo sós, como também pessoas idosas, entre outras razões), e por outro lado a possibilidade de que a ocupação média de pessoas por domicílio incluísse em 2000 pessoas de mais de uma família, que em 2010 se aproximassem da tendência de a cada família corresponder um domicílio (incluindo famílias de um só membro), isso poderia explicar a quantidade de domicílios vagos. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p. 457)

Dessa maneira, apesar da expansão do número de domicílios na Regional Barreiro, isso não significa que estão sendo produzidas de fato habitações para a população de baixa renda, sendo que esse excedente pode estar sendo adquirido por um perfil de população cada vez mais fragmentado, com menos moradores por imóvel.

O gráfico 2 revela, inclusive, o aumento que houve na população de vilas na regional Barreiro de 1993 a 2004, revelando que ela passou de aproximadamente 20.000 pessoas para quase 30.000 durante esse período. Isso revela que grande parte do incremento populacional na região instalou-se em vilas, mostrando também que o perfil desses cidadãos é possivelmente de baixa renda.

Gráfico 2 – População das Vilas em Belo Horizonte, por Região Administrativa – 1993 - 2004



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2013. Elaboração própria.

A tabela 9, que traz dados de 2010, revela que a Regional Barreiro já era a 2ª região de Belo Horizonte com o maior número de imóveis irregulares⁷, tendo um valor menor apenas do que Venda Nova.

Tabela 7 - Número de imóveis irregulares por região – 2010

Regionais	Número de imóveis irregulares
Barreiro	8.567
Centro-Sul	17
Leste	2.447
Nordeste	6.122
Noroeste	6.274
Norte	5.336
Oeste	2.311
Pampulha	2.281
Venda Nova	9.994
Total	43.349

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2015. Elaboração própria.

A respeito da política habitacional, o Diagnóstico aponta que a pesquisa realizada e também um conhecimento de Belo Horizonte criam condições para que sejam questionados aspectos da política habitacional historicamente praticada na cidade, a exemplo dos conjuntos habitacionais no sudoeste do Barreiro:

O Barreiro concentra o maior número de assentamentos de interesse social entre todas as regiões administrativas do Município e certamente contribuiu para este quadro o fato da Regional historicamente ter acolhido empreendimentos habitacionais públicos destinados à população de baixa renda, principalmente em função de fatores como a proximidade da área industrial bem como a maior oferta de áreas vazias e menos valorizadas em relação a regiões mais centrais. Da mesma forma, e talvez pelas mesmas razões, a Região concentra áreas ocupadas por grupos organizados dos movimentos populares. Destacam-se como exemplos o assentamento Corumbiara, formado há quatorze anos, o assentamento Camilo Torres, formado há quatro anos, e uma ocupação recentemente ocorrida em área vazia na região do Distrito Industrial do Jatobá. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p. 177)

⁷ Com base em uma listagem fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças e elaborada a partir do Cadastro Imobiliário Municipal.

Assim, a Prefeitura menciona que o Barreiro é a regional com maior número de conjuntos habitacionais em Belo Horizonte, o que é justificado pela proximidade com a área industrial e menor custo financeiro das áreas, por estarem mais distantes dos centros urbanos. As mesmas razões são apontadas para a instalação de ocupações urbanas na Regional, inclusive mencionando a Camilo Torres. Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013), na Regional Barreiro foram contabilizados 47 assentamentos de interesse social (cerca de 17% dos 285 assentamentos de interesse social do Município) com cerca de 21.038 domicílios (cerca de 14% dos 152.345 domicílios em assentamentos de interesse social no Município).

O relatório também mostra que os moradores reclamam do transporte coletivo urbano, o que mostra que modelo centro-periferia prejudica os cidadãos que se instalam em áreas periféricas, sendo que um dos prejuízos disso é justamente o tempo de deslocamento mais elevado. Além disso, foram englobados serviços de saúde, educação, água, luz, saneamento e limpeza urbana.

A percepção social sobre as condições da infraestrutura na Regional varia conforme o bairro a partir do qual o entrevistado está estabelecido. Sobre a coleta de lixo e a limpeza urbana, a maioria dos entrevistados afirmou não existir maiores problemas. Exceto por alguns entrevistados que apontaram deficiência ou ausência na prestação desses serviços em áreas onde as vias não são pavimentadas ou extremamente estreitas, como na Vila Cemig, Vila Vitória da Conquista e Vila Ecológica. Por outro lado, mesmo alguns que julgaram estes serviços como eficientes de forma geral, criticaram o fato de não existir coleta seletiva. É importante ressaltar ainda que, de acordo com vários entrevistados, a Prefeitura faz o serviço de coleta de resíduos de forma adequada, principalmente quanto à coleta de lixo, mas a população é que não estaria fazendo sua parte em alguns casos. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p. 124)

A respeito dos vazios urbanos, o diagnóstico também relata que, em 2013, as áreas destinadas à implantação de indústrias já vinham sendo ocupadas com empreendimentos de habitação social, como na região do Distrito Industrial do Jatobá e Solar do Barreiro. A regional Barreiro é considerada por alguns dos entrevistados no Diagnóstico como “o único local

de Belo Horizonte que ainda pode crescer ou ser ocupado, o que justifica a pressão por ocupação de algumas áreas de preservação da Regional, principalmente junto a Serra do Curral” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p.122). Assim, não são todos os bairros que apresentam, segundo eles, disponibilidade de áreas para implantação de habitação de interesse social. Em bairros mais valorizados da Regional, como o bairro Barreiro, a utilização dos vazios para esse fim seria causa de desvalorização dos imóveis do entorno. Além disso, “a maioria dos entrevistados indicou a presença de habitações precárias, vilas e favelas em diversos bairros da Regional” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p. 122). Também foi ressaltado no Diagnóstico que existem dezenas de áreas com necessidade de regularização fundiária, além de que algumas dessas surgiram após invasões de áreas particulares⁸, como nos casos das ocupações Irmã Dorothy e Camilo Torres, mencionadas no documento.

Nesse trecho, a própria Prefeitura reconhece a pressão para que áreas de preservação do Barreiro fossem ocupadas, mas também ressalta uma pressão imobiliária dos próprios moradores formais da Regional para que não fossem implantadas habitações de interesse social, buscando evitar uma possível desvalorização de seus imóveis. Além disso, o trecho também reconhece as ocupações Irmã Dorothy e Camilo Torres como carentes de regularização fundiária.

Em contrapartida, a Tabela 8 e o Gráfico 3 evidenciam a dimensão de área verde que a região do Barreiro possui ainda hoje, de forma que, na III Conferência Municipal de Política Urbana, o Núcleo de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas de Belo Horizonte da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte afirmou que “as áreas de interesse ambiental apresentam maior concentração no Barreiro.” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 20??, p. 21).

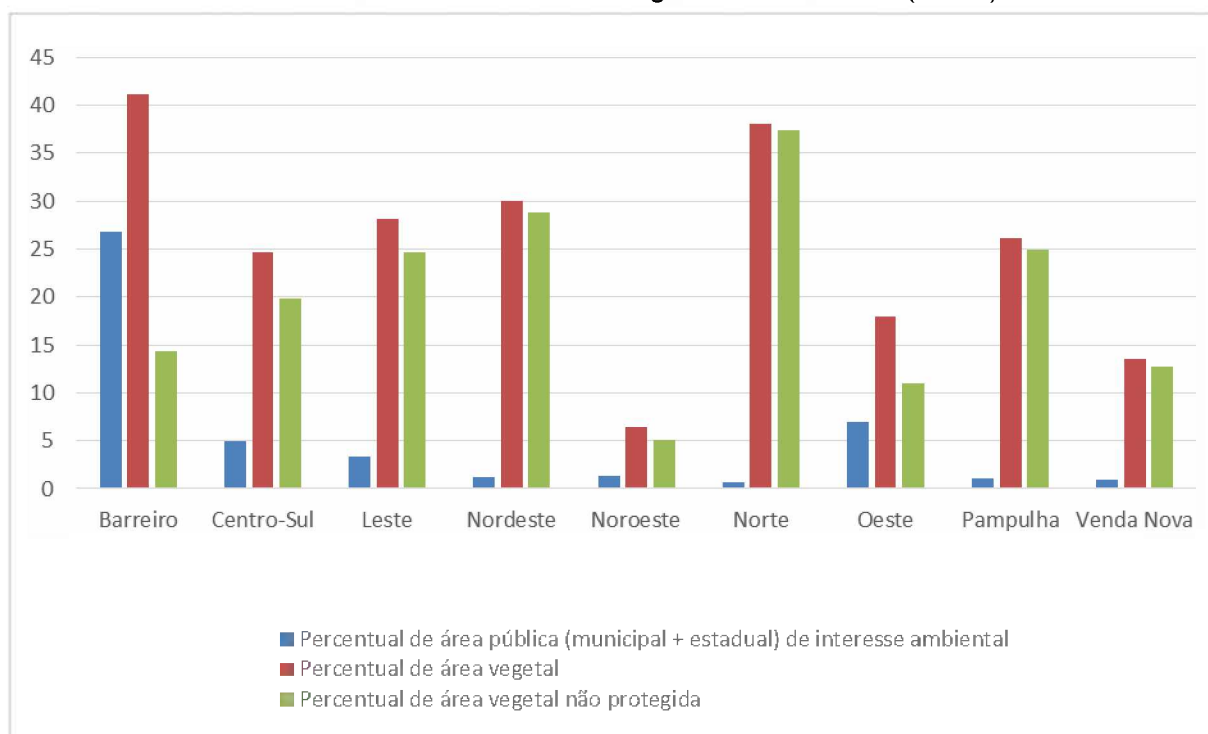
⁸ Situação na qual se enquadram as ocupações do Parque das Ocupações do Barreiro que serão analisadas no estudo de caso do presente trabalho posteriormente.

Tabela 8 – Área verde por região administrativa e unidade de planejamento em Belo Horizonte - 1994

R. ADM.	UNIDADE DE PLANEJAMENTO	ÁREA UP km ²	HAB. POR UP	ÁREA VERDE km ²	ÁREA VERDE m ² /hab.	COBERTURA VEGETAL - %
Barreiro	Bairro das Indústrias	3,8650	11.697	1,0348	88,47	26,774
	Lindéia	4,7130	46.587	1,8971	40,72	40,252
	Barreiro de Baixo	5,0620	40.263	1,7756	44,10	35,077
	Barreiro de Cima	9,4060	48.457	4,6751	96,48	49,703
	Jatobá	8,4270	56.299	3,7654	66,88	44,682
	Cardoso	4,4820	29.240	2,1605	73,89	48,203
	Olhos d'água	2,1630	2.856	0,7909	276,91	36,563
	Barreiro-Sul	15,4640	1.647	10,2381	6.216,21	66,206

Fonte: Belo Horizonte, 2001. Elaboração própria.

Gráfico 3 – Áreas De Interesse Ambiental Por Região Administrativa (em %) – 2004



Fonte: Belo Horizonte, 20???. Elaboração própria.

Assim, em relação aos recursos naturais da região, é importante ressaltar, além de dados estatísticos, a visão dos moradores que foi coletada no Diagnóstico da Regional Barreiro em 2013 pela Prefeitura de Belo Horizonte:

No que diz respeito às áreas verdes e de proteção ambiental, ressalta-se, inicialmente, que a maior parte dos entrevistados confirmou a existência de muitas áreas, como, por exemplo, o Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, a Mata do Hospital Júlia Kubitschek, o Parque Ecológico Novo Tirol, o Parque Municipal Vila do Pinho e o Parque das Águas. A Regional Barreiro, quando comparada às demais regionais, apresenta o maior número de respostas afirmativas quanto ao uso das áreas verdes, incluindo as praças [...]. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p. 85)

Desse modo, os moradores da Regional Barreiro reconheceram os recursos naturais e os resultados apurados pela Prefeitura indicam que a população utilizava de alguma forma essas áreas verdes, revelando sua importância para os cidadãos. Em relação aos recursos hídricos especificamente,

Os ribeirões Bonsucesso, Jatobá e Olaria foram os mais citados devido à degradação a partir do lançamento de esgoto e pela deposição de lixo e entulho em suas margens. A propósito, muito dessa poluição deve-se à população que seria a principal responsável por jogar lixo e entulho nos ribeirões, especialmente, onde não há canalização, como, por exemplo, na Avenida Tereza Cristina, onde alguns entrevistados afirmaram não perceber os cursos d'água pois eles não estão mais visíveis. Outros entrevistados afirmaram que o poder público tem realizado obras importantes, como a canalização e o tratamento de esgoto, mas o problema ainda persiste [...]. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013)

Outro problema mencionado no Diagnóstico são as inundações dos cursos d'água existentes na região, como no Bairro Tirol, no Conjunto João Paulo II e Vale do Jatobá. Intervenções governamentais têm mitigado o problema segundo a Prefeitura, como nas bacias de contenção Olaria, Jatobá, Camarões e Bonsucesso.

Diante do exposto, possíveis razões para explicar a desvalorização imobiliária na região, na opinião dos entrevistados do Diagnóstico, seriam duas: as áreas sujeitas à inundação; e as áreas no entorno dos bairros suscetíveis às ocupações desordenadas. Dessa forma, na percepção da comunidade local, para que haja um equilíbrio entre o processo de expansão urbana e a manutenção de padrões adequados de qualidade dos rios e córregos, é

necessário monitoramento e fiscalização do território, principalmente em áreas mais sensíveis à degradação ambiental.

Como um dos resultados do Diagnóstico, a Prefeitura apontou que:

Como resultado da percepção social, observa-se que se faz necessária a intervenção e a efetiva interação e integração entre os diferentes aspectos setoriais envolvidos na ocupação do espaço urbano, como também, entre as perspectivas – local, Regional, municipal e metropolitana – e nas esferas – municipal, estadual e federal –, com o intuito de aperfeiçoar formas de planejamento e gestão, compatíveis com a complexidade de temas relacionados ao meio ambiente e à dinâmica socioeconômica, inerentes à temática do presente PDBH, respeitando-se, por óbvio, as características e peculiaridades de cada Regional. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013, p. 83-84)

Assim, todos os dados supracitados e o histórico revelam a trajetória da regional Barreiro e as características ambientais, de habitação e de demografia do território. Ainda hoje a trajetória demográfica da regional é crescente e caracterizada por um fluxo de cidadãos de baixa renda, que buscam alternativas que oferecem custos mais baixos, como vilas e ocupações urbanas, enquanto, apesar do desenvolvimento, ainda existe um capital ambiental presente no território, pelo qual são realizados esforços governamentais para sua preservação. Dessa forma, a regional é centro de disputa entre esse número cada vez maior de cidadãos que vêm de outras regiões de Belo Horizonte e os espaços ambientais que buscam ser preservados, conflito este que se torna ainda mais evidente na realidade do Parque das Ocupações do Barreiro.

5.2 Ocupações na Região do Barreiro

O Barreiro é uma região de Belo Horizonte que possui diversas vilas e comunidades que se originaram de ocupações informais de áreas vazias e que hoje estão consolidadas. As ocupações aqui estudadas, localizadas no bairro Vila Santa Rita, no entanto, tiveram um processo de surgimento distinto, pois algumas delas foram planejadas por movimentos sociais, não sendo ocupações meramente espontâneas da população. Vale ressaltar que as cinco ocupações localizam-se muito próximas e circunscrevem uma área de

preservação ambiental de mata ciliar, ocupando todas o mesmo vale, de modo que seu conglomerado é chamado de Parque das Ocupações do Barreiro, por meio de uma proposta que será explicada mais adiante no presente trabalho.

O quadro 1 mostra o perfil das ocupações estudadas, de tal modo que tem-se que a maior dela em população é a Eliana Silva, enquanto em extensão é a Nelson Mandela. A mais antiga é a Camilo Torres, que surgiu no fim da legislatura do prefeito Fernando Pimentel e antes da implantação do programa “Minha Casa Minha Vida” (MCMV). As demais ocupações ocorreram enquanto o programa MCMV estava vigente, de modo que parte da população que gerou a ocupação é de pessoas que não conseguiram acesso ao programa MCMV.

Quadro 1- Quadro comparativo entre as ocupações do Parque das Ocupações do Barreiro

Nome da ocupação	Camilo Torres	Irmã Dorothy	Eliana Silva (1)	Nelson Mandela	Paulo Freire	Total
Mês/Ano de surgimento	fev/08	fev/10	ago/12	mar/14	mai/15	...
Extensão (em m ²)	17.126	...	30.936	43.454	20.208	111.724
Número de famílias	142	223	350	310	170	1195
Número de famílias por km ²	0,83	0,05	1,13	0,71	0,84	0,2
Movimentos Sociais atuantes	Fórum de Moradia do Barreiro	Fórum de Moradia do Barreiro	MLB (Movimento de Luta Entre Bairros, Vilas e Favelas)	MLB	MLB	-
Possui plano urbanístico?	Não	Não	Sim	Não	Sim	40%
Possui coleta de lixo e limpeza urbana?	Não	Não	Não	Não	Não	0%
Possui transporte urbano interno?	Não	Não	Não	Não	Não	0%
Possui rede de distribuição de água?	Sim	Sim, autoconstruído	Sim, autoconstruído	Sim, autoconstruído	Sim, autoconstruído	100%
Possui rede de energia?	Sim, autoconstruído	Sim, autoconstruído	Sim, autoconstruído	Sim, autoconstruído	Sim, autoconstruído	100%
Possui coleta de esgoto?	Não	Não	Sim, autoconstruído	Não	Sim, autoconstruído	40%
Mandado de reintegração de posse expedido?	Sim	Sim	Não	Sim	Não	60%

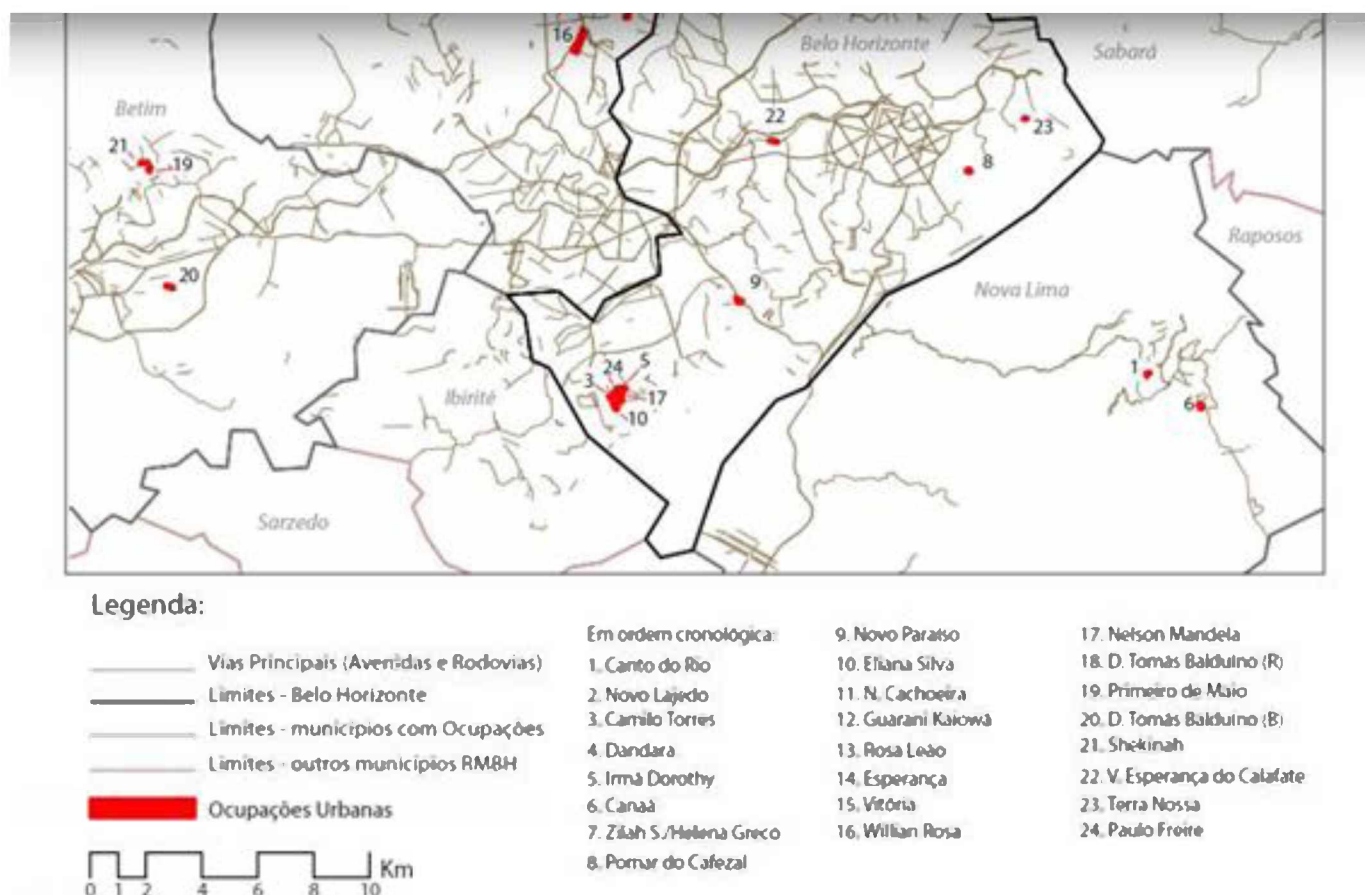
Fonte: Bittencourt, Nascimento e Goulart, 2016. Elaboração própria.

Nota: (1) A ocupação Eliana Silva atualmente já possui rede de esgoto.

A respeito da localização das ocupações, a figura 1 mostra a localização das ocupações Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela e Paulo Freire em relação à cidade, de modo que elas são,

respectivamente, de acordo com a legenda, as números 3, 5, 10, 17 e 24. Vale destacar também que a legenda do mapa evidencia a ordem cronológica das ocupações urbanas em Belo Horizonte, de modo que é interessante também compreender em que momento cada uma das ocupações do estudo de caso surgiu em relação a outras que não estão situadas na Regional Barreiro.

Figura 1- Mapa das ocupações em relação a Belo Horizonte



Fonte: BITTENCOURT, NASCIMENTO E GOULART, 2016.

A figura 2, por outro lado, tem como objetivo localizar as ocupações do estudo de caso com pontos de referência e com uma visão mais ampliada. As ocupações urbanas são circundadas pela Avenida Perimetral e pela Rua Serra do Jatobá.

Figura 2- Mapa do Parque das Ocupações do Barreiro



Fonte: Elaboração própria.

A figura 3 decompõe o Parque das Ocupações do Barreiro, evidenciando os limites de cada uma das ocupações existentes no vale.

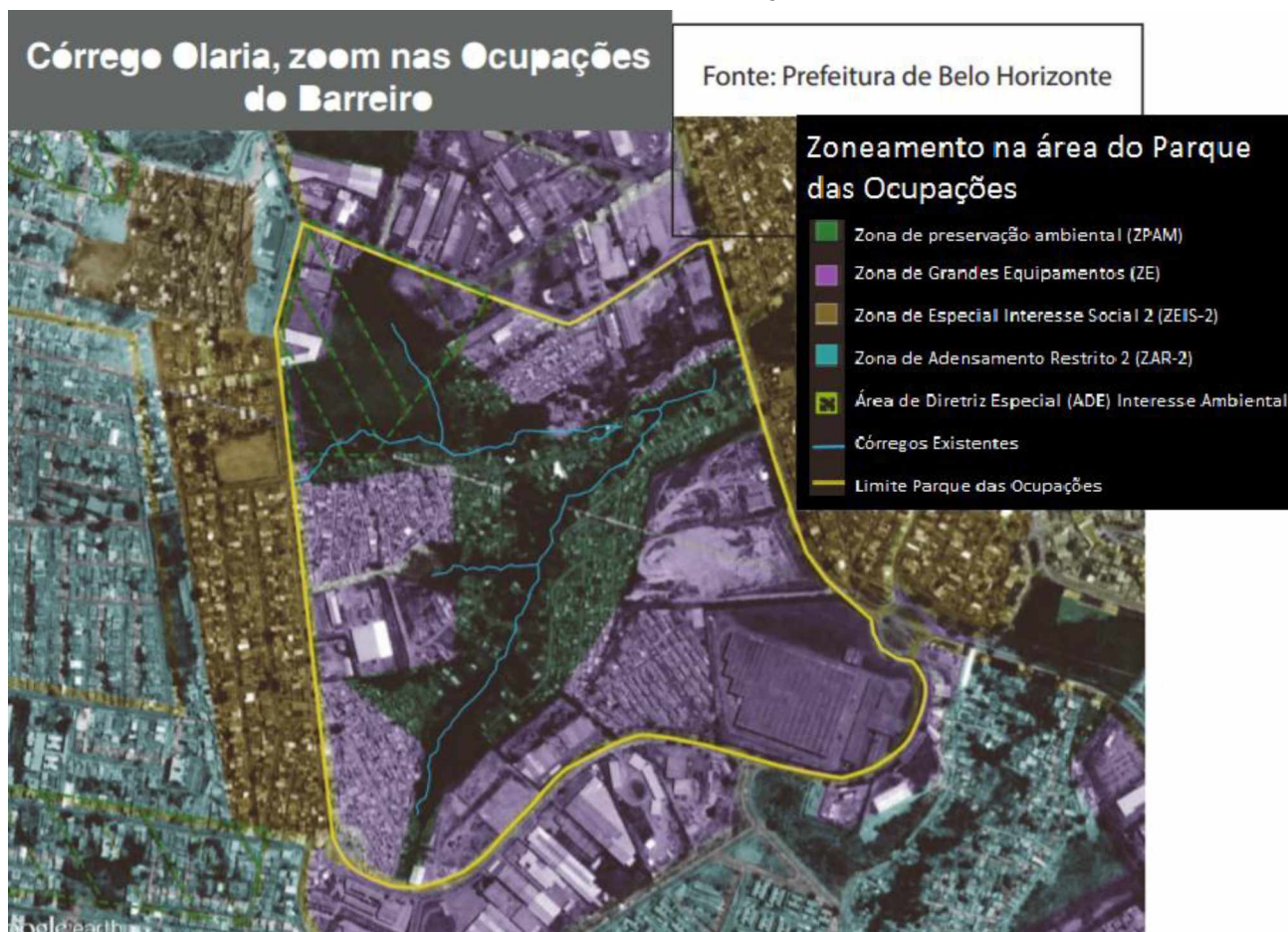
Figura 3- Mapa das ocupações do Parque



Fonte: Grupo Indisciplinar, 2017.

Por fim, figura 4 evidencia o zoneamento ambiental existente na área das ocupações urbanas, expondo a Zona de Preservação Ambiental (ZPAM) existente entre elas e também uma nascente e um córrego.

Figura 4 - Zoneamento na área do Parque das Ocupações do Barreiro – 2017



Fonte: Grupo Indisciplinar, 2017.

A seguir será falado de forma mais específica das ocupações urbanas abordadas e de suas características, de maneira individual.

5.2.1 Camilo Torres

A ocupação Camilo Torres surgiu em 16 de fevereiro de 2008, na periferia de Belo Horizonte, sendo a primeira ocupação horizontal (de terra urbana ociosa, não edifício construído) organizada pelas Brigadas Populares de Minas Gerais, juntamente com o Fórum de Moradia do Barreiro. O nome Camilo Torres foi, segundo DIAS et al. (2015), em homenagem a um padre guerrilheiro colombiano que integrou a guerrilha Exército de Libertação Nacional e morreu em combate contra o Exército Nacional da Colômbia no ano de 1966, de forma que ele se dedicou ao “sacerdócio e toda a sua vida aos pobres e à busca por justiça social” (DIAS et al., 2015, p. 210).

A ocupação localiza-se na Avenida Perimetral, a primeira da região neste ciclo recente, representando um “marco histórico na retomada das ocupações organizadas em Belo Horizonte” (LAUREANO, 2017, p. 212), de modo que as ocupações Irmã Dorothy, Eliana Silva, Nelson Mandela e Paulo Freire instalaram-se nos anos seguintes no mesmo vale que circunda o terreno, formando uma conturbação de territórios ocupados. Inicialmente, segundo Dias e outros (2015), a área ocupada havia sido alienada à empresa Borvutex em 1992 pela CDI (Companhia de Distritos Industriais), atual Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento industrial na região, de forma que a empresa tinha como obrigação contratual construir um empreendimento industrial no terreno no prazo de 24 meses. No entanto, as áreas permaneceram inutilizadas e vazias, descumprindo a função social da propriedade garantida pela Constituição Federal de 1988. Assim,

A ocupação foi articulada pelo Fórum de Moradia do Barreiro (FMB), por associações e núcleos de sem-casa que se organizaram para pressionar os governos a promoverem políticas públicas de acesso à moradia para população mais pobre da cidade e também pela organização social Brigadas Populares (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS BRIGADISTAS, 2009 apud DIAS et al., 2015, p. 210).

Desse modo, em um contexto de “[...] dificuldades políticas enfrentadas pelos movimentos sociais de luta pela moradia, e cansadas de esperar pela efetivação da política habitacional que os beneficiassem, moradores ocuparam o terreno em 2008” (BITTENCOURT, NASCIMENTO E GOULART, 2016, p. 20). As famílias participantes do ato de ocupação e dos primeiros anos de assentamento pertenciam ao Fórum de Moradia do Barreiro e foram assessoradas juridicamente pelo Professor Fábio Alves dos Santos, da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) Minas/Serviço de Assistência Judiciária. O Fórum era cadastrado na Prefeitura de Belo Horizonte e o rompimento dos moradores com o poder municipal “alimentou o movimento de ocupações na cidade que se mostrou como possibilidade diante das políticas habitacionais públicas claramente desgastadas e insuficientes” (BITTENCOURT, NASCIMENTO E GOULART, 2016, p. 21).

Os momentos iniciais da ocupação, como relataram os moradores, segundo Dias e outros (2015), foram marcados pelo conflito constante com a polícia, além de outras dificuldades inerentes ao estabelecimento de uma ocupação, como “a precariedade de se viver em casas de lona, a ausência de infraestrutura básica nas habitações e no terreno, chuvas e outros infortúnios, inclusive problemas de saúde” (DIAS et al., 2015, p. 211). No entanto,

[...] em contraposição a um modelo de produção da cidade pautado na verticalização das moradias, que solapa os laços de solidariedade entre vizinhos e estimula o individualismo compartimentado em apartamentos, o modelo de habitação promovido pelas ocupações permite a construção de espaços comuns de convivência, os quais são erigidos pelas assembleias de moradores - onde são discutidos os problemas internos das comunidades - e pelos eventos culturais promovidos nestes espaços, que permitem a interação dos moradores locais com indivíduos residentes em outras partes da cidade. A instituição destes espaços, por um lado, permite a consolidação do senso de coletividade entre os ocupantes e, por outro, possibilita a integração destes indivíduos com o restante da cidade. (DIAS et al., 2015, p. 211)

Essa solidariedade traduziu-se no caso da ocupação Camilo Torres em oficinas, festas, manifestações e assembleias. Merece destaque também o processo de construção conjunto das casas e do Centro Comunitário, local de uso coletivo da ocupação. De acordo com Dias e outros (2015), muitas dificuldades foram causadas devido à negativa inicial do poder público à demanda dos moradores da Camilo Torres pelo acesso a equipamentos públicos do bairro, como escola, posto de saúde, além do desabastecimento de serviços como água, energia elétrica e calçamento das ruas. Percebe-se no processo de formação da ocupação Camilo Torres diversos conflitos vivenciados pelos moradores, tais como

[...] os desgastes gerados pelas complicadas negociações com o poder público para o acesso a políticas públicas de moradia e outras prestações estatais; a precariedade dos serviços e infraestrutura básicos; os conflitos entre os moradores e os movimentos sociais, fatos que levaram, inclusive, a uma redução da mobilização comunitária - que se tornou mais notável nos anos recentes. (DIAS et al., 2015, p. 212)

No dia 23 de agosto de 2014, foi realizada uma Oficina de cartografia social no Centro Comunitário da ocupação Camilo Torres, na qual foi construída uma linha do tempo da ocupação e:

A análise final da linha do tempo permite aferir que os processos de formação e consolidação da ocupação envolveram a construção de lutas e empreendimentos comuns. Tal fato foi verificado por meio da construção de equipamentos coletivos, como a cozinha e o banheiro comunitários (2008) e o centro comunitário (2010), bem como através da realização de assembleias internas e de atos com outras ocupações (luta com a ocupação Dandara – 2009); caminhada das comunidades e ocupação da Praça 7 (Principal praça da área central da cidade de Belo Horizonte – MG) – 2010; ocupação do Ministério das Cidades – 2011; trancamento do Anel Rodoviário (Importante via de Belo Horizonte – MG) com a ocupação Irmã Dorothy - 2011. Observou-se, assim, não só a ampliação da base de apoio da comunidade como o desenvolvimento de uma rede de apoio entre as ocupações urbanas, notadamente a partir dos contatos realizados em atos conjuntos. (DIAS ET AL., 2015, p. 212)

Dessa maneira, a ocupação não possuiu plano urbanístico e, até junho de 2016, contava com uma área de extensão de 17.126m² e 142 famílias, e não possuía coleta de lixo e limpeza urbana, coleta de esgoto, transporte urbano interno, drenagem, pavimentação nas ruas. No entanto, já possuía rede de distribuição de água, construída pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) em novembro de 2015, após intensa pressão política das famílias, e uma rede de energia autoconstruída pelos moradores.

Havia a expectativa de que o Novo Plano Diretor⁹ de Belo Horizonte reconhecesse a área da ocupação como Aeis-2 (Áreas de Especial Interesse Social), ou seja, loteamentos clandestinos passíveis de regularização. Essa regularização aumentaria a segurança para os moradores, visto que já houve um mandado de reintegração de posse expedido, que nunca foi cumprido pela Polícia Militar por alegação de “incapacidade de cumprir o mandado”, segundo Bittencourt, Nascimento e Goulart (2016). Porém, em nota publicada pela Defensoria Pública de Minas Gerais em 17 de fevereiro de 2017, a ação de reintegração de posse movida em conexão com a Ação Civil Pública contra a

⁹ Lei 11.181/19

ocupação foi suspensa, conforme decisão judicial nos autos do processo 0024.08969846-8, assim como o processo de reintegração de posse referente à parte pública, conforme autos de reintegração de posse nº 002408.235.950-6.

No entanto, a regularização aconteceu ainda antes, de forma que, em 12 de abril de 2018, o prefeito Alexandre Kalil assinou, junto ao então governador Fernando Pimentel, o decreto 16.888/2018, que define a Ação Governamental para Gestão de Assentamentos Informais, reconhecendo 115 áreas de interesse social (Aeis), aprovadas na IV Conferência Municipal de Política Urbana (2014), dentre elas a ocupação Camilo Torres. Segundo o site oficial da Prefeitura de Belo Horizonte,

A medida abre caminho para a aplicação dos procedimentos previstos na Lei Federal 13.465/17 e que trata de regularização fundiária para núcleos urbanos, em especial os declarados de interesse social em ato do Poder Público Municipal. O zoneamento destas áreas para fins da legislação de uso e ocupação do solo serão estabelecidos no Plano Diretor. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018, s.p.)

Portanto, o objetivo do Decreto foi de iniciar um processo de urbanização de muitas das atuais ocupações belorizontinas, buscando arcar um compromisso de implementar uma infraestrutura básica para a população residente nesses locais. A ocupação Camilo Torres foi liberada para implementar sistema formal de luz e esgoto até março de 2019.

5.2.2 Irmã Dorothy

A ocupação Irmã Dorothy, segundo Bittencourt, Nascimento e Goulart (2016), é considerada uma extensão da ocupação Camilo Torres, de modo que surgiu em fevereiro de 2010 e, até junho de 2016, abrigava 223 famílias. O principal movimento que organizou a ocupação foi o Fórum de Moradia do Barreiro, que também atua na ocupação Camilo Torres.

De modo semelhante à ocupação Camilo Torres, a ocupação Irmã Dorothy não teve um plano urbanístico previamente elaborado, porém, entre

2010 e 2011, os moradores tiveram assessoria técnica do grupo PRAXIS¹⁰. Assim, tiveram apoio “na produção de processos compartilhados visando a execução do esgotamento sanitário e da drenagem bem como melhorias habitacionais, entre outros temas” (BITTENCOURT, NASCIMENTO E GOULART, 2016, p. 28).

A origem da propriedade do terreno questionada na justiça, por meio da assessoria do Prof. Fábio Alves dos Santos (Faculdade de Direito da PUC Minas/Serviço de Assistência Jurídica), é também o mesmo da ocupação Camilo Torres. O terreno foi repassado à iniciativa privada pela CDI (hoje Codemig) exigindo-se a contrapartida de produção de empreendimento econômico no local, o que nunca foi realizado, ampliando os argumentos contrários à qualquer tentativa de remoção das famílias. (BITTENCOURT, NASCIMENTO E GOULART, 2016, p. 28)

Bem como na ocupação Camilo Torres, em novembro de 2015, a Copasa iniciou a instalação de uma rede de distribuição de água, apesar de que anteriormente já havia uma que havia sido autoconstruída pelos moradores. Também existia uma rede de energia elétrica autoconstruída em junho de 2016, porém, na época, ainda não existia previsão de uma rede formal. Além disso, ainda faltavam redes de esgotamento sanitário, drenagem, coleta de lixo e limpeza urbana, transporte urbano interno e pavimentação das ruas, segundo Bittencourt, Nascimento e Goulart (2016). Em 2018, o Decreto 16.888/2018 também reconheceu a ocupação Irmã Dorothy como Aeis-2, de forma que havia previsão de liberação de instalação de redes de luz e esgoto até março de 2019.

5.2.3 Eliana Silva

A ocupação Eliana Silva surgiu em agosto de 2012. Ela foi a primeira das ocupações do vale que foi organizada previamente pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e, até junho de 2016, estima-se que haviam 350 famílias na ocupação.

¹⁰ Grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG, que tem projetos de pesquisa e extensão em parceria com o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

O nome da ocupação é dedicado a Eliana Silva de Jesus, uma importante militante de diversos movimentos sociais, entre eles o MLB, movimento estudantil secundarista mineiro, nas lutas pelo fim da ditadura militar e nas campanhas de democratização no Brasil, por exemplo. Em março de 1996, ela participou da organização da ocupação da Vila Corumbiara, uma importante ocupação do MLB também na região do Barreiro, em Belo Horizonte, sendo uma das principais lideranças do movimento. Com a ausência de programas de construção de casa populares, como o Minha Casa, Minha Vida, muitas conquistas dos moradores se davam por meio de lutas políticas.

Como presidente da Associação dos Moradores, Eliana foi protagonista direta dessas lutas em Belo Horizonte. Da união e da resistência dos moradores, a Vila Corumbiara cresceu, se desenvolveu e transformou-se num bairro. Todos os direitos conquistados pelas famílias da Vila foram fruto de muitas lutas, muitas passeatas, manifestações e ocupações da sede Regional da Prefeitura, no Barreiro. Com essas lutas foi possível conquistar transporte escolar, linha de ônibus do bairro até a Estação, asfalto, coleta de lixo, iluminação pública, rede de água e esgoto na comunidade. Lutou até os últimos dias de sua vida pelo direito ao título de posse de suas casas, conquista que só foi obtida pela comunidade apenas após sua morte. (SITE OFICIAL DA OCUPAÇÃO ELIANA SILVA, 2013, s.p.)

A ocupação Eliana Silva ocorreu, segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (201?), em dois momentos e dois locais diferentes, ambos próximos à Avenida Perimetral do distrito industrial do Vale do Jatobá. A primeira tentativa ocorreu num terreno público em 21 de abril de 2012 e envolvia em torno de 150 famílias inicialmente, sendo preparada por nove meses, de modo que

O MLB constituiu núcleos no Barreiro e em alguns outros bairros, na perspectiva de uma reorganização de suas bases. Segundo o militante Leonardo Péracles, esse processo resultou em encontros estaduais do movimento e culminou no Terceiro Congresso Nacional do MLB, em outubro de 2011. A mobilização no Barreiro se dava em bairros e vilas próximos ao local onde seria a ocupação, como a Vila Santa Rita. As pessoas interessadas começavam a participar de reuniões de preparação para a ocupação. Além disso, foi estruturada uma rede de apoio antes da ocupação propriamente dita. Ela funcionou

durante todo o processo, incluindo a fase do despejo e a segunda ocupação. (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 201?, s.p.)

A ocupação Eliana Silva está numa área de contribuição dos córregos Mineirão e Olaria, que são partes da sub-bacia do Alto do Arrudas e do Barreiro, de forma que o terreno é um divisor entre duas linhas de drenagem, que formam um pequeno curso d'água. Assim, “os córregos que delimitam a ocupação Eliana Silva estão entre as primeiras nascentes da bacia hidrográfica do Ribeirão Arrudas, importante curso d'água que atravessa o território da capital de Minas Gerais” (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 201?, s.p.). Por esses fatores, além de se tratar de uma ZPAM, o plano urbano nesse primeiro momento tinha como característica central a “tentativa de promover a convivência dos moradores com a água no meio urbano” (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 201?, s.p.). Com isso, a intenção dos organizadores era recuperar e consolidar as áreas de montante para jusante, respeitando os processos naturais e estabelecendo princípios norteadores de todo o plano:

- Solução local e progressiva, proporcional à capacidade de ação construída coletivamente e à disponibilidade de recursos;
- Ação imediata para a limpeza da área, com a retirada do lixo e solução dos efeitos colaterais (ratos e outras pragas), revegetação e manutenção das cabeceiras e margens;
- Mapeamento e quantificação das fontes poluidoras e situações de risco para o planejamento participativo das intervenções;
- Experimentação, aprimoramento e difusão dos processos de planejamento, decisão, gestão, gerenciamento e manutenção das intervenções mediante a formação e a capacitação profissional dos agentes envolvidos;
- Descentralização dos processos de coleta, disposição e tratamento de resíduos, mediante soluções tecnológicas favoráveis à acomodação dos impactos negativos da urbanização (lixo, esgoto etc.) na própria área em que são gerados;
- Soluções tecnológicas de baixo impacto ambiental para edificações, sistemas de abastecimento, estabilização de encostas, acessos e pavimentação.

(CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 201?, s.p.)

A partir dessas diretrizes, o projeto definiu lotes de 125 m² com duas unidades habitacionais em cada um, totalizando 229 unidades. Além disso, foram definidas três áreas institucionais (de 1.351 m², 284 m² e 1.235 m²). Dessa forma, mais da metade da área do terreno (41.400 m²) foi destinada a áreas de preservação.

No entanto, essa primeira tentativa foi mitigada em 11 de maio de 2012, baseada no argumento de que se tratava de uma área definida como Zona de Preservação Ambiental (ZPAM). Os moradores contaram com grande apoio para resistência, mas foram removidos do terreno, concluindo a ação de reintegração de posse pelo governo. Os moradores, assim, ocuparam a porta da Prefeitura de Belo Horizonte até que

Em meados de julho de 2012, o momento mais favorável para uma nova ocupação parecia ter chegado. O quadro político municipal era de ruptura entre os partidos que compunham a base governista, pois o PSB (Partido Socialista Brasileiro), ao qual então pertencia o prefeito Márcio Lacerda, romperá a aliança eleitoral e administrativa com o PT (Partido dos Trabalhadores). As lideranças viam essa situação com bons olhos; poderiam obter apoio, mesmo que informal, de vários políticos filiados ao PT. Além dessa conjuntura local, o momento da campanha eleitoral também era favorável, pois os candidatos evitariam conflitos políticos e o prefeito era candidato à reeleição. (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 201?, s.p.)

Dessa maneira, em 25 de agosto de 2012, a segunda tentativa ocorreu, em um terreno particular que estava vago há algumas décadas, classificado como Zona Especial (ZE), tipologia também predominante em seu entorno, ao lado de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), e envolveu um número maior de famílias.

Esse momento da ocupação se destaca por envolver uma intensa mobilização da sociedade civil, o que foi gerado, segundo Bittencourt, Nascimento e Goulart (2016), pela ocorrência de uma violenta remoção dos moradores da primeira tentativa de assentamento. Desse modo, seu planejamento contou com “importante rede de apoio, envolvendo ativistas, estudantes, professores e profissionais voluntários” (BITTENCOURT,

NASCIMENTO E GOULART, 2016, p. 40), que prestaram apoio às famílias organizadas pelo MLB e desenvolveram um plano urbanístico com uma assessoria de arquitetos voluntários, consolidando essa segunda ocupação com aproximadamente 310 famílias inicialmente. No dia 27 de agosto de 2012, foi realizada uma reunião técnica com a participação de arquitetos, geógrafos e moradores para discutirem esse plano, de modo que a proposta

[...] definiu 144 lotes de 126 metros quadrados (7m x 18) que foram divididos entre duas famílias, resultando, ao final, em 288 lotes de 63m² para cada, com acesso direto às ruas e avenidas de 4 metros de largura. O plano reservou áreas de preservação ambiental, já que há um córrego na porção sudeste do terreno, áreas de convivência e creche. (BITTENCOURT, NASCIMENTO E GOULART, 2016, p. 48)

Além disso, segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o sistema viário do projeto incluiu alamedas de 4m de largura e uma maior declividade, atravessando as quadras, de forma que os lotes foram dispostos ao longo dessas alamedas, paralelos às curvas de nível, visando gerar pouca movimentação de terra durante as construções.

Desde o ano inicial dessa nova etapa da ocupação, ela contou com a parceria do grupo PRAXIS, parceiro do MLB, buscando a “[...] construção de processos compartilhados visando soluções para o esgotamento sanitário, erosão, drenagem, áreas comuns, biblioteca e creche” (BITTENCOURT, NASCIMENTO E GOULART, 2016, p. 49). Em relação ao esgotamento sanitário, ele foi um elemento balizador na concepção do parcelamento da área, visto que o terreno está numa condição geológica que demanda cuidado na manipulação e infiltração de águas, pois possui características que tornam o terreno vulnerável à desestabilização pelas águas, com risco de ser agravado no caso de moradias autoconstruídas, que contam com poucos recursos financeiros. Assim, segundo Bittencourt, Nascimento e Goulart (2016), em uma parte da ocupação foram implementadas soluções convencionais devido à declividade favorável do terreno à rede pública oferecida pela Copasa. Já o restante da ocupação possui Tanques de Evapotranspiração (TEVAP) para as águas negras (água residual do vaso sanitário) e Círculos de Bananeiras para cinzas (água residual dos processos domésticos) que foram autoconstruídos

pelos moradores. Em novembro de 2015, a Copasa também iniciou a construção de uma rede de distribuição de água na ocupação Eliana Silva.

Além disso, as ruas existentes na ocupação, nomeadas pelos próprios moradores, tornaram-se endereços formais, compondo a Vila Eliana Silva. No entanto, outros serviços urbanos ainda precisam ser conquistados e assegurados permanentemente para ampliar a segurança da posse das famílias. Em 2017, segundo nota publicada pela Defensoria Pública de Minas Gerais, não havia mandado de reintegração de posse da ocupação Eliana Silva expedido e, em 2018, o Decreto 16.888/2018 também reconheceu a ocupação Eliana Silva como Aeis-2, ou seja, uma área com características como ocupada por população de baixa renda com características urbanísticas de exceção, sendo assim passível de urbanização e instalação de serviços urbanos. Dessa forma, havia previsão de liberação de instalação de redes de luz e esgoto até março de 2019¹¹.

5.2.4 Nelson Mandela

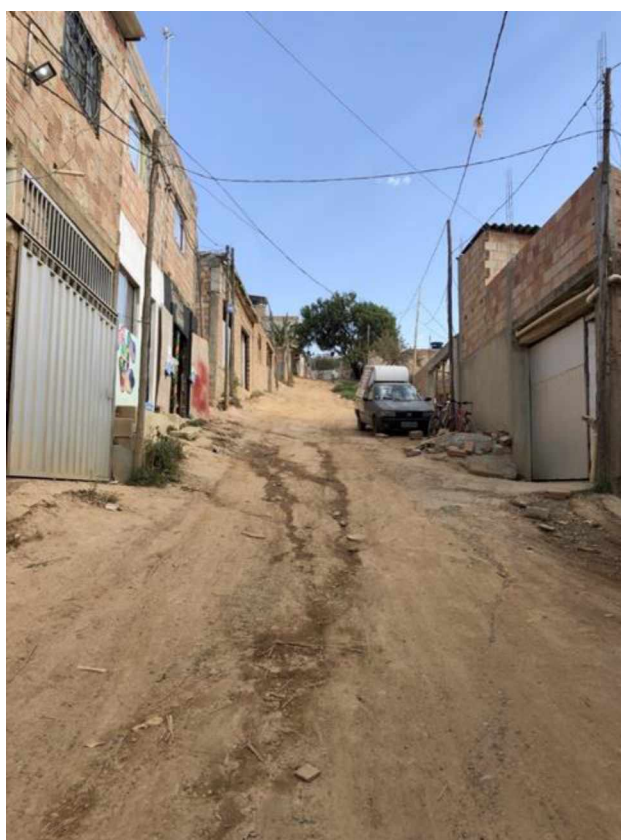
A ocupação Nelson Mandela também se encontra no vale circunscrito pela Avenida Perimetral. Ela surgiu na última semana de fevereiro de 2014, durante o carnaval, quando 310 famílias não organizadas, segundo Bittencourt, Nascimento e Goulart (2016), ocuparam uma área ociosa em torno das ocupações Eliana Silva, Irmã Dorothy e Camilo Torres. Já no dia 1º de março de 2014, os ocupantes enfrentaram confrontos com a Polícia Militar e conseguiram resistir a uma ação de despejo. Segundo notícia publicada no “Diário Liberdade”:

No final da tarde, após intenso processo de negociação, a nova ocupação prometeu preservar 30 metros de área, ao lado de um curso d'água, existente nas proximidades do terreno ocupado. Assim foi firmando um acordo entre as lideranças da ocupação e autoridades do estado de MG que apenas a parte de cima do terreno estará sob controle da Nelson Mandela. A Polícia ambiental também esteve no local e confirmou que não se trata de uma área de preservação ambiental, ao contrário que foi divulgado por parte da imprensa mineira. (NASCE..., 2014, s.p.)

¹¹ Não foi confirmado.

Com isso, apesar de não possuir plano urbanístico, a ocupação resistiu e, posteriormente, seus moradores tiveram apoio do MLB, “inclusive, na elaboração do parcelamento do solo; são lotes padronizados com acesso direto às ruas e áreas destinadas a equipamentos coletivos” (BITTENCOURT, NASCIMENTO; GOULART, 2016, p. 75). A figura 5 é uma foto da ocupação Nelson Mandela registrada na visita a campo, permitindo a visualização de aspectos como a largura das vias e características das casas.

Figura 5 - Ocupação Nelson Mandela



Fonte: Arquivo do autor (2019)

Dessa maneira, os moradores têm amplo apoio das ocupações vizinhas e do MLB, usufruindo das experiências deles para organizarem-se. Além disso, o grupo PRAXIS também já realizou assessoria técnica para os moradores, porém “[...] a maior parte do processo de construção do território foi realizado autonomamente, compreendendo desde a construção de todas as casas, a divisão das ruas, dos lotes e das áreas coletivas” (BITTENCOURT, NASCIMENTO; GOULART, 2016, p. 75).

O nome da ocupação foi escolhido em assembleia e dedicado ao ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela, importante liderança contra o *Apartheid* no país e uma personalidade internacionalmente reconhecida como importante defensor do movimento negro.

Em relação à situação urbana da ocupação, ela não possuía, segundo Bittencourt, Nascimento e Goulart (2016), até junho de 2016, coleta de lixo e limpeza urbana, nem coleta de esgoto, nem transporte interno. Por outro lado, possuíam rede de distribuição de água e de energia autoconstruídas pelos moradores. Até a mesma data, a ocupação possuía 310 famílias e nenhum proprietário nem o poder público haviam requerido ação de reintegração de posse na Justiça. A ocupação Nelson Mandela, apesar de não ter sido incluída no Decreto 16.888/18, foi reconhecida pelo Novo Plano Diretor de Belo Horizonte.

Ferreira e Jayme (2016) utilizam o caso da ocupação Nelson Mandela, assim como da ocupação Eliana Silva, para argumentar que

As ocupações de moradia representam, dessa forma, produções criativas do espaço, preenchidas por mobilização e planejamento de recursos específicos para conquista de acesso, bem ao contrário do que afirma Maricato (2000), que vê a irregularidade dos assentamentos como um conjunto de empreendimentos descapitalizados e construídos com técnicas arcaicas. Sinalizam escolhas efetuadas por agentes por meio de projetos elaborados (MOURA, 2009) em campos de possibilidades no tempo e no espaço. (FERREIRA; JAYME, 2016, p. 17)

Os autores não negam a realidade de exclusão dos territórios ocupados, mas inferem, a partir dos casos,

[...] que as noções da precariedade e da marginalidade precisam ser problematizadas, uma vez que tais assentamentos possuem temporalidades e territorialidades próprias e bastante diversas, embora não antagônicas, dos ideais da racionalidade arquitetônica e urbanística e até dos princípios ideológicos dos movimentos sociais. (FERREIRA; JAYME, 2016, p. 17)

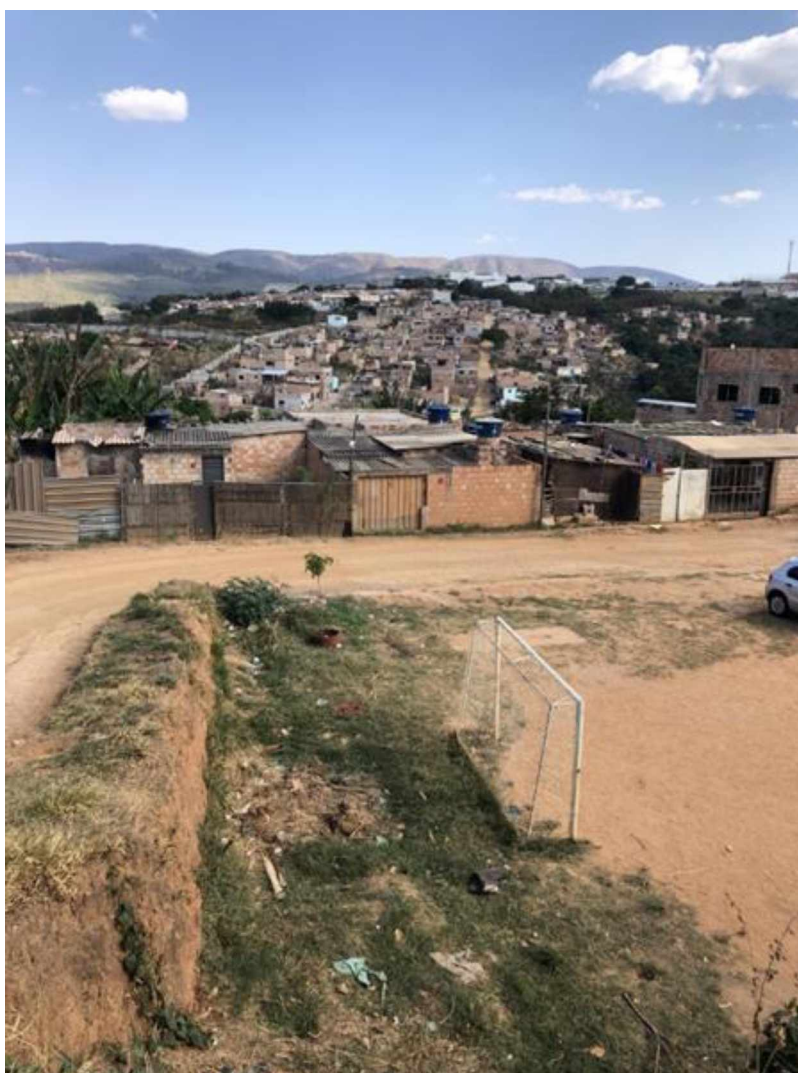
Dessa forma, eles consideram que a informalidade na escolha do lugar a ser habitado, “[...] com traços incipientes, arbitrários, escassos de infraestrutura e de redes cívicas e sociais não é uma realidade estanque” (FERREIRA; JAYME, 2016, p. 17). Assim, os autores propõem a reflexão,

nesses casos, de que é necessário compreender “especialidades e habitabilidades intrínsecas a demandas individuais e coletivas expressas no desenvolvimento construtivo do habitat, que vai da “escolha” do local à regularização do Estado.” (FERREIRA; JAYME, 2016, p. 17). É importante pensar a respeito das dinâmicas de organização e mobilização das ocupações, analisando como as forças dos agentes na produção da cidade atuam em momentos políticos e econômicos diferentes e de que maneira atuam, compreendendo como se dão as condições materiais e simbólicas da vida social urbana.

5.2.5 Paulo Freire

A figura 6 se trata de uma fotografia registrada na visita a campo à ocupação Paulo Freire. A foto foi tirada de sua entrada, de modo que já é evidenciado um equipamento coletivo (o campo de futebol). No dia da visita, estava sendo realizada a movimentação de um contêiner que passaria a ser usado como um espaço para reuniões. Ao fundo, é possível visualizar também a ocupação Nelson Mandela.

Figura 6 - Ocupação Paulo Freire



Fonte: Arquivo do autor (2019)

A ocupação Paulo Freire surgiu em maio de 2015, sendo a mais recente das ocupações estudadas do vale circunscrito pela Avenida Perimetral, no bairro Vila Santa Rita, na Regional Barreiro. Até junho de 2016, contava com uma extensão territorial de 20.208m² e 170 famílias, de modo que já estava “fortemente organizada e consolidada”, segundo Bittencourt, Nascimento e Goulart (2016). O movimento social atuante na ocupação é o MLB.

O nome da ocupação é dedicado ao educador pernambucano Paulo Freire, personagem notório internacionalmente por sua contribuição em métodos educativos, sendo o brasileiro com mais títulos de Doutor honoris causa de diversas universidades, entre elas Harvard, Cambridge e Oxford. Na 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência,

houve uma moção para que Freire fosse indicado ao Nobel da Paz, de forma que

A obra de Paulo Freire está orientada para a emancipação da pessoa humana, para a liberdade dos povos e a justiça social entre os homens, para a democracia autêntica como soberania popular e para a paz entre os cidadãos, num clima de humanização e conscientização. (SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 1993, s.p.)

A ocupação contou com um plano urbanístico realizado de forma compartilhada entre arquitetos voluntários, moradores da ocupação e membros do MLB, segundo Bittencourt, Nascimento e Goulart (2016), de modo que foi planejada uma área com um conjunto de “[...] 155 lotes com acesso direto às ruas internas e duas áreas coletivas, destinadas à praça central e à horta comunitária” (BITTENCOURT, NASCIMENTO E GOULART, 2016, p. 100). Para se ter uma ideia do apoio que existiu na ocupação surgida no final de maio de 2015, segundo o ativista Frei Gilvander Luís Moreira, em matéria publicada no blog oficial da ocupação Paulo Freire, todas as casas de alvenaria já estavam construídas ou em construção no dia 8 de junho de 2015. Na mesma matéria, o frei cita o abandono do terreno e a necessidade dos ocupantes devido ao “imenso déficit/injustiça habitacional em Belo Horizonte”, causado pelas dificuldades, segundo ele, dos moradores em arcar com os altos custos de aluguéis na capital mineira.

Há a suspeita, segundo Bittencourt, Nascimento e Goulart (2016), de que a área ocupada tem uma origem semelhante às das ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy, que são, portanto, terrenos públicos do Estado de Minas Gerais que foram repassadas à iniciativa privada para fomentar o crescimento industrial na região e, no entanto, não havia sido utilizada antes da ocupação. Segundo o Frei Gilvander Luís Moreira:

[...] mesmo após ultrapassadas mais de 03 décadas desde a criação do referido Distrito Industrial Sócio Integrado do Jatobá, grande parte da região continua em situação de completo abandono e descaso, sendo certo que o empreendimento não “saiu do papel” e, pior do que isto, está permeado de ilegalidades gravíssimas, como pode-se citar a ausência de licitação, a venda por preço irrisório e o descumprimento de cláusulas contratuais que exigiam a implantação de empreendimentos industriais

para gerar emprego na região. O que prosperou foi a especulação e o aumento do déficit e injustiça habitacional. (SITE OFICIAL DA OCUPAÇÃO PAULO FREIRE, 2015, s.p.)

Apesar de uma ação judicial haver sido expedida por uma empresa de transporte coletivo, o juiz da vara civil de Belo Horizonte entendeu “que a autora da ação judicial não conseguiu comprovar devidamente a propriedade da área, restando ser legítima a posse exercida pelos ocupantes” (BITTENCOURT, NASCIMENTO E GOULART, 2016, p. 101). Assim, segundo nota publicada pela Defensoria Pública de Minas Gerais em 17 de fevereiro de 2017, não havia mandado de reintegração de posse do terreno ocupado expedido, processo nº 0024.14.003.707-8.

A ocupação possui rede de distribuição de água, rede de energia e coleta de esgoto, ambos autoconstruídos pelos moradores, porém não possui coleta de lixo e limpeza urbana nem transporte urbano interno. No entanto, “embora a qualidade da instalação autoconstruída atenda as expectativas dos moradores, a formalização garante outros benefícios, inclusive simbólicos, como a legitimação de endereço diante do poder público e da sociedade” (BITTENCOURT, NASCIMENTO; GOULART, 2016, p. 101). Portanto, apesar da existência dos serviços urbanos na ocupação, os ocupantes pressionam o poder público para que seja realizada uma instalação formal. A ocupação Paulo Freire também não havia sido reconhecida pelo Decreto 16.888/18, porém a regularização aconteceu através do Novo Plano Diretor, assim como a ocupação Nelson Mandela.

Vale ressaltar que a ocupação Paulo Freire possui um blog recorrentemente utilizado, que possui uma série de postagens de vídeos e matérias a respeito da própria ocupação e também de outras ocupações belorizontinas, além de causas defendidas pelo Movimento, como a oposição à instalação de uma mineradora no município de Serro (MG).

Na próxima seção será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa deste trabalho.

6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O presente projeto pode ser classificado, em relação aos objetivos, como uma pesquisa explicativa, de forma que tal tipologia

[...] é um tipo de pesquisa mais complexa, pois, além de registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes. A pesquisa explicativa tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o porquê das coisas [...] (ANDRADE, 2002 apud RAUPP, 2006)

Desse modo, como o tema central abordado neste estudo é a relação de ocupações urbanas com o meio ambiente em diversas instâncias, como a percepção para os moradores, para movimentos sociais pró-moradia, para movimentos sociais pró-meio ambiente, para a academia, entre outros, e, compreendendo também que tal tema ainda possui muitos atores e possibilidades de aprofundamento, o objetivo da pesquisa é explorar algumas das principais lacunas e consolidar novos conhecimentos sobre o assunto.

Em relação aos procedimentos, foi realizada uma revisão bibliográfica, análise de documentos, entrevistas e também pesquisa de campo direta para coleta de dados e informações, de modo que é de grande valor o conhecimento científico previamente acumulado sobre o tema, mas também é importante a visão dos atores envolvidos no processo e também observação dos fatos na realidade, que permitem uma percepção da situação em esferas inalcançáveis para o conhecimento bibliográfico.

Além disso, trata-se de uma pesquisa de documentação direta e indireta. A documentação indireta foi por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, com uso de um Diagnóstico elaborado pela Secretaria de Política Urbana da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 2013, enquanto a direta por meio de pesquisa de campo exploratória, explorando o estudo do Parque das Ocupações do Barreiro, que é um projeto do Grupo Indisciplinar da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com o MLB que está em fase de implantação.

Segundo a abordagem teórica e as técnicas de coleta de dados, a pesquisa é bibliográfica, documental e um estudo de caso, de forma que a natureza da metodologia aplicada é qualitativa. Para isso, as técnicas utilizadas são, portanto, observação direta – a partir de uma visita ao local das ocupações – e entrevistas individuais, com uma militante do MLB, uma moradora da ocupação Paulo Freire, uma professora da UFMG, um funcionário da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), uma funcionária da Secretaria de Política Urbana, um líder do MLB – que é morador da ocupação Eliana Silva – e dois funcionários do Observatório do Milênio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Belo Horizonte. A relação dos entrevistados, com fins didáticos, foi esquematizada no quadro 2.

Cabe destacar que, inicialmente, tencionava-se entrevistar mais moradores das ocupações, no entanto, foi encontrada muita dificuldade de se entrevistar a liderança do MLB e, a partir disso, não houve tempo hábil para se realizar as entrevistas com outros moradores das ocupações, de modo que a percepção sobre a questão ambiental nessas partiu mais da experiência de terceiros nas ocupações do que dos próprios moradores.

Ainda, serão abordadas informações relacionadas à formação das ocupações, a questão ambiental dentro delas e a visão institucional do governo sobre as ocupações.

As entrevistas foram organizadas em dois tópicos, visando reunir, primeiramente, as informações recolhidas através da academia, organizadores e moradores das ocupações do Parque, e, em seguida, informações concedidas pelo poder público, a partir de setores variados da Prefeitura de Belo Horizonte.

Quadro 2- Relação dos Entrevistados

Entrevistado 1	Líder do MLB e morador da ocupação Eliana Silva
Entrevistada 2	Professora da UFMG e membra do Grupo Indisciplinar
Entrevistada 3	Militante do MLB
Entrevistada 4	Moradora da ocupação Paulo Freire
Entrevistado 5	Funcionário da Diretoria de Habitação e Regularização da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel)
Entrevistada 6	Funcionária da Secretaria de Política Urbana
Entrevistado 7	Funcionário do Observatório do Milênio de Belo Horizonte
Entrevistada 8	Funcionária do Observatório do Milênio de Belo Horizonte

Fonte: Elaboração própria.

6.1 Percepção dos entrevistados oriundos da academia, liderança e morador das ocupações

Nesta seção, o objetivo das entrevistas foi de buscar entender como se deu o processo de planejamento das ocupações, além de compreender questões relativas ao seu modo de funcionamento atual e o apoio técnico da academia. Foram entrevistados um líder do MLB, que também é morador da ocupação Eliana Silva; uma professora da Escola de Arquitetura da UFMG, que está envolvida com o projeto do Parque das Ocupações por meio do Grupo Indisciplinar¹²; uma militante do MLB; e uma moradora da ocupação Paulo Freire.

¹² Segundo o site oficial do grupo, ele é formado por “mais de 40 professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação, militantes e ativistas de movimentos sociais, culturais e ambientais, oriundos de diversos campos do conhecimento” (ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG), 2000) e “O Indisciplinar é um grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ, sediado na Escola de Arquitetura da UFMG, que tem suas ações focadas na produção contemporânea do espaço. Considerada a importância da produção biopolítica nas metrópoles e os processos constitutivos do espaço social, e tendo a dimensão do comum como ideia norteadora das ações do grupo. As atividades cotidianas do grupo imbricam uma atuação conjunta com diversos atores

Para reconstruir a história das ocupações, primeiramente, buscou-se entender o perfil das famílias residentes nas ocupações, no sentido de compreender como foi o processo de escolha desses moradores e se já eram pessoas da região:

Sempre aparece gente de tudo quanto é lugar, mas principal são as pessoas que moram perto. Esse é o sentido inclusive da luta pela reforma urbana que a gente faz. A pessoa morar perto, de onde ela tem a vida dela já constituída... emprego, relações familiares, de amigos, enfim. Então, é um pouco isso que faz o sentido da gente fazer a ocupação ali. (Entrevistado 1)

Esse trecho revela que, de maneira geral, segundo o Entrevistado 1, a maioria dos moradores das ocupações são pessoas nascidas ou que já eram moradoras da Regional Barreiro. Esse fator é importante, justamente pelas razões explicadas na fala, de forma que um cidadão que já possui uma vida constituída e estruturada no local não terá consequências tão intensas geradas por um possível processo de adaptação, além de que, também, uma proximidade geográfica do local de emprego e de uma rede de socialização já constituída agregam uma qualidade de vida maior aos cidadãos das ocupações, retomando a noção de adensamento presente nas cidades sustentáveis, de modo que essa proximidade gera um menor tempo de deslocamento na vida das pessoas.

Em seguida, questionado sobre qual foi a motivação para realização da ocupação Eliana Silva, a qual o Entrevistado 1 é morador, ele afirma:

A ocupação veio a partir da necessidade de centenas de pessoas que não tinham onde morar e da organização do MLB, que é um movimento que luta pela reforma urbana e entende as ocupações, a luta pela moradia, como um carro-chefe dessa luta, porque é a luta que mais mobiliza gente. O movimento com essa luta acaba tendo condição de aglutinar pessoas pra outras pautas que envolvem a discussão da reforma urbana. Então, a Eliana Silva nasce muito dessa questão, [...] foram

que constituem a produção do espaço nas metrópoles como: Movimentos Sociais, Ambientais e Culturais; Grupos de Pesquisa e Extensão; Ministério Público; Defensoria Pública; Poderes Legislativo e Executivo, dentre outros. As frentes de ação do grupo se envolvem tanto em processos destituíntes contra o urbanismo neoliberal em suas muitas dimensões expropriadoras do comum, quanto em processos constituintes de novos espaços engendrados pela coletividade, autonomia cidadã e defesa do comum urbano (material e imaterial), em uma abordagem transversal e indisciplinar.” (ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG), 2???)

nove meses de preparação das famílias em núcleos, reuniões, enfim... a gente indo nos lugares onde as pessoas moravam de aluguel, de favor, área de risco, região do Barreiro e tudo... até dar as condições da ocupação acontecer. (Entrevistado 1)

Pela fala, infere-se que, na percepção do entrevistado, a luta por moradia é um ponto primordial para a reforma urbana, de forma que o MLB possui uma atuação focada nessa vertente por acreditar que as ocupações são processos que atraem muitos cidadãos, o que se deve ao déficit habitacional existente no país e em Belo Horizonte, como já foi exposto. É uma luta que vai além de ideologias, atraindo pessoas que se agregam ao movimento por necessidades de moradia, o que explica essa alta mobilização citada. O Entrevistado 1 e a Entrevistada 3 também falam a respeito da escolha da região da ocupação e o que era exatamente essa área anteriormente:

A escolha é muito pela necessidade das pessoas, porque elas moravam ali perto. Elas conheciam a região e viram que tinham terrenos vazios. A Eliana Silva acontece em dois terrenos: aconteceu num primeiro, que foi abril de 2012... foi despejada em maio de 2012 na véspera do Dia das Mães, num despejo extremamente violento, [...] e, a partir disso, foram três meses de preparação, e foi feita de novo a 1 quilômetro desse terreno aonde ela está hoje. Então, foi a partir da observação das pessoas, vendo, como todo bairro no Brasil, [...] tem espaços urbanos vazios que não cumprem função social e a Constituição prevê que o terreno, que o espaço, que um prédio, enfim... que um imóvel precisa cumprir uma função social. Se ele não cumpre, cabe fazer cumprir. Então, na verdade, esses moradores com essa observação fizeram a lei valer. (Entrevistado 1)

Aqui era um Distrito Industrial, que foram terrenos que foram doados, cedidos a alguns empreendimentos industriais e que ficaram ociosos por muito tempo, sem pagar imposto, e um princípio básico do movimento é ocupar terras que não estejam exercendo sua função social. E a gente tinha o entendimento que essas áreas eram grandes áreas que não exerciam função social e, principalmente, ela exonerava o Estado, porque elas não pagavam imposto e era uma prática de especulação imobiliária, também. Então, nesse sentido, a escolha por aqui foi por isso, porque elas não cumpriam função social. Segundo, porque eram áreas extensas, davam pra gente acomodar muitas famílias. Em terceiro lugar, a gente já tinha um histórico de luta aqui no Barreiro, que era a Vila Corumbiara, e, em quarto, também, que eu acho que é uma região que já era marcada pela luta pela terra, pela própria ocupação da Vila Pinho da década de 70. Então, tem esse histórico da luta pela terra do movimento e da própria população local aqui da Vila Pinho. (Entrevistada 3)

Ambos entrevistados citam em suas falas o descumprimento da função social nos terrenos que foram ocupados. Como ambos são militantes do MLB, entende-se que o movimento social tem essa percepção muito consolidada de que as propriedades devem ser utilizadas, de modo que percebem que existem cidadãos sem moradia e espaços vazios ou sub aproveitados, condenando a especulação imobiliária. Além disso, a Entrevistada 3 cita um histórico de luta por moradia no Barreiro, o que é uma peculiaridade importante da regional, que concentrou e concentra muitas ocupações urbanas em sua história e, por fim, a extensão das áreas é importante para que fosse abrigado um número maior de cidadãos, fortalecendo o movimento. Dessa maneira, ao passo que existe essa necessidade por parte da população, o movimento ou a própria população de forma espontânea buscam estratégias para atendê-la, sendo que, no caso das ocupações que hoje compõem o Parque, o caminho utilizado foi a ocupação de um terreno inutilizado que não estava cumprindo uma função social.

Também vale ressaltar que a Entrevistada 3 complementa relatando que a área era para funcionar como um espaço para instalação de indústrias, mas que estava ocioso. Essa fala valida a pesquisa indireta feita previamente, na qual foi encontrada a mesma explicação. Complementando as perguntas anteriores, o Entrevistado 1 fala a respeito do processo de constituição das outras ocupações:

Nem todas essas foram construídas pelo MLB. Ou foram ocupações espontâneas ou foram de processos outros, mas que acabam se encontrando porque eles estão na mesma área, [...] mas cada uma teve uma história de construção. A Camilo e a Dorothy, por exemplo, foi um processo de construção organizada, feito por um fórum que chamava na época [...] Fórum de Moradia do Barreiro, que era composto por vários grupos de moradia que lutam por moradia, que não atuam mais nesse lugar, [...] a Nelson Mandela foi uma construção própria de pessoas, moradores inspirados nessas ocupações que já existiam, foram lá e ocuparam e pediram apoio do movimento e o MLB passou a atuar desde o primeiro momento, [...] a Horta¹³ 1 e 2 é um processo antigo de início de moradias nesse vale, que foi feito inclusive com a Prefeitura de Belo Horizonte que cedeu os primeiros lotes pra essas pessoas

¹³ Contando a Horta como duas ocupações diferentes, o Parque das Ocupações possuiria sete comunidades. No entanto, a Prefeitura de Belo Horizonte com o Novo Plano Diretor unificou as Hortas 1 e 2, como será relatado mais adiante.

se instalarem... [...] e, hoje, o MLB atua em todas essas no vale. (Entrevistado 1)

Essa fala revela outro ponto importante que é a “independência” dos processos de criação das ocupações que hoje compõem o Parque. Como já mencionado, cada uma delas surgiu em momentos diferentes, por motivações diversas, apoiadas ou não por movimentos organizados, também diversos. Porém, hoje, o Entrevistado 1 afirma que o MLB atua em todas elas, funcionando como um elo entre as ocupações. Também sobre isso:

Quem chegar, que não conhecer a história dessas comunidades e olhar, vai ter uma ideia que é tudo uma comunidade só. São mais de 1200 famílias somando essas sete ocupações. [...] E o povo desse lugar, embora ele reivindique o nome dessas comunidades locais, ele tem uma ideia que a luta é a mesma. Então, o Parque é a complementação de um processo de unidade de ação que essas comunidades já tem há muito tempo, inclusive pra conquistar direitos. Quando a gente conquistou a ligação oficial de água da Copasa, a ligação de energia da Cemig... isso se estendeu pra outras comunidades, então foi Eliana Silva, Camilo e Dorothy, por exemplo, que são as mais antigas [...] e que tem menos problemas do ponto de vista da adequação à legislação urbana e tal. Isso já tá se estendendo pra Paulo Freire e pra Nelson Mandela, que foram aprovadas no Plano Diretor. As Hortas, a Horta 1 e 2 também foram... então, enfim, isso tá se estendendo para o vale todo. O Parque é a complementação de um processo histórico já de luta. (Entrevistado 1)

Assim, articulado pelo MLB, a proposta do Parque consolidou outro elo importante, entre as próprias ocupações. Apesar de, como dito pelo Entrevistado 1, os moradores valorizarem o processo histórico de formação individual das ocupações, essa unidade é importante, porque fortalece as ocupações e facilita conquistas coletivas, como das ligações de água e energia, como foi dito. Essa aproximação é possível pelo que foi relatado pelo Entrevistado 1, pois, apesar de processos distintos, todas elas são ocupações urbanas, ou seja, todas envolvem a luta por moradia e cidadãos que não tinham onde morar. Além disso, a proximidade geográfica é um fator relevante para explicar essa busca por unidade, pois todas elas possuem problemas semelhantes em relação ao terreno, devido a aspectos como a própria preservação ambiental, pois, se uma das ocupações degrada a área de preservação presente ali, todas as outras correm o risco de serem

prejudicadas. É importante ressaltar um trecho de um documento elaborado pelo Grupo Indisciplinar a respeito do Parque:

Como tática de destacar o potencial desse local e a possibilidade de um entendimento mais complexo da relação entre ocupação e área verde, a região foi nomeada pelo grupo de Parque das Ocupações do Barreiro. A relação entre o parque e as ocupações é uma forma resistência para ambos e aponta para superação da ideia de individualidade, lucro, compra e venda, espaço cercado e dicotomia entre cidade e natureza. A cidade como espaço público deve ser cuidada, preservada e ocupada. Sendo assim, a despeito do senso comum, que coloca em lados opostos as lutas pelo meio ambiente e habitação, o grupo Indisciplinar propôs exatamente reunir essas duas lutas, por uma cidade mais sustentável e justa. (GRUPO INDISCIPLINAR, 2017)

Dessa forma, a proposta do Parque surge como um confronto do conflito entre cidade e meio ambiente e, também, um exemplo ou uma tentativa de desenvolvimento de comunidades sustentáveis. Questionada sobre quais foram os motivos mais determinantes para a criação dessa ideia de Parque, a Entrevistada 2, que atua no Grupo Indisciplinar, responde:

O que desencadeou foi essa percepção: 'tá muito próximo, tá muito próximo' [a mancha urbana da mancha verde na área]... e isso que vocês [moradores das ocupações] vêm enfrentando nesse diálogo aí na fronteira com o verde, na verdade, não é só um embate de fronteira, isso tem que ser incorporado... a gente ficou brincando, na 'contra invasão do verde'. Talvez tem que ser uma coisa que tem que ser assumida pelos moradores. Nessa época, a gente começou até a propor slogans 'Quem ocupa cuida', 'Contra invasão do verde', e tal... pra poder começar a ter essa discussão, mas teve outros momentos aqui. Hoje em dia, o que a gente chama de Parque é tudo que envolve essa gleba, e não necessariamente só o verde. E nem quer dizer que seja só área de preservação, mas os eventos que podem acontecer. (Entrevistada 2)

Dessa maneira, em relação ao Parque especificamente, a proposta foi criada visando unir as comunidades e, ao mesmo tempo, fortalecer a pauta ambiental na área, de modo que ela ganha destaque no âmbito das cinco ocupações devido à proximidade com uma área de preservação. Assim, é fundamental um cuidado e uma organização para que o meio ambiente seja preservado pelos moradores. Sobre o significado do Parque, a Entrevistada 3 diz:

Olha, eu acho que [o Parque] tem alguns significados. Individualmente, como geógrafa, pra mim é espetacular, vendo

essa relação homem e meio ambiente e vindo da camada popular. E de uma construção coletiva, de autogestão, que não venha pelo Estado. Eu acho que, como geógrafa, tem toda minha admiração [...]. Como militante, eu acho que é pra provar que as ocupações não podem ser criminalizadas pelo impacto ambiental causado às áreas de APP, principalmente aqui na região. E eu acho que tem uma outra coisa que é muito importante a gente falar: eu acho que a importância desse Parque é pra história de Belo Horizonte [...]. Aqui, a preservação ambiental tá sempre muito aliada ao papel do Estado, da Prefeitura, do governo do estado... as iniciativas individuais ou coletivas que surgem elas são muito criminalizadas. Hoje, pra você cuidar de uma praça, você precisa ter um programa do município que chama Adote o Verde, você não pode simplesmente cuidar da praça, então tá sempre muito institucionalizada [...]. Você não pode cuidar da praça que tá em frente à sua casa. Então, acho que isso é uma prova de que as pessoas podem fazer autogestão. Historicamente, pra cidade, eu acho que é interessante. (Entrevistada 3)

Portanto, essa fala da Entrevistada 3 possui diversos pontos. Primeiramente, ela critica a criminalização das ocupações urbanas devido ao dano ambiental, por acreditar que é possível uma convivência harmônica entre os moradores das comunidades e o meio ambiente. Em segundo lugar, ela ressalta a autogestão e faz outra crítica, desta vez à institucionalização da preservação de espaços, tanto urbanos quanto naturais. Ela acredita que a proposta do Parque revela uma capacidade dos cidadãos de se organizarem para preservarem a cidade de maneira geral, sendo que essa relação não deveria ser dificultada pelo poder público através de processos burocráticos. Questionado sobre como a pauta ambiental foi incluída no planejamento das ocupações, o Entrevistado 1 relata:

Como foram formas diferentes de processo de construção, também essa relação com a questão ambiental foi diferente também. O que a gente buscou fazer a partir das ocupações do MLB foi o seguinte: [...] elas foram extremamente planejadas pra preservar as áreas de preservação ambiental, as nascentes... então, a gente fez esse trabalho. Ao fazer isso, a gente também influenciou os outros a, se não tinham feito, passar a fazer e, os que já faziam, reforçar aquilo que tavam fazendo. Então, daí surgiu uma ideia: a nascente da Eliana Silva tá preservada, vamos constituir essa área verde que tá em torno do Parque. Esse Parque, a ideia inicial era do Eliana Silva, mas, quando a gente foi ver que essa área verde ela dialoga com todas as comunidades, a gente falou: 'por que não propor isso pro vale todo?'. E aí isso foi se estendendo... essa discussão foi pra Paulo Freire, essa discussão chegou no Indisciplinar, que é um grupo de pesquisa da UFMG [...]. Dali,

se estendeu pra uma relação com a Copasa... dali, [...] esse diálogo continuou nas comunidades, se estendeu pra Nelson Mandela, se estendeu da Paulo Freire pra Nelson Mandela, pra Camilo, pra Dorothy, enfim... e, hoje, não é uma discussão totalmente terminada. Naquele vale, ainda cabe debater e ganhar mais famílias e gente, mas, hoje, já é uma realidade que não é mais de algumas lideranças, é de um conjunto de pessoas que começa uma ação. Inclusive, no dia 21 agora [21/09/2019], o plantio de primeiras espécies. Isso já tinha acontecido na Paulo Freire também... plantou nas ruas, porque a ideia do Parque é que ela invada as comunidades, né? No bom sentido 'invadir', mas o bom sentido que nós queremos dar é que ele ocupe as ocupações. Então, o Parque é uma relação dialética entre o meio ambiente e a moradia, entendendo que isso tudo pode funcionar junto. (Entrevistado 1)

A fala supracitada é fundamental para mostrar que a pauta ambiental já estava inserida nas ocupações antes da proposta do Parque. Apesar de algumas delas não terem essa preocupação previamente, a fala do Entrevistado 1 revela que o MLB sempre buscou uma articulação para que os moradores não causassem grandes danos ambientais na área. Isso também revela uma certa incongruência entre as ocupações, como consequência dos processos distintos de formação de cada uma. A proposta do Parque, no entanto, busca homogeneizar essa consciência ambiental, de modo que o MLB entende que o Parque é não apenas área verde, mas também as ocupações. *“Pode-se morar na área verde e área verde pode morar ou pode estar onde estão as moradias, isso tem que se encontrar e é isso que a gente tá buscando fazer”* (Entrevistado 1). Também a respeito do Parque, ele diz:

O Parque acaba fazendo parte da nossa luta estratégica também pra consolidação da moradia. Se nós tamo dizendo que esse verde vai 'invadir' no bom sentido as comunidades, então, se uma espécie de preservação permanente¹⁴ é plantada do lado de uma casa e ela vinga, se ela não pode ser derrubada, tampouco a casa que tá do lado daquela espécie, entendeu? Então, nós queremos que aquilo fique para o futuro. Essas espécies que vão nascer ali elas são formas também de dizer o seguinte: 'você não pode derrubar essa árvore, essa casa muito menos, daqui nós não saímos mais'. Isso também é Parque, entendeu? E a gente fala isso porque muitas vidas com muitos anos de consolidação acabam sendo derrubadas por uma avenida, [...] em nome de um desenvolvimento que é

¹⁴ O Entrevistado 1 se refere à uma iniciativa realizada no Parque de plantar espécies vegetais raras nos quintais das casas das ocupações, visto que existem situações nas quais tais espécies são imunes ao corte, quando regulamentadas por legislação municipal, estadual ou federal.

botar um monte de carro na rua, poluir mais e é o exemplo da Pedro II, final da Pedro II ali ó, a Vila São José, pra quem conhece é uma vila com 60, 70 anos de história e ela foi basicamente derrubada pra passar uma avenida ali. Então... e esse tipo de, o que eles chamam de remoção, [...] é... isso acontece no Brasil inteiro. Aconteceu no período da Copa do Mundo e das Olimpíadas, inclusive no Rio... em várias, todas as cidades onde a Copa teve instalação, então nós estamos inclusive pensando a médio e longo prazo na questão do Parque, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas, de ter nascente próxima, de qualidade e água limpa, de fruta dentro da rua dele, enfim... de resgatar um tipo de cidade que esse meio de desenvolvimento do sistema capitalista esmagou e nós temos que resgatar. (Entrevistado 1)

Dessa forma, nota-se que o Parque é, na verdade, uma proposta muito complexa, que, por um lado, tem uma finalidade, como já dita, de fortalecer as ocupações, mas também visa implementar uma ideologia de preservação dos recursos naturais da área. Primeiramente, é importante ressaltar que, como as ocupações são instaladas muito próximas ou inclusive dentro de áreas que possuem determinação do poder público que sejam ambientalmente preservadas, uma desorganização e descuido ambiental por parte do movimento e/ou dos moradores violaria instrumentos legais e automaticamente abriria prerrogativa para que tais ocupações fossem removidas. Assim, é importante não apenas do ponto de vista ambiental que a área se mantenha preservada, mas também do ponto de vista legal, visando garantir a manutenção das ocupações e das moradias que estão ali instaladas. O Entrevistado 1 elenca em sua fala alguns casos de remoções de comunidades em Belo Horizonte que foram motivados por razões como construção de novas avenidas ou realização de obras para eventos internacionais. As novas ocupações urbanas, diante dessas experiências, buscam prevenir que isso aconteça novamente e traçam estratégias para a perpetuação das habitações, de modo que, no Parque, a pauta ambiental também abarca isso.

Desse modo, eles preservam o meio ambiente de forma consciente, como uma estratégia de perpetuação da ocupação e realizam ações como o plantio de espécies preservadas junto as moradias como estratégias para convencer a opinião pública e governamental que eles podem permanecer ali sem gerar danos ambientais significativos. Além disso, como também já dito, essa unidade de Parque favorece que ações do poder público em uma

comunidade sejam abrangidas para as outras, porque o coletivo é mais forte que elas individualmente. Complementando isso, a Entrevistada 2 relata:

Então essa área de fronteira com o verde já era assunto e o Movimento sabia disso, até porque um jeito de criminalizar os movimentos sociais é o meio ambiente. Então, o [...] coordenador aqui [do MLB], ele já tinha um cuidado. Não necessariamente porque o discurso ambiental estava ali, mas sabendo que, ao colocar nesse enfrentamento, isso respingaria uma coisa negativa. E aí, em junho, nós fomos visitar a Paulo Freire e, na Paulo Freire, essa mancha verde estava bem próxima dos últimos barracões, os barracões ainda eram de lona. E aí nós conversamos ‘não, a pauta ambiental tem que entrar dentro do movimento, não só a luta por moradia...’ e isso começou uma discussão. E, nesse momento, surgiu o termo Parque das Ocupações. [...] A gente viu retrospectivamente que essa nomeação teve sua importância, porque a partir dali começaram ações a acontecer e, hoje em dia, como é que isso tá se efetivando? Como é que isso tá chegando no morador da Nelson Mandela ou da Camilo Torres? Porque isso, a primeiro momento, chegou na coordenação do MLB com alguns poucos moradores da Eliana Silva e da Paulo Freire, mas, se a gente tá chamando isso tudo aqui de Parque das Ocupações... chamar isso tudo aqui de Parque das Ocupações também tinha um outro propósito, não quer dizer que isso [mancha verde] vai ficar preservado e isso [mancha urbana] vai parar¹⁵, é pensar que isso [mancha urbana] pode ser urbanizado de outra maneira. Então, que esse verde pode entrar dentro da ocupação. Então, [...] o horizonte é um Parque que você não tem a exclusão do homem, da moradia, que esse convívio aí seja possível. (Entrevistada 2)

Dessa maneira, essa fala evidencia novamente que o uso do verde no Parque não está necessariamente associado à pauta ambiental simplesmente por crenças. No contexto das ocupações urbanas, regras e necessidades exigem, de fato, uma atuação “improvisada” e criativa, visando a manutenção da moradia, esses sim princípios preponderantes que norteiam a atuação dos organizadores das ocupações. Portanto, um dos motivos de a pauta ambiental estar presente dentro do movimento é pela necessidade de respeito às normas, para que haja uma continuidade das ocupações.

No entanto, tanto o Entrevistado 1 quanto a Entrevistada 2 destacam que, além desses fins de fortalecimento e manutenção das ocupações, o MLB, a academia e a ideia do Parque têm, de fato, uma filosofia de conciliação entre

¹⁵ Isso foi percebido na visita às ocupações, já que uma área que era de preservação e pertencente ao Parque já havia sido ocupada por outras duas ocupações novas que surgiram na área (Horta 1 e 2).

o espaço urbano e o verde, de forma que ele agrega qualidade de vida para os moradores, possibilitando espaços de lazer, coleta de alimentos, entre outros benefícios. Essa situação retoma pressupostos semelhantes aos da proposta de cidades sustentáveis, de modo que ambas propõem uma convivência em harmonia do homem com o meio ambiente, apesar de uma ter motivações meramente restritas à qualidade de vida e a outra possuir, além dessas, também motivações visando a permanência no local. Questionado se agendas de sustentabilidade como a Agenda 21 impactaram de alguma forma as ocupações do Parque, o Entrevistado 1 responde:

Não, não necessariamente. Nós partimos muito mais de uma coisa concreta do nosso cotidiano do que uma agenda internacional... nós não estamos pautados por esses... embora dialoguemos com essas pautas [...]. Não deixamos de dialogar, mas a gente parte de necessidades concretas... nós não tamo partindo de divagações, nós tamo partindo de uma experiência real que a gente viveu e, a partir dela, a necessidade... (Entrevistado 1)

Sobre o mesmo assunto, a Entrevistada 2 relata:

Eu acho que, a princípio, se eu chego com a Agenda 21 no território, pode ser que ela não faça sentido algum. Então, por exemplo, quando a gente vem com uma pesquisa que a gente tenta aproximar um conceito de uma prática, pode ser que isso, [...] a partir de uma prática já em andamento no território, você agregue. Eu acho muito difícil inaugurar coisas e vir com pressupostos de cima pra baixo. A tendência inclusive é que a gente faça julgamentos que podem ser injustos. Assim, 'ah, o povo da ocupação suja o território, pessoal não cuida do território'. É muito melhor você entender o quê que tá acontecendo ali pra, no meio, surgir com propostas, ou, qualificando o que já tem, dizer 'olha, o que o senhor faz de trocar sua janela por aquilo ali chama economia solidária' [...] E aí eu consigo atuar não levando a luz, a sabedoria, a consciência pra ninguém, mas agregando, junto com uma coisa que já está em ação, um discurso. Então eu acho que, em relação à Agenda 21, mesma história. Eu acho inclusive que eu, ao ler também, aquilo só faz sentido na minha prática se eu vejo alguma coisa em vez de um comando externo, dado por uma instituição x,y,z. Alguma coisa que, de fato, vai: 1- agregar na luta; 2- descriminalizar a ocupação; 3- incorporar coisas já em ação... pra eu não chegar com uma coisa externa a ser aplicada ali, mas também vendo a importância de que isso entra. [...] A partir desse entendimento, [...] eu posso não só entender o território, agregando as práticas que a gente cartografa e mapeia, como criando diretrizes que incorporem isso e chegando lá na Prefeitura, lá na Urbel pra negociar junto com o movimento. [...] De alguma maneira, até tá lá alguma coisa que tá na ONU, que tá na Agenda, mas não como uma

coisa que vai ser aplicada, acho que é alguma coisa que pode ser mapeada, identificada e vai somar, vai qualificar a prática, porque a prática já tá ali, por meio do discurso. (Entrevistada 2)

Ela continua:

Mas também pensando nos resíduos, nas transformações, as pessoas [...] no território já fazem transformações, né? A autoconstrução por exemplo, incorpora janela aqui, porta acolá, então já tem uma bricolagem, já tem uma prática de reciclagem. Não tem o nome sustentabilidade, não tem o nome tecnologia social, não tem o nome economia solidária, mas tem uma prática que funciona com esses pressupostos. (Entrevistada 2)

Dessa forma, ambos os entrevistados acreditam que há uma aproximação entre a teoria, consolidada nessas agendas de sustentabilidade, e a prática das ocupações. No entanto, esses instrumentos não foram e não são utilizados pelos movimentos sociais para planejamento de ocupações nem para a elaboração da proposta do Parque. Isso, possivelmente se deve a um distanciamento desses instrumentos, por serem criados para dar instruções globalmente e, muitas das vezes, a partir de ideias e realidades de países desenvolvidos, muito diferentes das ocupações urbanas. No entanto, os conceitos e instrumentos têm grande importância para a pauta ambiental e, segundo os entrevistados, devem ser entendidos não como comandos, mas sim como conceitos que podem ser utilizados para agregar valor à realidade já existente na vida dos moradores, que realizam práticas sustentáveis muitas vezes sem terem o conhecimento disso. Assim, da realidade prática das ocupações e das necessidades das pessoas, surgem ações que podem ser consideradas alinhadas com a sustentabilidade que vêm dos próprios moradores, como a bricolagem e a reciclagem citadas pela Entrevistada 2 e, além disso,

No meu PFlex [Projetos Flexibilizados], os estudantes fizeram uma cartografia coletiva no território, pra saber relação das moradias com a natureza e mapearam muitos quintais¹⁶. Então, a gente foi vendo que, apesar de o verde estar sendo subtraído na área de preservação, ele retornava nos quintais, por motivos diversos. Desde, 'preciso de comer, o sacolão é caro, eu planto. Mas, eu plantei tanto que eu começo a vender o meu excedente, ou a trocar'. Ou ainda, uma coisa com a memória: 'Ah, eu planto porque no sacolão eu não acho ora pro nobis e eu sou de uma região de Diamantina que tem muita ora pro

¹⁶ Exemplos desses mapeamentos de quintais elaborados pelo Grupo Indisciplinar estão presentes nos Anexos E e F do presente trabalho.

nobis'. Então, a gente começou a mapear esse quintal e o motivo desse verde retornar. (Entrevistada 2)

Essa fala é muito interessante, porque, primeiramente, relata como os moradores das ocupações muitas vezes possuem uma relação com espaços verdes independente do MLB e de conceitos ou instrumentos de desenvolvimento sustentável, apresentando uma relação muito mais íntima com a natureza. Esse “retorno” da vegetação nos quintais das casas revela a importância do meio ambiente para eles, não necessariamente dele em estado natural, totalmente preservado, mas presente de uma maneira que agregue algo em sua qualidade de vida, podendo ser para melhorar a alimentação, renda ou simplesmente por uma memória afetiva. Na figura 7, é possível visualizar uma horta existente na creche comunitária Tia Carminha na ocupação Eliana Silva, a qual é cultivada pelos próprios alunos.

Figura 7- Horta existente na creche comunitária da ocupação Eliana Silva



Fonte: Arquivo do autor (2019)

Além disso:

Olha, tem umas coisas legais que vêm dos moradores já que é meio que uma tradição daquele povo que veio da roça, né? Então, reaproveitar alimento pra fazer horta, por exemplo, e fazer a hortinha da casa... aproveitar a água da chuva... cê tem umas iniciativas. A gente tem uma parceria com a Cemig, que a gente usa energia solar pra aquecer chuveiro em 90 casas na Eliana Silva... então, é outra parada, energia fotovoltaica. Então, enfim, tem umas iniciativas assim, uma ou outra ali do

morador que tá se integrando com a questão do Parque. E o Parque tá, inclusive, você deve ter visto que ele procura identificar isso também, o que é que existe nas comunidades que pode potencializar o Parque. (Entrevistado 1)

Somado aos quintais, portanto, são citados também o reaproveitamento da água e também a geração de energia solar. Todas essas iniciativas dão consistência à ideia de conciliação entre espaço urbano e área verde proposto na ideia do Parque e também na proposta de cidades sustentáveis, mostrando como a urbanização pode acontecer de uma maneira diferente, com dano ambiental reduzido. No entanto, os entrevistados também relatam que existe certa assimetria em relação à assimilação da pauta ambiental no Parque por parte dos moradores:

Nós precisamos lembrar o seguinte, nós estamos numa sociedade que não tem conscientização nenhuma ou praticamente nenhuma sobre a necessidade de preservar nascente, de preservar espécies animais, vegetais...isso não é uma discussão que tá em curso no cotidiano das pessoas. (Entrevistado 1)

Tem uma questão que é muito séria e que é uma questão social. A mobilização, por exemplo, às vezes a gente fala 'tá difícil realizar a mobilização, as pessoas não tão se interessando por essa temática ambiental...' as pessoas têm questões um pouco mais urgentes. Que é sobreviver, que é comer, que é trabalhar, que é o trabalho. Não que o trabalho seja uma necessidade, mas ele que dá conta de todas as outras coisas. Então, a gente tem percebido que a consciência ambiental não passa só pela fala 'você tem que preservar o meio ambiente'. Ela tem que tá aliada à geração de renda, à essa história de defender a sua casa, porque se você ferrar com o meio ambiente o Estado vem aqui e toma a sua casa... então, ele não dá pra ser um movimento de conscientização da classe média. De falar assim: 'vamo todo mundo reciclar o seu lixo, vamo todo mundo fazer a separação do lixo', porque até se a gente fizesse separação... a gente pode até fazer de latinha que alguém vai vender e dar renda. Mas, se fizer a separação de lixo, a SLU¹⁷ vai passar aqui e juntar tudo, sabe? Então, não dá pra gente ter uma ideia de que a conscientização ambiental aqui ela seja possível dessa [...] [forma] clichê. Ela tem que ir por outras vias. (Entrevistada 3)

Quando as pessoas aqui separam as latinhas, elas separam pra vender. Quando elas plantam alguma coisa, fazem uma horta, elas fazem por sobrevivência, sabe? Quando elas não desmatam, por exemplo, isso aqui [uma área verde dentro da ocupação], teoricamente, se fosse qualquer outra ocupação, aqui seria uma casa. A gente não taria sentado aqui. Mas, não dá pra ser assim. (Entrevistada 3)

¹⁷ Superintendência de Limpeza Urbana.

Primeiramente, é citado por ambos entrevistados uma falta de conscientização ambiental na sociedade atual, de modo que, muitas vezes, o movimento precisa introduzir os moradores à essa pauta. Para eles, o modelo capitalista traz dificuldades para a população de baixa renda, que possui necessidades mais urgentes, voltadas a questões econômicas. Isso é prioridade para os moradores das ocupações, por exemplo, de modo que é difícil que a pauta ambiental seja colocada em primeiro lugar. Ainda, a Entrevistada 2 relatou durante a entrevista uma assimetria gerada por diferentes níveis de aproximação de cada morador com o movimento, de forma que as estratégias pensadas pelo MLB alcançam as pessoas também em níveis desiguais. Ela diz: “*Uma coisa são os moradores que tão ali em torno do Movimento, outra é o pequeno empreendedor, especulador imobiliário, é o tráfico de drogas e tal...*” (Entrevistada 2). Complementando isso, também existe uma assimetria informacional natural de assimilação da pauta pelas pessoas, o que é influenciado por diversos fatores pessoais de cada um, como crenças, valores, cultura e até mesmo a memória afetiva, por exemplo. Portanto, esses trechos mostram como o processo de conscientização de uma população é lento, por diversos fatores.

No entanto, o fator que parece ser crucial, de fato, é a falta de prioridade da pauta ambiental para os moradores, sendo que seu perfil de maneira geral são pessoas de baixa renda que têm necessidades econômicas e, assim, o discurso econômico se sobrepõe ao discurso ambiental na prática. Com isso:

A ideia do Parque, [...] os meninos discutiram nas oficinas, no plantio, agora na oficina de reciclagem... a gente buscando estratégia pra isso virar um discurso de todo mundo, sabendo que ele não vai ser um discurso nem único e nem que as pessoas vão absorver aquilo de uma maneira igual. Pode ser que seja um de uma maneira de fato ‘ah, eu gosto, eu quero o cheiro, eu quero a planta, eu quero a sombra, eu quero o conforto térmico, eu quero uma cidade melhor’ e outro pode ser ‘eu quero amora pra eu fazer geleia pra eu ganhar dinheiro’ e isso ok, é isso aí. (Entrevistada 2)

Pois é, nesse ponto, nesse momento aqui [2015], nosso diálogo era basicamente com a coordenação. Esse assunto está indo pra perto dos moradores aos pouquinhos e essa é nossa intenção de que aumente por meio de um discurso de geração de renda. A grande dificuldade que a gente tá vendo durante o processo inteiro, mas esse ano a gente tá falando muito sobre isso, mobilizar uma população que nesse momento

tá precisando colocar comida em casa, tá desempregada. Então a pauta ambiental não é prioridade pra muita gente. Na hora que você vai falar 'ah, vamos reciclar lixo', 'vamos fazer gestão dos resíduos'. Se isso não tem uma perspectiva imediata, não entra no discurso. No plantio das árvores, o que a gente viu que as pessoas se envolveram eram mais aquelas que já gostavam de planta. Não é assim 'ah, elas foram conscientizadas e agora elas estão muito educadas e agora elas gostam das plantinhas'. Não, era uma questão de, primeiro, muita discussão: 'o que ela vai agregar, o que ela não vai agregar...' aí as pessoas se envolveram. Mas, no dia do plantio, por exemplo, um grupo pequeno que estava lá plantando. E aí a gente fica se perguntando por que é que foi um grupo pequeno e começa a mapear: 'ah, é justamente o grupo que gosta de planta. Já gostava. Como a gente continua isso?'. Então, a ideia da mobilização, o que o movimento hoje em dia está querendo fazer... aqui em julho, por exemplo, teve cinema. Então o Cine Raiz eles inventaram, fizeram jogo o próprio movimento, falaram 'não, nós vamos fazer sessão de cinema com a pauta ambiental, pra mais gente ser sensibilizado por essa ideia', e dali surgiu. A gente tem aqui, sei lá, quarenta pessoas, vinte crianças, quinze mulheres, cinco homens. 'Ah, muito difícil...', quer dizer, tem uma coisa que é muito lenta. (Entrevistada 2)

Retomando a não utilização de instrumentos de sustentabilidade como a Agenda 21 pelas ocupações, da mesma maneira que uma orientação de organismos e instâncias nacionais/internacionais perante os moradores não os aproxima da pauta ambiental, apenas o direcionamento do MLB e da academia para um direcionamento sustentável dos moradores não é suficiente. Dessa maneira, apesar da existência de iniciativas interessantes oriundas dos moradores das ocupações, o MLB e a academia precisam mostrar, de fato, a utilidade e os benefícios pessoais ou comunitários que eles terão caso sigam determinadas práticas, aproximando-os da pauta ambiental, além de conduzir e implementar ações no Parque para que seu conceito seja concretizado. Sendo assim, o papel do MLB, hoje, em relação a isso, é pensar em estratégias para que a pauta ambiental se traduza em um comportamento mais sustentável dos moradores. O próprio movimento reconhece essa responsabilidade, pois, quando perguntado sobre se grande parte dos moradores já ser da região ajudava de alguma maneira uma sinergia na execução de ações sustentáveis, o Entrevistado 1 respondeu:

Acho que só por ser da região não... acho que teve um papel importante do movimento. Acho até que as pessoas vão abraçar até com mais vontade, mas eu acho que sem a ação

organizada de uma... esse termo não tá muito em voga, mas de uma certa 'vanguarda', de tomar a frente e dizer 'galera, precisamos fazer isso aqui, porque isso aqui é bom inclusive pra ajudar a gente a nos manter aqui', sem uma ação consciente organizada, não teria... como não tem em outros lugares, assim, também no geral. Precisa de ter algum elemento consciente, digamos assim. (Entrevistado 1)

O entrevistado, apesar de fazer parte do MLB, também é morador e conhece a realidade ao seu redor, de modo que é relevante sua opinião de que a atuação do MLB tem sido determinante para a expansão da pauta ambiental nas ocupações do Parque. O que foi dito sobre a falta de conscientização ambiental nos moradores previamente também é um argumento que justifica a importância dessa organização para aproximar os moradores do discurso sustentável e de preservação, visto que, muitas vezes, essa orientação não é colocada para eles e existe uma resistência para que ela seja assimilada. Em relação à existência de diálogo com algum grupo ambiental de Belo Horizonte, a Entrevistada 3 diz:

Tem, a gente participa da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana, a gente participou do ENA, que foi o Encontro Nacional de Agroecologia aqui. Tem uma dificuldade muito grande, por exemplo, a gente já recebeu ambientalistas aqui que vêm falar de veganismo nas ocupações. Não tenho nada contra o veganismo, mas é uma realidade muito diferente das pessoas. Um pé de galinha, 1kg de pé de galinha, ele custa mais barato que o quilo da cenoura, sabe? Então, não dá pra trazer o discurso ambientalista classe média pra dentro das ocupações. A gente precisa ressignificar isso e trazer pra realidade das pessoas. Então, a gente tem uma dificuldade. Geralmente, o movimento ambientalista é um movimento que não é da classe social que as pessoas das ocupações tão envolvidas, aí a gente tem essa dificuldade. A agroecologia, não. Ela já dialoga com isso. Ela dialoga com os assentamentos, ela dialoga com as periferias, aí a gente consegue conversar. Eu não tô fazendo uma crítica ao vegetarianismo, ao veganismo, nada disso. Acho interessantíssimo, acho que é uma luta contra o capital, inclusive, acho que tem um sentido político aí, mas não dá pra fazê-lo da forma como as pessoas já tentaram chegar aqui. Não dá pra você chegar criminalizando o morador de tá comendo assuã. Assuã custa R\$0,99 ali na Vila Pinho. Tomate custa R\$4,99. (Entrevistada 3)

Portanto, o MLB dialoga com atores do cenário ambientalista, mostrando também que há um esforço pela troca de conhecimentos e práticas para disseminação da sustentabilidade. Também é ressaltado pela Entrevistada 3 que a vertente da agroecologia é mais compatível com a

realidade das ocupações urbanas, enquanto o movimento ambiental de maneira geral apresenta um certo distanciamento de pautas. Apesar de reconhecer a importância de práticas atuais como o veganismo, ela ressalta que tais discussões, hoje, estão muito distantes da realidade dos moradores. Mais uma vez, é mencionada a necessidade econômica que os cidadãos das comunidades possuem, o que faz com que a prioridade para eles, muitas vezes, seja o consumo de alimentos com menor custo. Além disso, o Entrevistado 1 também comenta:

Então, [a pauta ambiental] começou a ficar um pouco em voga, a mídia fala uma ou outra coisa, mas nós já tamo fazendo essa discussão há tempos e nós trouxemos essa discussão à tona mostrando que, na periferia, se preocupa também com meio ambiente. Isso não é um problema das classes médias ou ricas, porque geralmente há movimentos ambientais de classe média, a grande maioria. Agora, de pobre? São poucos... embora eles existam. Assim, não tão articulados como os das classes médias, mas eles existem. Tem um exemplo no Barreiro. Não é só a gente que preserva nascente. Tem uma comunidade muito próxima lá que inclusive companheiros nossos foram visitar e, no Jatobá, eles fazem um trabalho [de conscientização ambiental] que inclusive nos inspirou também. Mas é interessante que popularizamos um pouco mais essa discussão. Não tudo que deveria e que nós achamos que deve, mas hoje é mais discutido do que anteriormente. (Entrevistado 1)

A Entrevistada 2 também complementa sobre os grupos ambientais presentes em Belo Horizonte:

Porque, na época [2015], estava se formando em Belo Horizonte uma rede verde. Uma rede verde composta pela turma do Jardim América, Parque do Jardim América, Mapa do Planalto, Serra da Gandarela... tinha vários movimentos ambientais. O que a gente tava percebendo era que grande parte desses movimentos ambientais eram compostos por pessoas de classe média. Não era um movimento que tava com a pauta em luta de classe, não tava dentro da pauta de luta por moradia por exemplo. (Entrevistada 2)

Portanto, é interessante essa percepção dos entrevistados de que os movimentos ambientais mais organizados e atuantes em Belo Horizonte normalmente são compostos pela classe média, que muitas vezes têm práticas e discussões distantes da realidade da população de baixa renda que moram nas ocupações. Considerando isso, torna-se ainda mais interessante iniciativas sustentáveis vindas da população de baixa renda, como o grupo no Barreiro mencionado pelo Entrevistado 1 e também o próprio MLB, que, apesar de ser

um movimento de luta por moradia, se integra aos atores envolvidos na questão ambiental em Belo Horizonte por meio da proposta do Parque, a qual também ganha uma notoriedade e importância maiores devido a todo esse contexto. Além disso, a fala do Entrevistado 1 é interessante pois reconhece que a pauta ambiental é um problema de toda a sociedade, inclusive dos mais pobres, mesmo que eles não a tenham como uma de suas prioridades atualmente, de modo que a consciência ambiental deve ser disseminada para todas as camadas da sociedade, porque todas elas têm algo a contribuir. Dessa forma, seguem múltiplos trechos das entrevistas que evidenciam a diversidade de iniciativas e como vem se dando a condução dos moradores pelo MLB e pela academia para a pauta ambiental:

É, a primeira foi na Eliana Silva quando a gente foi criar rede de esgoto ainda antes da Copasa, no início da comunidade, discutir de não jogar, não arremessar esgoto na nascente. Aí, a solução que nós tivemos foi criar um esgoto ecológico chamado TEVAP, Tanque de Evapotranspiração, [...] é um tanque que usa pneu, usa bananeira, usa entulho [...] e a bananeira suga a água, os 98% do esgoto é líquido. Então, ela suga essa água e trabalha o ciclo da água de uma forma bastante ecológica, porque você pode comer a banana que é gerada ali e tudo, [...] e como ele é de ferro e cimento, essa fossa ecológica não contamina o solo, então é uma experiência bem interessante. Nós fizemos isso pra metade da ocupação Eliana [...]. A segunda foi pensar o Parque, trabalhar isso na consciência das pessoas, de preservar aquele espaço. A terceira foi da gente tornar isso prático, então começar o Parque a existir na Paulo Freire com o plantio de espécies raras e que não podem ser derrubadas, a exemplo de pau-brasil e “n” outras espécies do Cerrado... a gente tá fazendo isso, Mata Atlântica e Cerrado. Depois, iniciar o Parque no dia 21 agora de setembro, que a gente começou o plantio a partir da Nelson Mandela e a discussão. Além disso, antes do dia 21, a gente conseguiu uma parceria com uma bióloga e com uma empresa da região, recurso pra fazer um estudo da água dessa nascente, e a gente conseguiu um estudo inclusive que a UFMG fez que confirma que a água tem uma qualidade boa, mas ela tem índices de contaminação, muito fruto que algumas empresas do entorno, [...] tem problema que joga esgoto... então, a fase agora é inclusive de ganhar essas empresas do entorno pra não fazer o que elas fazem com essa área de preservação. (Entrevistado 1)

Quando teve uma certa ameaça de ocupar essa área, o Movimento arranhou sua própria estratégia, que foi fazer um campo de futebol ali. Então, transformar aquela área de fronteira com o verde num equipamento coletivo. Então, não ia construir casa e ia ter um equipamento coletivo, e assim eles conseguiam com que mais gente protegesse aquela área de

fronteira. Uma segunda situação foi colocando um parquinho infantil aqui, um pomar. (Entrevistada 2)

Esse dia 21, a gente lançou a ideia de fazer as trilhas. Então, dentro dessa área de preservação a gente vai desenvolver umas trilhas. Elas vão chamar gente pra ir lá visitar [...]. (Entrevistado 1)

Existiu já uma horta comunitária na Eliana Silva, que não deu muito certo por causa da irrigação... então, nós tamo fazendo um estudo da qualidade da água da nascente até pra ver se a gente pode usar. Na Paulo Freire, as mulheres também iniciaram uma horta... e o que existe, hoje, é uma horta na creche comunitária Tia Carminha, que as crianças cuidam. (Entrevistado 1)

Os alunos que mapearam os quintais e viram que tem plantas dos afetos e tal, permitiu que [...] o grupo do projeto de extensão [...] [fizesse] um projeto de arborização que incorporava as árvores nativas, as árvores dos afetos e aquelas defendidas por lei. Isso aqui ficou um projeto de arborização da área, mas também surgiu um projeto de pavimentação das ruas, que não fosse o asfalto, permitisse que o uso compartilhado acontecesse...mas também veio um projeto de recuperação das águas, que as nascentes fossem recuperadas e a gente conseguisse fazer espaços pra nadar. Quer dizer, são projetos que têm uma dificuldade em executar, mas que apontam para o poder público. (Entrevistada 2)

Então, com o intuito de preservar, primeira coisa foi a questão do esgoto. O esgotamento aqui foi todo feito como se fosse o da Copasa mesmo, ele é ligado lá no PV da própria Copasa, que é direcionado com seu destino final, então nada é lançado em nascente, nada depositado em área verde... ele [o lixo] tem seu destino correto. Tem a questão do plantio que teve recentemente, [...] plantas frutíferas e ornamentais e agora tá vindo com uma mobilização maior de parceiros pra tá fazendo até trabalhos artesanais pra gente poder tá fazendo. Igual, a gente teve até pouco tempo atrás uma ação que foi pra fazer a limpeza mesmo em torno da nascente, uma parte né, que a gente fez... a gente limpou, tirou um pouco de terra, teve uma coleta da água pra ver a procedência dela, quê que a gente pode fazer pra tá melhorando, pra gente poder tá usufruindo mais e preservando ao mesmo tempo. Então, as ações foram essas: o plantio, a limpeza do entorno e a conscientização mesmo, a cada visita, a cada encontro que a gente tem com os apoiadores. (Entrevistada 4)

A gente participa de espaços de agroecologia, por exemplo. [...] A gente tem experiências de hortas, hortas comunitárias, tem experiências por exemplo de formação... a gente tá pra lançar um curso de plantas medicinais e autogestão, da saúde popular... a gente tem o projeto sempre de formação, de fazer oficinas nas ocupações, ensinando a plantar... a troca de conhecimentos, a gente tem algumas etnias¹⁸ dentro das

¹⁸ A Entrevistada 3 afirmou que seis indígenas vivem no Parque atualmente.

ocupações que trazem esses conhecimentos populares também. Tem a própria história do Parque... a gente tá com um projeto agora de reciclagem e gestão dos resíduos sólidos também, que é dentro da história do Parque... e eu acho que a própria resistência em ocupar sem causar impacto às áreas de APP. Acho que esse é um ganho que o MLB traz de diferencial dentro do movimento, assim, a gente é um movimento que a gente não aceita ocupar área de APP. (Entrevistada 3)

Essas falas ilustram as iniciativas que o MLB (algumas vezes em parceria com a academia) promove no Parque para aproximar os moradores da pauta ambiental e conscientizá-los, de modo que foi trazida uma série de trechos em conjunto para contemplar ao máximo o que foi feito no Parque e também evidenciar como as iniciativas alcançaram os diferentes entrevistados, de forma que todos que foram entrevistados para esta seção mencionaram em algum momento as iniciativas que o MLB promoveu, mostrando reconhecimento e efetividade das iniciativas. São citados, portanto, a instalação de tanques de evapotranspiração através de folhas de bananeira (uma alternativa ecológica de baixo custo para tratamento do esgoto), a própria criação do Parque, o plantio de espécies raras, estudos de qualidade da água na região, criação de um campo de futebol, criação de um parquinho infantil, criação de trilhas, uma horta comunitária, realização de oficinas, um projeto de arborização da área e um projeto de recuperação das águas.

As falas evidenciam o uso criativo do espaço pelo MLB com fins de preservação, a partir, por exemplo, da estruturação de equipamentos coletivos em consonância com o espaço verde, possibilitando seu uso com um nível mínimo de degradação ambiental, o que é traduzido, na prática, em ações como a criação do campo de futebol, parquinho infantil, horta comunitária e também as trilhas. Vale destacar também os tanques de evapotranspiração, que foram uma ação que, além de ser benéfica aos recursos hídricos da região, gerou externalidades positivas para os moradores, porque sem eles os cursos d'água se tornariam praticamente um esgoto a céu aberto com os despejos dos moradores.

Na visita a campo, foram notadas uma série de hortas nas moradias, sendo uma prática habitual no Parque e também uma série de animais de criação, como galinhas. Além disso, foi percebido que, de fato, existe um respeito, de maneira geral, das moradias em relação à área de preservação

ambiental, de modo que os parâmetros legais não são infringidos. No entanto, a ocupação Horta apresenta algumas moradias que invadem essa área de preservação, sendo ela justamente a que, segundo informado nas entrevistas, possui um menor contato com o MLB.

Sobre o processo de convencimento da população através das iniciativas, dois fatores assumem importância fundamental: o discurso da geração de renda e a forma de execução dessas iniciativas. Primeiramente,

A ideia é fazer, agora junto com a firma, mas também com a Copasa, com essa rede que tá se formando, [...] [uma] oficina de reciclagem, mas numa perspectiva de geração de renda, da pauta ambiental entrar...a geração de renda pode ser o atrativo, mas a pauta ambiental entrar como uma coisa importante. (Entrevistada 2)

Essa fala retoma o que já havia sido citado a respeito da importância do discurso econômico para aproximar os moradores da pauta ambiental. O caminho para o convencimento das pessoas de baixa renda, muitas vezes envolve esse tipo de argumento e isso tem sido usado pelo MLB e pela academia para que seja formada uma consciência ambiental no Parque, mesmo nos atores distantes do movimento. Além disso, a respeito da forma,

[O plantio das mudas] envolveu os moradores, tanto em questões relativas ao cuidado, como na escolha das espécies, como no quê que é o critério de urbanização, o que é a rua, o quê que é uma árvore junto com uma pavimentação que poderia ser um asfalto, uma discussão se seria o asfalto a única alternativa, se haveria outras alternativas pra aquelas ruas continuarem sendo usadas de uma maneira compartilhada... (Entrevistada 2)

[O processo de conscientização ambiental dos moradores] é mais porta a porta... as reuniões que a gente faz quando a gente encontra com as outras ocupações, reúne as outras ocupações, principalmente aqui que é a Nelson Mandela, a gente tem uma frente lá muito bacana com os representantes de lá, então a gente tá aproveitando esse momento de luta, que a gente tá somando, em relação a entrar Copasa e Cemig aqui, a gente tá aproveitando disso pra tá juntando e falando mais sobre o Parque das Ocupações. (Entrevistada 4)

Essas duas últimas falas evidenciam dois aspectos que se interligam e são primordiais: uma proximidade do MLB com os moradores e também a participação deles nos processos decisórios das iniciativas do movimento. A fala da Entrevistada 4, moradora da ocupação Paulo Freire, é importante pois evidencia essa proximidade, de forma que o MLB busca tratar suas pautas com

os moradores por meio de diálogos diretos. Isso é favorecido, inclusive, pelo fato de que alguns militantes do movimento são justamente moradores das ocupações do Parque. Isso está diretamente ligado ao segundo aspecto, que é a participação, pois um diálogo mais estreito, de maneira direta com os moradores, favorece isso. A participação é muito importante para que o movimento absorva a percepção e as opiniões dos moradores, coletando insumos para propor novas ações, e também aumenta as chances de que as discussões e práticas sejam absorvidas pelos moradores, pois a participação faz com que eles sintam-se parte das iniciativas.

Portanto, o MLB consolida a proposta do Parque dentro das ocupações por meio de todas essas ações, solucionando necessidades que os moradores possuem por meio de estratégias muitas vezes criativas. No entanto, também existem atores externos envolvidos no contexto do Parque. O Entrevistado 1 mencionou na entrevista a existência de empresas no entorno do Parque e afirmou que elas despejam esgoto nos cursos d'água da região. A Entrevistada 2 complementa:

Em 2011, a única ocupação que tinha é a Camilo Torres e esse verde já estava sendo subtraído. E esse verde estava sendo subtraído não era pelas ocupações, era pela terraplanagem feita pelas empresas. Então, ao ver isso nas imagens de satélite, a gente consegue pensar: na hora desse discurso que criminaliza as ocupações em situações de fronteira com a natureza, a questão é mais complicada, tem outra disputa aqui. (Entrevistada 2)

Além disso, um documento do Grupo Indisciplinar que trata do PFlex realizado no Parque das Ocupações do Barreiro também diz:

A resolução Conama de março de 2002 estabelece que as Áreas de Preservação Permanente (APP) são aquelas situadas em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto do local, em projeção horizontal - com largura mínima de 30 metros, para o curso d'água com menos de 10 metros de largura; - cinquenta metros, para trechos em que o curso d'água tiver entre 10 até 50 metros de largura. Ao analisar os mapas, foi possível perceber que as indústrias da região também ferem a lei do Conama, pois essas empresas invadem a área de preservação permanente que deveria ser mantida no entorno do curso d'água. Há também outros problemas: presença de desmatamento e contaminação das nascentes com efluentes de esgoto, acúmulo de lixo e entulhos, a substituição de áreas permeáveis por áreas construídas e construção de casas na área de preservação. (GRUPO INDISCIPLINAR, 2017)

Dessa maneira, é inegável que o processo de urbanização, mesmo que de uma ocupação urbana com pressupostos de sustentabilidade como as do Parque, gera danos ambientais. No entanto, da mesma forma, existem atividades econômicas próximas à área que, como dito pelos entrevistados, podem realizar processos que intensificam essa degradação ambiental, como a terraplanagem e o despejo de resíduos nos recursos hídricos. Dessa maneira, cabe uma avaliação sobre a devida responsabilização dos atores no processo de danificação ambiental na região. Porém, o Entrevistado 1 mencionou uma intenção do MLB de estabelecer um diálogo também com essas empresas, visando conscientizá-las. Para além disso,

[Foram doadas] mudas de diversas espécies, tanto frutíferas quanto ornamentais pra nossa ocupação, eu não lembro exatamente a quantidade, mas foi suficiente pra tá fazendo um plantio bem bacana, nas ruas e aí tá tendo acompanhamento [...] [de uma] bióloga [...] pra ver como tá sendo a evolução das plantas. Então, os buracos foram feitos com ajuda do pessoal da Copasa e da ocupação, depois a gente recebeu adubo, a gente recebeu paliçada... tudo que a planta precisa. A gente veio plantando, fazendo todo o cuidado com ela, cercando, entendendo sobre a espécie também [...]. A gente teve pata-de-vaca, pitanga, amora, ipê branco, rosa, roxo e muitas outras espécies. E aí, de tempo em tempo, o pessoal vem pra poder averiguar se teve morte de alguma, como que tá sendo a evolução de cada uma delas. (Entrevistada 4)

Essa fala, somada a outras falas anteriores, ilustram também a presença de atores externos que têm uma atuação positiva e uma relação simbiótica com o MLB e a academia no Parque. Foram citados parceiros como a UFMG e a Copasa, além de uma empresa de reciclagem nas proximidades, que também já realizou ações junto ao movimento no Parque. A Entrevistada 2 também mencionou a importância do poder público para a execução das iniciativas do grupo. São importantes essas articulações que o MLB realiza para aproximar atores externos da realidade do Parque, pois, muitas vezes, o movimento e os moradores não possuem os recursos necessários para que todas suas ideias se concretizem. Assim, o Estado seria um importante ator responsável por arcar com diversos custos, não apenas financeiros, necessários para que todos os projetos se concretizem no Parque e seja estabelecida uma infraestrutura de maior qualidade na área.

A respeito do papel do governo no Parque, portanto, apesar dos dados já informados sobre a estrutura das ocupações urbanas na seção

anterior, vale ressaltar a visão do Entrevistado 1, como morador, sobre a execução de serviços públicos na área. Ele foi questionado sobre como está funcionando a coleta de lixo e destinação do esgoto das ocupações do Parque:

O esgoto foi ligado boa parte já e nós tamo lutando pra que a Copasa ligue em todas as sete... que aí não vai ter mais ninguém arremessando esgoto em nascente, em córrego, nada... e aí a gente tem uma ideia de no futuro poder nadar nas águas dessa nascente, né? [...] A coleta de lixo tem a coleta da Prefeitura que, embora não entre nas comunidades, mas, na parte que elas dão limite com o asfalto, a gente deixa o lixo pra que seja coletado. Nós tamo lutando pra que a coleta entre dentro das comunidades, mas ainda não foi efetivado não. (Entrevistado 1)

Dessa forma, a infraestrutura, ao menos em relação à coleta de lixo e destinação do esgoto, parece ter sido aprimorada no Parque. A coleta de lixo não funciona de forma ideal, porque não é realizada dentro das comunidades de fato, mas está em um local próximo. Em relação ao esgoto, apesar de ainda não ocorrer da maneira ideal, pois ainda existem moradias que não possuem estrutura adequada, o Entrevistado 1 afirma que boa parte já foi ligada, de forma que ocorreram avanços desde 2016. Apesar disso, o Entrevistado 1 também manifestou uma insatisfação com o setor público em diversos momentos:

O TEVAP, a gente exportou isso pra outras ocupações, pra outros estados, nós levamos essa tecnologia. Inclusive, que é muito simples não haver esgoto a céu aberto nas comunidades. Se o Estado quisesse, com um baixo custo faria. [...] Então, parte desse problema é provocado, na nossa opinião... e, atuar em periferia tantos anos, a gente vai vendo que tem soluções muito simples e por isso que a gente não só discute apenas mais as questões pontuais. A gente discute até questão política, discute questão de poder, porque se o povo pobre não fizer isso, a gente sempre vai estar sendo esmagado por essas [...] coisas resolvíveis que não são e jamais serão dentro desse sistema, então por isso que nós temos que nos organizar e lutar. Até para ter o poder para modificar essa situação. (Entrevistado 1)

[A atuação do poder público é] lenta, desorganizada... entendeu? [...] Muitos problemas que vivem as ocupações, inclusive do ponto de vista estrutural, é por ausência do poder público. Demora, demora tanto que o negócio transforma uma parte em área de risco, uma parte fica deteriorada, uma parte fica abandonada, porque não se agiu. O poder público demora, inclusive de forma provocada também, pra criar os problemas, então eu acho há uma enorme irresponsabilidade da Prefeitura em diversos aspectos, assim... da Urbel, que é uma empresa

muito boa, com técnicos maravilhosos, mas, por gestão, ela falha sempre porque ela atende mais à especulação imobiliária do que os pobres. E por aí vai, a Prefeitura... as Secretarias da Prefeitura deviam agir, ficam com burocracia... sempre quando é pros pobres demora, não resolve o problema... e nós cansamos disso, entendeu? Inclusive, ultimamente, nós quebramos o pau com esse povo, a gente ocupa Prefeitura, nós vamos pra ação, porque a gente não aceita esse absurdo que é demorar tanto pra resolver o problema dos pobres, que é coisa tão simples, e tem dinheiro... porque esse discurso que não tem dinheiro, BH é a 3ª capital mais rica que tem no Brasil, então tem dinheiro. Mas aí tem que inverter prioridade, em vez de dar dinheiro pros que estão sempre dando, tem que pegar os recursos e investir pra quem precisa de verdade. Aí sim, tinha que ser governar pra quem precisa mesmo, coisa que ainda não é feita. (Entrevistado 1)

Além disso, o Entrevistado 1 também mencionou que sempre existiu uma pressão da Prefeitura contra o Parque por ele se instalar próximo à uma zona de preservação ambiental. Como morador do Parque, é importante essa perspectiva do Entrevistado 1. Através dessas falas, ele manifesta uma insatisfação em relação ao poder público devido, principalmente, a um excesso de burocratização, que torna muito lento o tempo de resposta do poder público às necessidades das ocupações e de seus moradores. Ele também sugere uma má gestão da administração direta e indireta e rejeita uma hipótese de falta de recursos orçamentários. Para a efetivação de uma atuação consistente da Prefeitura no local, é importante, primeiramente, que as ocupações urbanas sejam reconhecidas e zoneadas no Plano Diretor municipal. Perguntado sobre quais são os desafios para as ocupações, o Entrevistado 1 comenta essa questão:

Um grande entrave era a aprovação do Plano Diretor, que nós conseguimos [...]. Então, ele atende quase todas as ocupações em Belo Horizonte e, no caso dessas ocupações que não vão no vale, atende todas elas. [...] Todas vão se tornar Área de Especial Interesse Social 2, que é a classificação de ocupação urbana. Então, eu acho que agora, o outro entrave, a partir de uma vez definido na Lei, existe outro que é a vontade política. Esse é um problemão, porque eu acho que boa parte do que a Prefeitura faz é eleitoral, porque não se justifica não ter calçado as ruas da Eliana Silva, da Camilo e da Dorothy até hoje... não se justifica não ter ligado esgoto na Nelson Mandela e na Horta... enfim, eu acho que é um negócio também que vai se deixando pro processo eleitoral, porque dá voto pro prefeito não fazer... infelizmente, isso existe ainda, eu acho que isso é real nessas comunidades. Se espera demais, se demora demais... e a vida, a dinâmica da vida das pessoas, é muito mais rápida do que essa burocracia e esse eleitoralismo por

parte da Prefeitura. [...] É muito pouca vontade política de resolver a coisa no ritmo que se deve, que é rápido... as pessoas precisam, entendeu? Então, é muito lento. (Entrevistado 1)

Mais uma vez, o Entrevistado 1 critica a lentidão da Prefeitura e também a interferência de razões eleitorais na atuação do poder público. O Novo Plano Diretor foi aprovado no ano de 2019 (o anterior era de 1996) e entrará em vigor em 2020. As cinco ocupações trabalhadas no presente trabalho (Camilo Torres, Irmã Dorothy, Nelson Mandela, Paulo Freire e Eliana Silva) foram reconhecidas como Áreas de Especial Interesse Social do tipo 2, de modo que o parágrafo 2º do Art. 260 do Novo Plano Diretor estabelece: “As intervenções em assentamento precário deverão priorizar as Zeis e Aeis-2” (BELO HORIZONTE, 2019). Segundo o Art. 260 do mesmo instrumento, intervenção é entendida como: “[...] aquela efetivada em área ocupada predominantemente por população de baixa renda, visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores e à sua integração à cidade” (BELO HORIZONTE, 2019). Assim, há expectativa de execução de intervenções da Prefeitura de Belo Horizonte no Parque nos próximos anos, visando melhorar a infraestrutura hoje disponível na área.

No entanto, também em relação ao poder público:

Quem sabe a urbanização nesse território consiga absorver alguns desses pressupostos. Então, no projeto de Parque, a gente entende essa confluência de pautas. Isso não quer dizer que não tenha desafios, que não tenha essas questões assim: avança, avança, aí de repente muda de Prefeitura e isso tem um retrocesso. Por exemplo, o parceiro que é o técnico da Copasa, ele tava numa gestão que se não era a melhor dos mundos, quando mudou de governo, ele ficou na dúvida se ele continuaria a poder [ele é um funcionário concursado], mas a poder a fazer essa interlocução. (Entrevistada 2)

Essa fala especificamente revela dificuldades e obstáculos causados pela descontinuidade nos projetos políticos do país devido à rotatividade de ideologias. Ela, somada à última fala do Entrevistado 1, revela como essas mudanças de direcionamentos por parte do poder público geram uma insatisfação e interferem na dinâmica e na melhoria dos serviços públicos para os moradores das ocupações. Inclusive, o Entrevistado 1 manifesta receio de que possíveis melhorias, como sugeridas nas intervenções apontadas no Plano Diretor, sejam, de fato, concretizadas, temendo mudança e descontinuidade do

comportamento do setor público. Em um espaço como o Parque, as tensões políticas são inúmeras, envolvendo não apenas a pauta ambiental e de moradia, mas também de segurança, saúde, entre outras. A interferência política e as mudanças de rumo evidenciam-se ao longo dos anos na trajetória do Parque, de forma que isso acaba tornando essencial uma boa postura política do movimento para que haja um diálogo com os diversos governos que assumem o poder e assim ocorra uma manutenção das ocupações.

Perguntado sobre como poderia ser melhorada a atuação do setor público, o Entrevistado 1 comenta:

Não é só desburocratizar não, é [também] ter prioridade. Assim, os bairro dos rico não precisa de nada não, já tem estrutura. O Mangabeiras, o Lourdes, o Sion, o Belvedere... eles já tão estruturados, eles já têm a infraestrutura devida. Agora, quem precisa mesmo, nessas regiões de Belo Horizonte, não tem... e ficam no discurso do não ter dinheiro porque esse discurso é um discurso cômodo demais, é fácil. Mas como é que a terceira capital do Brasil não tem recurso pra poder resolver? Até porque, eu vou dizer, uma parte nem gasta dinheiro da Prefeitura. Ligar água e luz em comunidade é recurso específico da Copasa e da Cemig, só depende de autorização do município. Então, uma parte, o Prefeito não vai gastar 1 centavo. É só autorizar, vai lá e faz. Eles têm recurso pra fazer, entendeu? Então, olha que coisa, eles têm recurso e não é feito, por quê? Por que que a autorização não é dada? Por que se demora tanto pra ter uma autorização se tem recurso? Então, é isso, é porque os pobres não são prioridade no final das contas. (Entrevistado 1)

Assim, o Entrevistado 1 critica novamente o governo, afirmando que não existe uma priorização correta de ações governamentais no âmbito da habitação e urbanização. Para ele, isso se deve aos motivos supracitados de interferência de fatores eleitorais nas políticas públicas. Complementando isso, ele também acredita que existe um excesso de burocracia que prejudica a eficiência governamental. Dessa maneira, o caminho para mudar essa situação, segundo ele, seria invertendo as prioridades, que seria, no caso, uma focalização dos recursos e das políticas públicas em implementar uma infraestrutura digna para locais onde ela ainda não está plenamente efetivada e, além disso, “desburocratizar” os processos.

A opinião da Entrevistada 2 sobre a atuação do poder público é a seguinte:

Fundamental. Primeiro, porque eles têm o dinheiro. Esse povo aqui tá autoconstruindo o território com recursos próprios há

quatro anos ou mais. Na verdade, se a gente considerar a Camilo Torres, que foi a primeira, sete anos. E é complicado, é difícil. Só que a presença do poder público sem tirar o poder decisório de quem autoconstrói seu espaço. São pessoas que estão produzindo seus espaços a trancos e barrancos, mas ao mesmo tempo com muita coisa bacana. Se o poder público comparece e destrói tudo fazendo tábula rasa, é ruim. Se o poder público não aparece, é ruim também. Não só porque tem uma verba, tem um dinheiro, como tem conflitos internos. A presença do poder público pode ser inclusive para mediar esses conflitos internos. O movimento vai lá para brigar com o pequeno especulador imobiliário, corporalmente, falando 'aqui vocês não ocupam'. Isso seria papel do Estado, só que a nossa polícia é punitiva, não é protetiva, então assim... a presença do poder público é fundamental, mas o próprio poder público tem muita coisa pra aprender... e é incorporando o poder de decisão, o poder de gestão, de interlocução, ele tem que ser aprimorado. (Entrevistada 2)

Portanto, ela reconhece a imensa importância e responsabilidade que o poder público tem perante territórios de ocupações urbanas como o Parque e ressalta que, assim como os movimentos e os moradores, as organizações governamentais também possuem pontos a serem melhorados. Ela acredita que políticas públicas *top-down* podem não apenas prejudicar a autonomia dos cidadãos marginalizados na sociedade, como também gerar insatisfação e não efetividade nos programas, comprometendo o orçamento com ações que não atendem às necessidades do cidadão e não melhoram sua situação. No entanto, ela também afirma que a ausência do poder público é prejudicial, porque a presença de políticas públicas e de recursos tanto técnicos quanto financeiros são essenciais para a melhoria das ocupações urbanas, de forma que os governos devem buscar uma atuação mais horizontal e transparente com os cidadãos, para que haja um equilíbrio entre pautas como a ambiental e a de moradia, e de modo que as demandas dos cidadãos sejam atendidas.

Para concluir a entrevista com a Entrevistada 2, ela foi questionada se a dinâmica do Parque é mais sustentável do que a dinâmica de um lugar que tem uma estrutura urbana mais consolidada. A resposta foi:

Não, na verdade eu acho que um lugar com uma estrutura urbana mais consolidada tem tantos problemas quanto na outra. Então, se você pensar, por exemplo, o discurso da sustentabilidade ou mesmo do reaproveitamento dos resíduos, ele é muito forte, mas quem faz na prática pode ser que esteja mais aqui [na ocupação]. Mas faz aqui porque, no seu

entendimento, tá sem grana pra fazer uma janela nova. Quando tiver grana pra comprar uma janela nova, talvez ela pegue essa e jogue no lixo. A prática não tem só uma pureza também, de uma invenção... tem uma invenção, em cima de uma urgência e de uma necessidade. E, ali, é feito uma coisa chamada reaproveitamento de resíduos. No outro território mais consolidado, pode ser que essa prática não tenha. (Entrevistada 2)

Essa fala é muito importante porque reafirma a visão da Entrevistada 2 de que os moradores do Parque praticam pressupostos relacionados à sustentabilidade em seu cotidiano, mas não necessariamente por defenderem causas ambientais, e sim por necessidades, urgências, que podem ser solucionadas por meio de práticas consideradas sustentáveis. Porém, mesmo que “volátil”, é importante reconhecer que essas práticas devem ser qualificadas e incentivadas, de forma que, independente das motivações, elas são praticadas no Parque por seus moradores e isso gera benefícios não só para eles, como também para toda a sociedade. Em sequência:

Então, se a gente considerar o que é um território melhor ou pior do que o outro: um é porque tá consolidado, mas consolidado significa estar com a regularização fundiária? Porque a gente consegue identificar aqui uma rede de vizinhança. No território consolidado, pode ser que você não consiga identificar essa rede de vizinhança mais... cada um tá na sua casa com seus muros e envolvido nas suas coisas individuais. Isso pode ser um critério pra eu comparar uma coisa boa com outra coisa, e ter critérios de bom e mal. Em termos de pavimentação, uma tem asfalto, ok, ela tá consolidada, mas o carro anda em alta velocidade e não tem ninguém brincando na rua. A outra, não tá pavimentada, as crianças brincam na rua, andam de bicicleta, mas tem poeira e tem buraco. Então é um jeito também de complexificar até o critério, bem e mal, o que seriam diretrizes pra um território [...] quais seriam os critérios pra falar que um lugar é mais sustentável que o outro? Então tá, vamos pegar a economia, o meio ambiente, a cultura, a relação de vizinhança, o uso da rua, e ali tem critérios que eu posso culminar e aí eu posso ver que aqui tem umas coisas acontecendo, aqui eu tenho outras coisas acontecendo. O fato de uma estar regularizada e o fato da outra não estar, o fato de uma ter asfalto e a outra não ter, não necessariamente faz com que isso seja melhor. (Entrevistada 2)

Essa fala problematiza conceitos tradicionais sobre o que é mais sustentável ou simplesmente “melhor”. Existe uma série de fatores que podem ser analisados em cada território e, dentro desses fatores, cada um possui diferentes resultados e consequências para o local e para os cidadãos. A

entrevistada problematiza a pavimentação, de forma que, apesar de ela ser melhor para os automóveis, por exemplo, ela pode ser negativa para crianças que utilizam o espaço para lazer. Assim, é complexo afirmar que um lugar é “pior” que outro, pois cada um apresenta dinâmicas distintas e possuem pontos que podem ser melhorados. Sendo assim, porém, quais são os critérios para se estabelecer quais intervenções serão feitas nos espaços? A própria Entrevistada 2 complementa em sequência dizendo que devem ser analisadas as preferências das pessoas. Se os moradores querem que as ruas sejam pavimentadas, por exemplo, isso deve ser atendido.

Esse raciocínio é muito importante. O apontamento de que, mesmo que esses critérios sobre o que é bom ou não mereçam ser debatidos, o que deve prevalecer são as preferências dos cidadãos. No âmbito do Parque, os moradores das ocupações. Dessa maneira, a complexidade dos debates sobre intervenções nos espaços devem priorizar a participação popular, como é feito no Parque, o que também deve ser absorvido pelo poder público através do bom funcionamento de diferentes instâncias de participação.

Por fim, para trazer uma perspectiva de morador, o Entrevistado 1 responde acerca dos pontos negativos e positivos para ele em morar numa ocupação urbana:

Olha, negativo são poucos, mas tem do ponto de vista estrutural. Por exemplo, choveu esses dias. Quando você vai sair de casa, é lama. Quando não tá chovendo, você vai sair de casa, é poeira. E, dentro da sua casa, também. Então, criança tem problema respiratório. É um problemão. Não é à toa que a gente luta por calçamento, porque isso é um problema. Não ter essa infraestrutura que o Estado pode garantir, mas que não faz justamente pelos motivos que eu tava falando, acaba criando problemas pra gente. Então, essa é a parte que não é tão positiva. Agora, o que tem de positivo, principalmente, é que são comunidades que a ideia da comunhão, da solidariedade, do trabalho coletivo... não é que isso é o principal, porque a gente tá numa sociedade capitalista onde o individualismo vai mandar na cabeça de praticamente todo mundo, mas... essas ideias ainda se desenvolvem. Essas comunidades só tão de pé porque souberam fazer isso, combinar esses elementos. Nelas, você vê ainda uma forma de organização da cidade diferente, que pode ser aplicada pro resto da sociedade. Então, eu vou te dar um exemplo pra terminar. Segurança pública. O futuro que eu, por exemplo, imagino para o Brasil na segurança pública, ele não é uma cidade cheia de policial fortemente armado, é das pessoas se olhando, conversando, se conhecendo... quando você vai sair o

vizinho olhando sua casa, a rua tendo reunião, o quarteirão tendo reunião e as pessoas pensando soluções pros problemas daquele quarteirão. E, evidentemente, se você mora no quarteirão, você vai ter muito melhores condições do que eu se for prefeito, governador, sei lá o que for, por melhor que seja. Você, no seu quarteirão, vai saber que aquela solução devida ali pro quarteirão é melhor pra aqueles moradores assumindo e tendo poder de decisão. Não é só constatando, é modificando... e eu acho que isso tem a ver com a vida no geral e eu falei segurança pública também por isso, porque as comunidades que têm grau de organização mínima que seja, o índice de violência delas é muito baixo, muito baixo... [...] e é fruto dessa organização social local. E erra quem acha que é investindo em repressão que vai resolver o problema. É investindo em direitos e investindo em as pessoas fazendo parte do processo da segurança pública. Eu acho que as ocupações elas têm exemplos fantásticos pra mostrar caminhos interessantes pro resto da sociedade toda. (Entrevistado 1)

Através dessa fala, o Entrevistado 1 relata um pouco das dificuldades que ele e provavelmente outros moradores das ocupações do Parque enfrentam por habitar em uma área que não conta com infraestrutura formal consolidada do Estado, estando mais sujeitos a problemas de saúde, por exemplo. No entanto, ele ressalta a importância, para ele, da descentralização, o que pode ser relacionado às suas falas anteriores nas quais ele critica o excesso de burocracia governamental e também está ligada ao raciocínio da Entrevistada 2 de que a participação popular é essencial para a construção dos espaços urbanos.

A partir de todo o exposto aqui, faz-se mister destacar que o poder decisório do cidadão é essencial para resolver os problemas urbanos e, além disso, iniciativas e experiências oriundas dos cidadãos, como o próprio Parque, são exemplos muito positivos que devem ser absorvidos e valorizados não apenas pelo setor público, como também por toda a sociedade. A experiência trazida aqui é muito relevante no que tange à sustentabilidade para a sociedade como um todo, enquanto muitas propostas e a corrente ambiental de modo geral em nível internacional têm um foco em na classe média. O Parque das Ocupações mostra que a preservação ambiental tem condições de ser trabalhada por todos, popularizando-a e incluindo a população de baixa renda num modelo de urbanização aliado à sustentabilidade.

6.2 Percepção institucional (Prefeitura de Belo Horizonte) sobre as ocupações

Esta seção trata das entrevistas realizadas com o setor público, as quais contaram com um funcionário da Diretoria de Habitação e Regularização da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel); uma funcionária da Secretaria de Política Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte; e dois funcionários do Observatório do Milênio de Belo Horizonte, que também é vinculado à Prefeitura de Belo Horizonte.

Em primeiro lugar, a respeito do surgimento e expansão de novas ocupações urbanas na cidade nas últimas duas décadas, a percepção do Entrevistado 5 é de que, a partir de 2008, essas ocupações passaram a ter um crescimento mais vigoroso. O primeiro elemento mencionado por ele é de que, nesse momento, passou a haver um *“refluxo de destinação de recursos públicos municipais para a produção habitacional no município de Belo Horizonte”* (Entrevistado 5). Até aquele momento, segundo ele, existia uma política habitacional que já contava com recursos insuficientes para fazer frente ao déficit, mas havia o Orçamento Participativo de Habitação (OPH), que destinava uma cota de recursos da receita municipal para investimentos na produção habitacional. Dois anos depois, em 2010, foi implementado o programa federal Minha Casa Minha Vida, dedicado à construção de unidades habitacionais, e, assim

O município decide por não mais destinar recursos próprios do município na produção habitacional. Mas, não deixa de, usando o Programa Minha Casa Minha Vida, entrar também com recursos, na figura de terrenos públicos municipais destinados à faixa 1 do programa, que é a faixa pra mais baixa renda da população. Destina, então, terrenos públicos municipais, e, também, começa a realizar aportes financeiros, num valor evidentemente bem inferior ao que o governo federal entrava com o recurso. (Entrevistado 5)

Dessa maneira, a política habitacional da Prefeitura de Belo Horizonte passou do âmbito municipal para um programa federal, no qual a Prefeitura auxiliava, mas o governo federal era o principal responsável. Isso criou, na visão do Entrevistado 5, além de um refluxo de recursos financeiros, também *“um refluxo na produção e um refluxo de atendimento”* (Entrevistado 5), porque vinculou-se praticamente toda a política habitacional do município no

Minha Casa Minha Vida. Segundo ele, a análise de crédito realizada pela Caixa Econômica Federal para enquadrar as famílias no programa era muito rigorosa e, *“isso, evidentemente, não era uma análise que, por exemplo, as famílias do OPH lidavam, porque o município, quando ele produziu, ele não fazia uma análise de crédito”* (Entrevistado 5).

Então, há uma interpretação [...], ela é até correta, porque realmente há um acirramento eu acredito, um aprofundamento do próprio déficit, porque você começa a ter menos famílias com potencial de financiamento. (Entrevistado 5)

No entanto, ele ressalta que o Minha Casa Minha Vida é um programa que visava a universalização do acesso e tinha um “leque” muito grande de alternativas para produção habitacional, porém:

Belo Horizonte produziu muito pouco para o déficit habitacional no município, que era em torno aí, digamos, de 56.000, 59.000 famílias de déficit quantitativo, de gente sem casa mesmo... Belo Horizonte produziu 4.000 e poucas unidades do Minha Casa Minha Vida. E isso não faz, realmente, num programa com a punjança de ser um programa federal, com um subsídio muito elevado, para abrir a possibilidade de abarcar um volume grande do déficit, isso é muito pequeno em relação ao déficit. Então, esse tipo de acirramento, interpretado aí nessas condições criadas da própria produção, eu acho que é um elemento que, evidentemente, provocou o crescimento das ocupações urbanas de um lado bem prático e bem objetivo. (Entrevistado 5)

Dessa forma, o Entrevistado 5 acredita que um dos principais fatores que contribuíram para o surgimento e expansão das ocupações urbanas em Belo Horizonte nas últimas duas décadas foi uma alteração no rumo da política habitacional municipal, causado pelo advento do Minha Casa Minha Vida. O Entrevistado 5 percebe que tal estratégia não foi tão efetiva, pois o número de unidades habitacionais produzidas pelo programa em Belo Horizonte foi insuficiente em comparação com o déficit habitacional que já havia na capital mineira. Além disso, ele continua:

De um outro lado, que pode ser uma análise mais subjetiva, teve um acirramento da relação política. As coisas, elas andam juntas... a gente não pode desconhecer. Aquele governo [do Márcio Lacerda], tinha uma concepção de trato com o movimento social, de trato com a demanda da população, principalmente essa relacionada à política habitacional, mais distante. (Entrevistado 5)

Com essa fala, o Entrevistado 5 expõe sua opinião de que o governo anterior ao do Prefeito Alexandre Kalil apresentava um certo distanciamento no diálogo com a população. Segundo ele, no primeiro mandato do ex-prefeito Márcio Lacerda, a proximidade era relativamente maior, porém, ao longo do tempo, ele foi se distanciando por uma decisão política, administrativa e ideológica, o que se aprofundou no segundo mandato.

A própria gestão aqui da Urbel, a gente percebia que ela também ficava um pouco mais distante na relação com o Conselho de Habitação, na relação com os movimentos sociais, na relação com as ocupações urbanas... então, [...] existia uma decisão por não reconhecer que essas ocupações existiam. E, em não reconhecendo, isso só acirra, né? Porque, se existe o problema ali, nos limites da cidade que você administra, nos limites da cidade onde você exerce políticas públicas, você tem que, no mínimo, reconhecer. Você pode até não conseguir resolver o problema e não ter condições efetivas, mas você tem que travar uma interlocução. Você não travando essa interlocução, e isso sendo refletido num certo distanciamento ou até num desconhecimento que o problema existe, isso só vai criar mais aresta, criar mais distância, criar mais embate e criar confrontação. Então, essa é uma interpretação que eu acho que tem um viés político. Então, pra mim, são esses dois elementos que se somaram e criaram a situação que nós temos hoje. (Entrevistado 5)

Assim, um segundo fator importante constatado pelo Entrevistado 5 foi esse certo distanciamento da Prefeitura no diálogo com diversos atores do contexto habitacional na cidade, entre eles o Conselho de Habitação do município e também os movimentos sociais com foco em habitação, como o MLB. Além disso, ele emite uma opinião de que o governo, na época, optou por não reconhecer as ocupações urbanas que começavam a surgir e essa falta de interlocução apenas agravou negativamente a situação, criando um “confronto” entre a Prefeitura e as camadas da população que necessitavam de moradia. Essa postura vai contra as crenças dos entrevistados da seção anterior, que ressaltam justamente a importância da participação popular nas decisões urbanas. Também sobre esse aspecto da interlocução da Prefeitura de Belo Horizonte com os movimentos sociais que organizam as ocupações, o Entrevistado 5 diz:

Nessa atual gestão, o diálogo é extremamente respeitoso [...]. Ela [a relação entre Prefeitura e os movimentos sociais] não é só positiva, ela é muito positiva. E isso reflete inclusive até no próprio comportamento das ocupações em relação à Prefeitura,

apesar de alguns momentos tensos aí que a gente viveu, que é natural da própria disputa da cidade [...]. Mas, o diálogo é extremamente respeitoso. O poder público procura atender, na medida do possível, desde que respeitados os limites legais, isso é fundamental, suas responsabilidades com a cidade. (Entrevistado 5)

Dessa maneira, na visão do entrevistado, houve uma melhora na relação entre a Prefeitura de Belo Horizonte com os movimentos sociais de luta por moradia, entre eles o MLB. Essa visão também é compartilhada pela Entrevistada 3, que criticou a gestão do ex-prefeito Márcio Lacerda, afirmando que não havia diálogo algum, enquanto o prefeito Alexandre Kalil inclusive visitou o Parque das Ocupações durante sua campanha. Em sequência, foi destacado pelo Entrevistado 5 o reconhecimento das ocupações já existentes por um lado e, de outro, uma tentativa de estabelecer um “*controle e monitoramento de expansão de novas*” (Entrevistado 5).

Tanto que não surgiu muitas novas. Tem algumas aí que remontam aí 2014 e tal, mas, se surge alguma agora, a decisão do governo é de não deixar acontecer, mas, aquelas que já estavam no momento que esse atual mandato assumiu a gestão. A partir disso, as que estavam anteriores, o prefeito tem reconhecido e tem tido um diálogo, uma interlocução extremamente franca com esses movimentos, sabe? Evidentemente, dentro dos limites legais e das possibilidades de atribuição do próprio governo. (Entrevistado 5)

O entrevistado menciona, inclusive, situações com o MLB, que tentou ocupar um prédio na Avenida Afonso Pena, “*e aí o Prefeito foi taxativo: ‘Essas eu não vou cuidar e eu não vou permitir’*” (Entrevistado 5). Na referida situação, ela foi solucionada a partir de um acordo do MLB com o governo estadual, o qual a Prefeitura não se opôs. Dessa maneira, a orientação da Prefeitura, hoje, é de que as ocupações urbanas surgidas em momento anterior à gestão Kalil devem ser reconhecidas, regularizadas e a Prefeitura deve dar suporte à população que vive nos locais, mas, por outro lado, novas ocupações urbanas não serão permitidas. Além disso,

O Decreto 16.888 tem esse caráter, de fechar um pouco as [ocupações] que já existem e não permitir, digamos assim, novas surgirem. E o governo tem uma estrutura da Secretaria Municipal de Política Urbana, que é uma Subsecretaria chamada SUFIS, Subsecretaria de Fiscalização. Essa Subsecretaria de Fiscalização, [...] que tem atribuição de exercer a fiscalização na cidade: ocupações, situações irregulares e tal. Ela [...] tem uma estrutura hoje bastante consistente para inibir esse tipo de processo. (Entrevistado 5)

O próprio Entrevistado 5 também reconheceu que essas medidas têm um caráter de repressão, o que revela que a postura da Prefeitura de aproximar-se dos movimentos sociais e das ocupações já existentes também tem contrapartidas. A escolha pela não permissão de surgimento de novas ocupações urbanas pode ser pelo fato de, como exposto no Diagnóstico da Prefeitura de Belo Horizonte do Barreiro, esse tipo de assentamento gerar uma desvalorização imobiliária dos imóveis ao redor, o que gera uma opinião pública das vizinhanças, muitas vezes, contrária às ocupações urbanas. Além disso, o próprio conflito dessas ocupações com áreas de preservação ambiental, como no Parque, pode ser uma preocupação da Prefeitura, assim como conflitos fundiários com particulares. O Entrevistado 5, porém, justifica essa postura a partir da fala a seguir:

Quando você começa a oferecer alternativas, quando você começa a tratar com as ocupações que já existem, você tá implantando uma política habitacional. Se você tá implantando uma política habitacional, esse é um argumento mais que consistente e forte pra você não permitir que novas ocorram. Então, acho que tem um aspecto aí primeiro que é um aspecto de medida prática, efetiva, que tá sendo tomada, e outro é o aspecto político, que é você ir pra esse embate com essa argumentação... nós estamos produzindo sim, mesmo que de uma maneira que não seja de produzir novas moradias numa escala que combata o déficit, nós estamos produzindo tratando o problema já existente e buscando alternativas para o tratamento aí do déficit. (Entrevistado 5)

Desse modo, a opinião do entrevistado é de que, como a atual gestão está atuando de uma maneira mais participativa com a população e com os movimentos sociais, além de buscar a implementação de uma política habitacional mais efetiva no combate ao déficit habitacional, existe um argumento para que novas ocupações urbanas não sejam permitidas. O problema é que o déficit habitacional ainda é um problema real de cidadãos de baixa renda na capital mineira e as ocupações que já existiam antes da atual gestão ainda não são suficientes para abarcar toda essa parcela da população, nem mesmo somadas à nova política habitacional que está sendo implementada pela Prefeitura de Belo Horizonte, de modo que o próprio Entrevistado 5 reconheceu que os recursos orçamentários destinados à habitação sempre são insuficientes para fazer frente ao déficit habitacional existente.

No entanto, retomando a questão do diálogo com os movimentos sociais, o Entrevistado 5 cita a Resolução 52 do Conselho Municipal de Habitação, que aperfeiçoa a política municipal de habitação. Segundo o Entrevistado 5, houve um diálogo muito positivo no espaço do Conselho, de modo que houve “*participação de entidades, de movimentos sociais, de categorias que participam do Conselho Municipal de Habitação e foi deliberada no Conselho*” (Entrevistado 5). Isso é mais um exemplo de que a atual gestão promove um diálogo e uma participação popular mais sólida, atendendo melhor, portanto, as demandas de participação popular feitas pelos atores mais próximos à organização das ocupações na seção anterior. Porém, para além do diálogo, é cobrado da Prefeitura uma regularização das ocupações. Sobre isso:

Existe sim [um esforço da Prefeitura para regularizar as ocupações urbanas já existentes]. Para além de esforço, existem medidas práticas pra fazer isso. Mas o quê que acontece: [o prefeito Kalil] publicou um decreto em 2018, o chamado Decreto 16.888, que relaciona, identifica e reconhece como interesse social inúmeras áreas na cidade. Muitas delas ocupações urbanas mais recentes e outras mais antigas. Mas, todas com características próprias de ocupação por população de baixa renda. E todas também com um grau de deficiência em infraestrutura urbana muito acentuado. Então, essas áreas identificadas assim, elas foram caracterizadas como Áreas de Especial Interesse Social 2, as chamadas Aeis-2. Nesse decreto, ele reconhece 119 áreas com essa característica. Dentre essas 119 áreas, já estavam inseridas três ocupações lá do Barreiro. Então, [...] foram incluídas: a Eliana Silva, a Camilo Torres e a Irmã Dorothy. (Entrevistado 5)

Assim, o Entrevistado 5 confirma o que foi encontrado na pesquisa indireta sobre a situação de regularização das ocupações do Parque de que as ocupações Eliana Silva, Camilo Torres e Irmã Dorothy foram regularizadas antes das outras do Parque com o Decreto 16.888/18. O esforço da Prefeitura para regularização das ocupações, ocorreu, num primeiro momento, com esse Decreto e,

Posterior a isso, as outras foram incluídas no Novo Plano Diretor. Na votação do Plano Diretor, por emendas inclusive de vereador, as ocupações Paulo Freire, a Nelson Mandela e a Horta também foram incluídas. Eu tô dizendo isso porque, para além de esforço, existe uma medida que é prática. Hoje, todas estão caracterizadas como Aeis-2, ok? [...] Isso é o primeiro passo, porque o primeiro passo para um processo, seja ele futuro, a médio, longo ou até curto prazo, o primeiro passo pra

se fazer um processo de regularização de territórios com essas características é você reconhecer o interesse social. [...] Então, esse primeiro passo foi dado, tanto numa iniciativa do próprio Prefeito naquele momento em 2018 quanto agora com a sanção do Novo Plano Diretor, onde incluiu-se as outras três restantes. (Entrevistado 5)

Desse modo, o Novo Plano Diretor também evidencia o esforço da Prefeitura de Belo Horizonte em reconhecer e regularizar a situação das ocupações urbanas surgidas antes da atual gestão. Vale ressaltar que o Entrevistado 5 menciona três ocupações reconhecidas no Decreto 16.888/18 e outras três ocupações no Novo Plano Diretor, enquanto, na seção anterior, foram mencionadas sete ocupações ao todo. Essa diferença se deve ao fato de que a Prefeitura de Belo Horizonte, com o Novo Plano Diretor, unificou as ocupações Horta 1 e Horta 2, as quais eram reconhecidas pelos entrevistados ligados diretamente às ocupações como duas distintas.

Questionado sobre quais foram as dificuldades para que os assentamentos informais fossem incluídos no Novo Plano Diretor, o Entrevistado 5 afirma que não houve dificuldade, pois havia uma vontade política na atual gestão de regularizar as ocupações e isso foi concretizado no Decreto 16.888/18 e na aprovação do Novo Plano Diretor. Porém, essa fala entra em contradição quando são analisadas as gestões anteriores, as quais, segundo o próprio Entrevistado 5, havia uma interlocução ruim do setor público com os movimentos sociais de luta por moradia, o que dificultou que as regularizações fossem realizadas. Além disso, como o Decreto foi assinado em 2018, isso significa que a ocupação Camilo Torres foi regularizada mais de 10 anos depois de seu surgimento; Irmã Dorothy, oito anos depois; Eliana Silva, quase seis anos depois; Nelson Mandela, quatro anos depois; e, por fim, Paulo Freire, cinco anos depois. Independentemente das diferentes gestões, essa situação demonstra, se não uma dificuldade, ao menos uma lentidão que o poder público municipal apresentou de modo geral para regularizar as ocupações dessa área, o que foi uma das principais críticas do Entrevistado 1 na seção anterior. Complementando isso, ele foi questionado sobre quais são as principais limitações da Prefeitura para regularizar a situação das ocupações urbanas:

Principalmente, os conflitos fundiários, porque, quando você tá numa ocupação urbana que ela ocupa ali um terreno que é de

particular, existe um conflito fundiário [...] que há uma Ação tramitando na Justiça de Reintegração de Posse em favor do proprietário e em desfavor dos ocupantes, isso é um imbróglio, né, porque nós não podemos e não vamos passar por cima da Lei. Isso é impossível [...] e também não é a perspectiva que a gente tem. [...] Esse é um aspecto que é uma grande limitação, mas que ela tem caminhos de solução. (Entrevistado 5)

Assim, o Entrevistado 5 reconhece que existem fatores que interferem no processo de regularização fundiária das ocupações e contribuem para a lentidão do poder público. O primeiro aspecto citado é, portanto, os conflitos fundiários envolvidos nesses casos, de modo que o ordenamento jurídico dificulta uma atuação da Prefeitura enquanto a situação não seja julgada. Além disso,

Disponibilidade financeira é outra limitação. Claro, quanto menos recurso disponível, mais difícil de enfrentar o problema, tá? [...] O município tem em torno de 320 assentamentos sociais entre favelas, conjuntos públicos, loteamentos clandestinos e irregulares, [...] e ocupações organizadas, que demandam a atuação constante com finalidade de regularização urbanística e jurídica. Então, uma limitação: o número excessivo que a gente tem do problema na cidade também. Então, você tem: problema do conflito fundiário, a existência dele, a disponibilidade financeira, agregado a, digamos, esse 'universo' que nós temos hoje na cidade. Por isso que a gente tem que tentar reter o crescimento disso. (Entrevistado 5)

Dessa forma, além dos conflitos fundiários, o Entrevistado 5 elenca a restrição orçamentária da Prefeitura e, também, o grande número de assentamentos irregulares em Belo Horizonte. Como já havia citado anteriormente, os recursos disponíveis para habitação, na cidade, segundo ele, não são capazes de combater o déficit habitacional, este que, para o entrevistado, é muito elevado no município, o que agrava ainda mais o contexto e dificulta a resolução da situação. O número de assentamentos irregulares na metrópole também é, de fato, elevado. No entanto, a restrição orçamentária é um desafio para o poder público de maneira geral em muitas áreas e deve ser contornado com soluções criativas e maior eficiência na gestão. O melhor uso dos recursos, no caso da habitação, já diminuiria a demanda de assentamentos irregulares por regularização e também investimentos na política habitacional preveniriam os conflitos fundiários, que surgem de forma recorrente devido à magnitude do déficit existente hoje.

Todos esses fatores também estão presentes e interferiram na regularização das ocupações no caso do Parque, de modo que

Existe tramitando na Justiça uma Ação de Reintegração de Posse, em favor do proprietário, que foi alguém que comprou aqueles lotes, aquele terreno, para instalação de empresa e não instalou, [...] mas já está reconhecida como Área de Interesse Social, então isso vai se arrastar aí, né. Eu não posso aqui falar sobre como vai ser o desdobramento disso na Justiça, mas o fato de já estar reconhecida como Área de Interesse Social é um passo muito grande de consolidação efetiva dela, ou permanente, até. (Entrevistado 5)

Assim, o entrevistado menciona Ações de Reintegração de Posse contra ocupações do Parque, apesar de, como também está presente na fala dele (assim como na pesquisa indireta e nas entrevistas com pessoas relacionadas à academia e aos movimentos sociais), a área estava ociosa, pois o antigo proprietário não havia instalado empresas como havia se comprometido com o governo. Portanto, existe esse conflito fundiário no Parque e a disponibilidade financeira e o grande número de assentamentos irregulares na cidade são parâmetros que afetam todas as ocupações urbanas como um todo, inclusive as do Parque.

Além disso, apesar de o Entrevistado 5 não citar a questão ambiental como um dos fatores que dificultam a regularização das ocupações em Belo Horizonte, a Entrevistada 6, também perguntada sobre as limitações do poder público em relação a regularizar as ocupações urbanas, diz:

Olha, você tem vários desafios. A gente mesmo começou a conversar sobre essa questão do conflito entre o ambiental e a habitação. Então, às vezes você tá numa área que é de preservação ambiental e que tem que ser de preservação ambiental. Então, você tem esse desafio que é da preservação, você tem o desafio do risco, porque muitas vezes a ocupação é feita de uma forma muito precária, então a gente convive com risco. Então... não há nada que justifique você correr o risco de perder alguma vida humana. [...] Eu imagino também que a gente tem um desafio que é pensar como lidar juridicamente com isso... [...] são desafios jurídicos mesmo e de segurança pra aquelas pessoas [...]. (Entrevistada 6)

Assim, ela comenta acerca da existência do conflito entre moradia e preservação ambiental e acrescenta a presença de ocupações em áreas de risco, que oferecem, de fato, possíveis ameaças a vidas humanas. O conflito entre moradia e ocupações urbanas, por todo o exposto aqui, é sim um fator que dificulta a regularização de muitas ocupações urbanas na capital mineira,

inclusive no caso do Parque. O Entrevistado 5, apesar de não citar a pauta ambiental como um desafio para regularização das ocupações quando foi perguntado especificamente sobre isso, também menciona ao longo da entrevista, quando fala das ocupações do Parque, que

Na primeira tentativa de ocupação da Eliana Silva, eles até ocuparam um terreno que é pertinho de onde eles estão hoje, mas esse terreno é uma área de preservação. Esse terreno, inclusive hoje, continua lá preservado e houve uma ação naquele momento que eu não acompanhei, mas teve colegas de trabalhos meus que acompanharam... não foi permitido porque era uma Área de Preservação Permanente. Era uma área pública municipal, ainda é uma área pública municipal, e está ainda preservada lá. Então, houve essa perspectiva mesmo, eles foram removidos. É óbvio que depois eles [...] promoveram uma outra ocupação e essa outra se consolidou, ela acabou não sendo removida, porque onde o Eliana Silva está é um terreno privado, né. (Entrevistado 5)

Assim, ele relembra o episódio de remoção ocorrido na primeira tentativa de ocupação da Eliana Silva, na qual a legislação ambiental, segundo ele, foi determinante para que a ação fosse realizada. Isso mostra que as restrições ambientais previstas em lei, quando violadas pelas ocupações urbanas, geram conflitos e esses conflitos dificultam a regularização das ocupações, porque o governo não pode reconhecer moradias que ocupam uma área na qual a legislação determina que deveria ser de preservação ambiental.

Portanto, tudo isso (os conflitos fundiários, disponibilidade financeira, grande número de assentamentos irregulares na cidade e conflitos ambientais) pode ter influenciado na lentidão dos processos de regularização das ocupações do Parque, além de fatores políticos já citados anteriormente.

Vale destacar que a razão para que as ocupações do Parque fossem regularizadas em momentos distintos, de forma que apenas três delas foram reconhecidas inicialmente no Decreto 16.888/18, foi que

As alterações de zoneamento [...] na legislação municipal, assim como todas as demais previstas no Plano Diretor, são previamente aprovadas em conferências de política urbana e, posteriormente, encaminhadas para aprovação na Câmara. Por isso que houve uma distinção aí. Porque, na última conferência que teve de política urbana, aquelas primeiras que eu citei aqui, a Eliana Silva, a Camilo Torres e a Irmã Dorothy, elas já tinham sido propostas lá. As outras, não. Portanto, o Prefeito reconheceu [no Decreto 16.888/18] aquilo que a conferência tinha proposto, e aí o Executivo encaminhou elas assim para a Câmara. As outras foram através de emenda de parlamentar,

não necessariamente elas vieram da conferência. A legislação prevê que o tempo mínimo de ocupação pra delimitar um assentamento como Zeis ou Aeis-2 é de 5 anos, além de ser ocupadas predominantemente por população de baixa renda [...]. Então, na última conferência, em 2014, [...] as ocupações que já atendiam essa condição, de ser baixa renda e ter algumas características lá que enquadravam elas, foram incorporadas como Aeis-2 no PL. (Entrevistado 5)

Assim, segundo o entrevistado, apenas as ocupações que se enquadravam nos critérios definidos legalmente na época da última conferência de política urbana anterior ao Decreto 16.888/18, de modo que o Prefeito apenas seguiu as recomendações que recebeu da conferência. Posteriormente, as ocupações Nelson Mandela, Paulo Freire e Horta foram incluídas no Novo Plano Diretor por emendas parlamentares de vereadores e também se tornaram Aeis-2. Sobre a inclusão das ocupações no Novo Plano Diretor, a Entrevistada 6 afirma:

Quando o Plano Diretor mapeia essas áreas, reconhece que são áreas que merecem um tratamento especial e define regras ou define flexibilizações ou enxerga que essas áreas precisam de um tratamento diferenciado. Essas áreas já estão sendo tratadas em termos de Plano Diretor, em termos de lei. A cada lei que vem, [...], mais essa questão das ocupações de caráter social, de interesse social, são incluídas no escopo do Plano Diretor. Agora, se isso vai ter um desdobramento prático, aí já é uma questão de gestão, não é uma questão de lei mais. (Entrevistada 6)

Portanto, a Entrevistada 6 acredita que há uma tendência de reconhecimento dos diferentes assentamentos de interesse social, como ocupações urbanas, nas leis, cada vez maior. No entanto, ela ressalta que isso não é suficiente para que sejam feitas melhorias e intervenções urbanísticas nos locais, de modo que essas ações dependem de fatores políticos. De fato, o reconhecimento de interesse social não garante que o poder público atuará no local, o que depende de aprovação de verba no orçamento para que ocorra. Além desses fatores políticos, no entanto, o conflito com o meio ambiente também pode dificultar esses processos, como relata o Entrevistado 5:

Algumas das ocupações do CDI Jatobá já faz oito anos, nove anos que tão instaladas lá no local, né, então já tá com uma característica de consolidação, digamos assim. E situações também problemáticas, de ocupações em áreas de APP, ocupações em fundos de vale, situações lá que a gente precisa evidentemente também considerar pra fazer o processo aí de proposições. (Entrevistado 5)

Desse modo, a pauta ambiental entra em conflito com a pauta por moradia também no âmbito da Prefeitura. Quando forem feitas as intervenções nas áreas de interesse social como as ocupações do Parque, as melhorias deverão ser feitas respeitando as determinações ambientais previstas em lei. No entanto, algumas dessas determinações são descumpridas por moradores das ocupações e já tem, como dito pelo Entrevistado 5, características consolidadas, de modo que se torna complexa a intervenção governamental nesses casos. Em relação à atuação da Urbel nesse atrito, o Entrevistado 5 afirma:

Nós vamos promover, tanto até com uma busca de financiamento, pra promover nessas ocupações do Barreiro, especificamente, as do CDI Jatobá, porque lá se insere exatamente esse dilema que você coloca [...], lá nós temos [...] PA-2¹⁹, por exemplo, onde se insere algumas áreas que estão lá dentro dessas áreas de ocupação do Barreiro. PA-2 é vedado qualquer tipo de ocupação. Então, é fundos de vale, áreas de manancial, de nascente, então é vedada qualquer tipo de ocupação humana e de qualquer ação antrópica. Está sendo buscado um financiamento pra elaboração de um Plano de Reestruturação Urbana para as ocupações do Barreiro [...]. Esse Plano vai traçar um diagnóstico da situação encontrada lá e, a partir desse diagnóstico, estabelecer, a partir de hierarquização de intervenções, de necessidade de intervenções, um prognóstico pra essa área, como que ela deve ficar. E aí, alguns elementos também vão ser incluídos nesse Plano. Vai, provavelmente, apontamento de necessidade de urbanização nas áreas que são possíveis ou passíveis de receber a intervenção. Então, principalmente, infraestrutura, pavimentação, drenagem... todo esse processo ele vai ter que acontecer ali. (Entrevistado 5)

Dessa maneira, a Urbel, segundo o Entrevistado 5, está buscando um financiamento para que seja realizado um Plano de Reestruturação Urbana das ocupações do Parque e as intervenções sejam planejadas. Entretanto, essas intervenções possuirão limitações. Como dito anteriormente, elas não poderão desrespeitar o que for proposto no Novo Plano Diretor, de modo que as moradias que não atenderem aos requisitos ambientais aprovados não serão alvo de melhorias pelo Plano. O Entrevistado 5 também mencionou que as concessionárias de luz e de água (Cemig e Copasa) são orientadas pela Prefeitura a não instalarem eletrificação nem rede de esgoto em APPs, o que

¹⁹ Tipologia de área de preservação ambiental estabelecida pelo Novo Plano Diretor.

explica uma contestação que o Entrevistado 1 realizou na seção anterior de por que as obras de infraestrutura não eram realizadas nas comunidades. Assim,

As famílias que estão ocupando área de APP ou fundo de vale, [...] o Plano [Diretor], possivelmente, a tendência claríssima, é que elas sejam apontadas como necessidade de remoção e de reassentamento. [...] As propostas de reassentamento o Plano também vai apontar [...]. Então, esse dilema [...], a Prefeitura está lidando assim, nós vamos elaborar um Plano, [...], nós estamos tendo um diálogo muito aberto com os movimentos sociais, eles sabem das dificuldades e sabem das limitações. E eles entendem, hoje, que a gente vai precisar, em alguma medida, também, remover famílias. Eles já entendem isso, assimilam e têm apoiado, sabe? (Entrevistado 5)

Portanto, a partir dessa fala, conclui-se que a atuação da Prefeitura busca equilibrar os direitos de moradia e de meio ambiente, e, na medida do possível, contemplar ambos, a partir de pesos e contrapesos. No caso do Parque das Ocupações, o Entrevistado 5 afirma que, mesmo apesar da regularização das ocupações, algumas das moradias existentes em áreas definidas como de preservação ambiental pelo Novo Plano Diretor serão removidas e as famílias serão reassentadas pela Prefeitura, atendendo parâmetros ambientais. O Entrevistado 5 ressaltou também que essas pessoas têm o direito de morar ao passo que foram reconhecidas, o que gera uma responsabilidade do Estado com elas no caso de possíveis remoções. Tudo isso revela uma preocupação da Prefeitura em cumprir o ordenamento jurídico, de modo que as normas legais foram consolidados a partir de muitas discussões e concretizados com o Novo Plano Diretor, de modo que existe, de fato, uma prerrogativa para que isso seja feito. Perguntado sobre se, além da determinação legal, existe pressão de grupos ambientais sobre a atuação da Urbel, o Entrevistado 5 relata:

A cidade é palco contínuo de conflitos e interesses diversos. A atuação pública precisa estar constantemente em diálogo com os diversos atores e buscar soluções que atendam a maioria da população. [...] Evidentemente, os grupos ambientais eles cobram... não são, conflitos, né, eles não tão criando um conflito, mas eles cobram uma ação da Prefeitura no sentido de preservar essas áreas, principalmente essas áreas de APP. Tanto os grupos ambientais quanto as próprias instâncias da Prefeitura, tipo a própria Secretaria de Meio Ambiente, o corpo técnico... mas, eles sabem também que há um conflito em relação à demanda por morar e a questão de preservação. Então, eles sabem um pouco dessa dicotomia existente e eles

vão acompanhar e, [...] com certeza, vão atuar no Plano.
(Entrevistado 5)

Portanto, o Entrevistado 5 menciona a existência da demanda pela preservação ambiental tanto por atores internos ao governo quanto externos, mas afirma que esse conflito entre meio ambiente e moradia é conhecido por todos os envolvidos no contexto. Dessa maneira, é sugerido, não apenas pelo Entrevistado 5, que os grupos ambientais têm um acompanhamento do cumprimento de parâmetros legais, mas possuem uma sensibilidade com o conflito entre esses parâmetros e a demanda por moradia da população de baixa renda, de modo que eles não se opõem de uma forma absoluta aos movimentos sociais de luta por moradia. Além da legislação ambiental e de grupos ambientais, também existem propostas como as cidades sustentáveis e instrumentos de sustentabilidade nacionais e internacionais, como a Agenda 2030. A Entrevistada 6, perguntada sobre a influência dessas agendas nas políticas públicas, afirma sobre o Novo Plano Diretor:

Esse Novo Plano Diretor²⁰, ele tenta fazer com que as pessoas [tenham acesso a serviços] mais próximos da vizinhança delas. Então, ele tenta reforçar centralidades. Porque você tem que pensar como se fossem gravidades: o hipercentro é um centro que ele tem uma gravidade forte, então é como se ele conduzisse vários deslocamentos de pessoas, de carros e tudo mais. Na hora que você começa a ter uma cidade que você cria incentivos pra desenvolver mais centralidades, você distribui essa força gravitacional, então você tem um equilíbrio maior. Você não tendo que se deslocar tanto, você tem qualidade de vida, você não perde tanto tempo, você diminui as suas emissões de GEE (gases de efeito estufa)... então, no final, você acaba indo em direção da cidade mais sustentável. Agora, essa questão do adensamento, do espraiamento... você vai ver autores que vão tanto defender um lado quanto defender o outro lado. (Entrevistada 6)

Portanto, segundo ela, o Novo Plano Diretor busca, na verdade, não um adensamento da cidade como proposto pela proposta de cidades sustentáveis, mas um desenvolvimento de novas centralidades que dispersem os serviços públicos e os levem para mais perto geograficamente dos

²⁰ A Lei 11.181/2019, que aprova o Novo Plano Diretor de Belo Horizonte, contempla, em seu Art. 3, o compromisso da gestão municipal de implementar no município a Nova Agenda Urbana, que contempla as diretrizes da ONU para Habitação e Desenvolvimento Sustentável – que por sua vez está inserida dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da instituição. No entanto, esta lei só entrará em vigor em fevereiro de 2020.

cidadãos. Essas novas centralidades gerariam uma desconcentração de atividades nos grandes centros urbanos atuais e também dispersariam a população em diversos fluxos diferentes. O Entrevistado 5, também perguntado sobre se tais agendas e propostas impactam de alguma maneira a atuação da Urbel, afirma:

Com certeza. O próprio Plano Diretor ele segue [...] a implementação no município da nova agenda urbana e a gente não fez nada deslocado disso. Então, tem aqueles Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis. O destaque, por exemplo, que a gente pode ter pra orientação do Novo Plano Diretor é o ODS²¹ 11, [...] que é voltado pra tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Ou seja, esse conceito do ODS 11 aqui, a gente abarcou tanto na produção, na elaboração do Plano [Diretor], mesmo com as emendas lá do Legislativo, que também provavelmente agregam e vão buscando esse caminho, assim como também a reformulação que a gente fez na política habitacional do município ela tenta [...] incluir todos esses conceitos aí do ODS 11. Então, a nova política habitacional ela é mais inclusiva, ela é mais segura, porque ela tá mais bem calçada e mais bem atualizada, né, do ponto de vista da dinâmica da cidade, ela é resiliente, porque ela cria mecanismos onde nós vamos poder resistir por mais tempo e ter possibilidade de resistir às dificuldades, né, e mais sustentável, porque a gente tá tentando ser criativo, [...] mais diverso, na oferta de alternativas de solução pra problemática habitacional. (Entrevistado 5)

O Entrevistado 5 cita em sua fala os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, mais especificamente, o Objetivo 11, que é de Cidades Sustentáveis. Ele afirma que tal objetivo orientou a elaboração do Novo Plano Diretor e cita um novo programa chamado Alocação Social, que engloba preceitos de sustentabilidade, por ser uma alternativa que busca uma redução do déficit habitacional, o que por si só já é sustentável, considerando que uma das metas desse Objetivo é: “Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas”. Porém, para além disso, o programa também aproveita imóveis ociosos, o que faz com que, se não reduzida, ao menos seja controlada a expansão urbana, de forma que essas pessoas sem moradia não buscarão espaços ainda mais distantes dos centros para instalarem-se.

²¹ Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

Também em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Prefeitura de Belo Horizonte possui um Observatório do Milênio, criado em 2008 para monitorar os Objetivos do Milênio (ODM) pela ONU.

O Observatório do Milênio de Belo Horizonte é uma rede de parceiros com a finalidade de produzir e disseminar informações sobre a realidade de Belo Horizonte. [...] Produzimos o primeiro relatório e, posteriormente, fomos convidando outros parceiros, outras universidades... [...] fizemos essa rede e, de dois em dois anos, a gente publica relatórios com os resultados da cidade em relação a esses objetivos e essas metas. (Entrevistada 8)

O Observatório conta com essa rede de parceiros compostos por diversas unidades e também com áreas internas da prefeitura. Em 2015, os ODM foram substituídos pelos ODS, que devem ser monitorados até 2030. Segundo a Entrevistada 8, os ODS possuem uma agenda maior, com mais objetivos, devido a um alargamento do conceito de sustentabilidade, de modo que *“a ideia de sustentabilidade agora é essa questão mais integrada do desenvolvimento social, econômico e ambiental. Essas três coisas têm que estar muito juntas”* (Entrevistada 8). Sobre a importância dos ODS,

Os governos locais já faziam aquilo que as metas propõem, porque é o papel dos governos locais cuidar da saúde, da educação, etc. Os ODS e os ODM colocam metas quantificáveis, pré-estabelecidas, e facilitando o processo de monitorar e verificar se, de fato, você cumpriu ou não aquelas metas propostas. E, também, de você estar alinhado com uma agenda global, né? Você poder comparar o desempenho do seu município com outros municípios, com outras regiões... até países. Então, é uma régua que se estabelece. (Entrevistada 6)

De uma forma mais prática, a apuração dos ODS é utilizada, por exemplo, para auxiliar a elaboração do Plano Plurianual. Segundo o Entrevistado 7, de forma geral, o papel do Observatório é de sistematizar informações que estão dispersas em diversos órgãos da Prefeitura e elaborar um documento único com um panorama geral de Belo Horizonte. Isso visa melhorar o planejamento das políticas públicas, tornando a atuação da Prefeitura mais efetiva. Os indicadores analisados não são todos os propostos pela ONU, porque nem todos se adequam à realidade da capital mineira, mas, segundo o Entrevistado 7, todos os indicadores que são apurados passam por uma validação com os setores da Prefeitura responsáveis. Assim, temas de sustentabilidade, segundo ele, são discutidos com a Secretaria de Meio

Ambiente e temas de mobilidade, por exemplo, são discutidos com o Observatório de Mobilidade.

Então, os indicadores que estão aqui, estão aqui porque passou por essa discussão com o Observatório de Mobilidade. E os indicadores que estão aqui de emissões, vinculados ao sistema de mudanças climáticas, estão aqui porque estão validados com esse Comitê de Mudanças Climáticas, onde um outro grupo de pessoas, de interessados no assunto participem e ajudem nessa discussão. Então, isso é feito de forma [...] compartilhada com os outros setores da Prefeitura. (Entrevistado 7)

Assim, os indicadores são resultado de um processo de discussão com diversas instâncias. Perguntados sobre se havia um diálogo direto do Observatório com os cidadãos, os funcionários afirmaram que isso ocorreu apenas uma vez, mas não houve sequência. No entanto, foi relatado que essas outras instâncias governamentais possuem diálogo, de modo que isso é traduzido nos indicadores de uma forma indireta.

Tudo isso consolida o compromisso da Prefeitura de Belo Horizonte assumido com a ONU e revela uma preocupação com o monitoramento e também com o cumprimento dos ODS propostos.

Além disso, o que que Belo Horizonte fez: [...] a gente alinhou os instrumentos de planejamento da cidade com os ODS. Então, nosso PPAG, que é o Plano Plurianual de Ação Governamental, cada ação e sub-ação dele está alinhado a um ou mais de um ODS. Então, quando você pega o orçamento municipal, você vê claramente a relação entre cada ação que é feita na cidade. Por exemplo, a iluminação pública, a limpeza de esgoto, o atendimento nos postos de saúde, o equipamento cultural... como que ele tá vinculado a um ou mais ODS. [...] Então, isso dá transparência, [...] você acompanha, monitora, planeja e monitora e avalia os resultados no cumprimento das metas. Então, essa agenda contribui muito. (Entrevistada 6)

A Entrevistada 6 menciona o Orçamento Temático dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Orçamento ODS), “que busca mapear o alinhamento das políticas públicas municipais expressas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) com as metas estabelecidas pela agenda ODS” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019, s.p.).

A elaboração do Orçamento Temático dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Orçamento ODS) tem por finalidade identificar, no orçamento público municipal, os gastos realizados com as ações associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com vistas a propiciar o

monitoramento permanente da alocação de recursos, contribuir para o alcance das metas estabelecidas pelas Nações Unidas, bem como para aprimorar a transparência em relação aos gastos públicos. Além disso, o Orçamento ODS pode ser comparado com os demais Orçamentos Temáticos como, por exemplo, o Orçamento da Criança e do Adolescente, permitindo análises mais refinadas do gasto público municipal. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019, s.p.)

Desse modo, a Prefeitura tem essa ação de articulação de seus programas com os ODS, buscando, por meio do Orçamento ODS, gerar transparência para os cidadãos e também, mais uma vez, mostrar um compromisso com a sustentabilidade proposta por agendas internacionais. Em relação ao ODS 11, de Cidades Sustentáveis, e às ocupações urbanas especificamente:

O ODS 11 trata de uma questão mais integrada também das questões relativas às cidades, aos espaços urbanos, [...] já que... quê que a ONU entende e os dados mostram: a população tende a ser mais urbana e, portanto, as soluções também têm que vir das cidades. Então, esse ODS 11 é muito importante, à medida que ele trata de diversos aspectos da cidade, inclusive das ocupações. Então, é um pouco uma possibilidade de você pensar um pouco melhor a cidade pra ocupar ela de uma maneira mais sustentável, clima, águas... (Entrevistada 6)

A Entrevistada 6, portanto, argumenta que o ODS 11 assume notoriedade à medida que a população mundial tende a ser cada vez mais urbana. Sendo assim, o espaço urbano possui cada vez mais problemas e conflitos, de modo que as soluções, ou seja, a atuação do poder público, também devem ser cada vez mais direcionadas para as cidades. Um dos conflitos surgidos são as ocupações urbanas, e,

Do ponto de vista dos indicadores, o ODS 11, a gente tem indicadores aqui que são sensíveis à essa temática [de ocupações urbanas], que é a proporção de população vivendo em assentamentos precários, além de uma série de outros indicadores... [...] em Belo Horizonte, a gente computa a população residente nas vilas e favelas, os loteamentos irregulares e as chamadas ocupações urbanas [...]. Então, a gente tem esse tipo de indicador, só que o dado que nós temos aqui apontava 19,2% da população residente nesse tipo de área, mas o nosso parâmetro é o Censo de 2010. De lá pra cá, é que cresceu de fato as áreas de ocupação, então a gente estima que esse número vai subir um pouco quando a gente tiver o dado no Censo de 2020. (Entrevistado 7)

Na sua fala, o Entrevistado 7 comenta que os ODS possuem indicadores sensíveis à temática de ocupações urbanas, a exemplo da proporção de população vivendo em assentamentos precários. A previsão do Entrevistado 7 é de que essa proporção aumente no Censo 2020, em comparação com o Censo 2010, reconhecendo de fato uma expansão desse tipo de habitação em Belo Horizonte na última década. Assim,

Quando a gente vê a discussão do conceito de cidades sustentáveis, se observa e olha principalmente para as cidades de países desenvolvidos. A nossa realidade aqui no Brasil e nas cidades brasileiras... a gente ainda tá muito distante dessas discussões mais de ponta, do quê que é uma cidade sustentável. A gente ainda tem... você trouxe um assunto aí, a questão das ocupações. Ela, obviamente, envolve a questão da sustentabilidade, mas envolve um direito ainda mais fundamental que é a questão da moradia, as pessoas sequer têm moradias adequadas. Então, se a gente pegar aqui o que tem de políticas públicas e as prioridades das políticas públicas, ainda estamos muito focadas em atender plenamente aquilo que é, vamos dizer assim, 'direito básico' da população. Então, a interconexão com a questão da sustentabilidade, ela vem por onde? Vem pela questão da moradia, vem pela questão do saneamento básico... a gente ainda tem 5% dos domicílios do município sem acesso ao saneamento básico. [...] (Entrevistado 7)

Portanto, o Entrevistado 7 reconhece que, apesar desse compromisso do poder público e também das ações desenvolvidas em torno dos instrumentos de sustentabilidade internacionais, a realidade brasileira ainda é muito diferente da de países desenvolvidos, de forma que muitas discussões avançadas que estão consolidadas nessas agendas ainda não se aplicam para Belo Horizonte e para o Brasil, enquanto aqui as prioridades atuais são outras. Isso mostra que os instrumentos não estão apenas distantes das ocupações urbanas, como também distantes da realidade nacional. O Entrevistado 7 mencionou o conflito existente entre o direito ao meio ambiente e direito à moradia e observa que, para que a discussão sobre preservação ambiental seja priorizada, deve-se antes resolver esses problemas habitacionais, por representarem um direito, segundo ele, mais fundamental. Essa reflexão pode explicar também o distanciamento que o Entrevistado 1 e a Entrevistada 2 percebem entre os instrumentos e a realidade prática das ocupações urbanas.

Também em relação ao conflito entre moradia e meio ambiente, o Entrevistado 7 afirma que é um conflito historicamente presente no país devido à dinâmica imobiliária presente aqui e, além disso:

Se a gente pensar que, do ponto de vista da ocupação do território, você vai ocupando, ocupando... e vai reduzindo cada vez mais essas áreas de proteção ambiental. A gente tem ali uma grande ocupação na região norte do município, na área do Izidora, que é uma área que, dentro dos planos da Prefeitura, seria pra ser quase que integralmente preservada como área verde... você teve ali um processo de ocupação. E, uma vez instalados ali, é difícil retirar todas essas pessoas. Então, eu entendo que é um conflito constante, tanto do ponto de vista da dinâmica própria da ocupação do espaço urbano, que tende a gerar incentivos pra que nessas áreas sejam investidas pela população de baixa renda e, por outro lado, a política pública tentando atuar, respeitando o direito à moradia dessas pessoas, tentando ter dignidade, mas também com recursos limitados pra fazer o que a gente idealmente gostaria que se fizesse, que é desocupar todas as áreas de baixo, de beirada de rios, de áreas de encosta, preservadas... ainda estamos distantes disso, como eu te disse o foco é mais preservar a vida das pessoas e garantir que não tenham pessoas residindo em áreas de risco. (Entrevistado 7)

O Entrevistado 7 entende, portanto, que é um movimento quase inevitável que as pessoas de baixa renda ocupem áreas de preservação ambiental. Para ele, o ideal seria que essas pessoas fossem removidas e reassentadas, porém, como isso é muito oneroso economicamente para o Estado, ele acredita que a Prefeitura deve lidar com o conflito buscando eliminar o risco onde ele existir. A Entrevistada 6 também relata:

Quando a gente vem pro meio urbano, o conflito faz parte do nosso cotidiano, então você tem vários conflitos. E é como se a gente tivesse que lidar com duas pressões [ambiental e por moradia], que são... eu considero ambas importantes. Assim, algumas pessoas vão falar que uma é mais importante que a outra, mas, pra mim, tão importante quanto é a questão da moradia, é a questão de você ter alguma área de preservação, algum tratamento especial na questão ambiental. Então assim, é quase natural você ter essa confluência do ambiental com a ocupação por dois motivos: se aquela área ela foi zoneada como de preservação, ela é naturalmente pouco ocupada. Se ela é pouco ocupada, pode ter uma pressão para ocupação. É um movimento quase natural [...]. Tem outro movimento que possa explicar, é que quando você faz um parcelamento do solo, por lei, você tem algumas áreas que não são parceláveis. São áreas de grande declividade, áreas de APPs... o loteador ele tem que deixar uma área pra equipamento público. Nem sempre o poder público dá conta de ocupar aquela área de equipamento público em tempo hábil, ou então ele não tem o

controle... então, até no processo de loteamento, que você tem algumas áreas que são ou de domínio público ou de propriedade pública para algum equipamento, se você não dá uma ocupação ou se você não tem algum controle sobre aquela área, você também tá sujeito a ter uma ocupação irregular. [...] Então, na hora que você tem dentro da cidade uma área não edificante, que você não tá ocupando, é quase natural que você tenha uma pressão sobre ela. (Entrevistada 6)

A Entrevistada 6 concorda com a última fala do Entrevistado 7, portanto, de modo que afirma que é um movimento quase natural que exista essa pressão e que ocupações urbanas surjam em áreas de preservação ambiental. As duas falas reconhecem o conflito e ambos retomam o Entrevistado 5, de modo que todos concordam que a atuação do poder público é e deve ser no sentido de harmonizar as pautas de moradia e ambiental.

Sobre a conciliação entre o espaço urbano e o espaço verde, o Entrevistado 5 afirma que acredita ser muito possível que isso aconteça e destaca o papel do MLB na responsabilização dessa temática, reconhecendo a importância do Parque das Ocupações. O Entrevistado 5 acredita, inclusive, que a proposta do Parque é compatível com o Novo Plano Diretor, devido ao fato de, segundo ele, o MLB estar concordando com possíveis remoções que serão realizadas na área para que os dispositivos de preservação ambiental sejam respeitados.

Desse modo, mais uma vez, é ressaltada a busca por equilíbrio do poder público para solucionar o conflito. Apesar de considerar possível a conciliação entre urbano e verde, o Entrevistado 5 indica que existem alguns limites que devem ser respeitados, de forma que, apesar da urbanização ser permitida no Parque por meio da regularização das ocupações, existem algumas moradias do terreno que deverão ser removidas para preservação ambiental. Assim, conclui-se que é importante e, inclusive, um objetivo da Prefeitura essa conciliação, porém desde que respeitados os parâmetros normativos. Em relação à adequação dos instrumentos da Prefeitura com tal conciliação, o Entrevistado 5 afirma que eles se conciliam perfeitamente.

É uma preocupação muito grande que ela vem se aperfeiçoando ao longo do tempo. Nós temos dois instrumentos muito importantes de planejamento urbano aqui na parte de equipamentos de interesse social, digamos assim, ou das Zeis e das Aeis, né, que são: os PGEs, os Planos Globais Específicos, que tratam das áreas de Zeis. E os Planos de Regularização Urbanística chamados PRUs. Esses dois

instrumentos tão extremamente condizentes, atrelados, aos compromissos com as questões ambientais. Hoje, mais do que nunca, porque, até no momento lá atrás, os próprios PGEs, que foram instrumentos de planejamento voltados para as áreas de Zeis, [...] A gente tem que tentar casar a própria questão ambiental à necessidade de atender ao déficit habitacional e, às vezes, a gente pode ser até menos intervencionista. Por exemplo, vai implantar área de parque. Às vezes, você pode fazer um traçado nela menos ortodoxo do ponto de vista ambiental, preservando um pouco mais de casa. Em alguns pontos, um pouco mais intervencionista, removendo um pouco mais de casa. Mas a gente tem sempre que ter o olhar de casar as duas demandas e as duas perspectivas. A questão ambiental e de necessidade de preservação, [...] atrelada, digamos assim, com [...] a questão do próprio déficit. Então, acho que isso aí é a perspectiva que nós temos também, a cada dia mais. (Entrevistado 5)

A conclusão de todo o exposto aqui é que o poder público teve um desempenho oscilante em relação à regularização das ocupações urbanas surgidas a partir de 2000 na capital mineira, de modo que os processos foram muito lentos. Porém, são situações que envolvem múltiplos atores e interesses, de forma que, apesar dos entraves, depois de 23 anos foi aprovado um Novo Plano Diretor para o município e também houve uma reformulação da política habitacional municipal.

Isso mostra que, apesar das dificuldades, o MLB conseguiu promover avanços na atual gestão, no sentido de criar melhores condições de moradia para as ocupações urbanas. Somado a isso, é perceptível um esforço existente por parte do poder público em buscar conciliar as pautas de moradia e ambiental, de modo que, no caso do Parque, as ocupações foram reconhecidas e serão permitidas, mas há o apontamento de que algumas remoções deverão ser realizadas.

Além disso, existe uma preocupação do poder público com o desenvolvimento sustentável, uma vez que foram descritas iniciativas como o Orçamento ODS e a existência do Observatório do Milênio. Para além da preservação ambiental, é perceptível, na própria visão da Prefeitura, uma evolução do conceito de sustentabilidade que, hoje, engloba, além dessa preservação, outras questões como a própria moradia, de forma que isso inclusive justifica a atuação do poder público no sentido de equilibrar as pautas, visto que ambas são reconhecidamente importantes internacionalmente e também são contempladas na legislação brasileira.

Assim, a partir dessas reflexões, segue-se para as Considerações
Finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto aqui, conclui-se que a luta por moradia ainda é um desafio em muitas metrópoles brasileiras. Enquanto questões mais avançadas relacionadas à temática de cidades sustentáveis são colocadas em pauta por agências internacionais, por meio de instrumentos e convenções internacionais, e cobradas ações de outros países, como o Brasil, ainda há problemas mais estruturais e urgentes de serem trabalhados.

No entanto, a complexidade do contexto se dá de forma que existe essa pressão, tanto externa quanto interna, por uma preservação de recursos naturais, principalmente em países como o Brasil que possuem um patrimônio natural riquíssimo, enquanto o processo de urbanização que ocorreu e permanece ocorrendo em suas cidades tem um caráter excludente, de modo que, recorrentemente, a terra disponível para os cidadãos de baixa renda são espaços ociosos por serem distantes dos centros (que oferecem uma estrutura mais consolidada e uma melhor qualidade de vida para seus cidadãos) ou que tem sua ocupação vedada por lei, mais especificamente, em muitos dos casos, por razões ambientais, como é o foco deste trabalho.

Os cidadãos de baixa renda que se instalam nesses espaços, em geral, integram comunidades, como favelas, loteamentos informais ou ocupações urbanas. As habitações dessas pessoas são construídas por meio da autoconstrução, sem que haja um estudo e projeto adequados, mesmo que as áreas de instalação, como já mencionado, sejam locais que têm ocupação vedada, o que pode ser devido a um risco presente ao cidadão que se habitar ali ou também por ser um local que possui um patrimônio natural importante, que pode ser degradado caso alguém more no local e não tenha os devidos cuidados. Além disso, essas habitações enfrentam diversos desafios, como, muitas vezes, ausência de rede de esgoto, ausência de rede de distribuição de água, ausência de coleta de lixo, ausência de limpeza urbana, ausência de rede de energia, ausência de transporte urbano interno e, por fim, uma insegurança, pelo fato de não serem proprietários formais dos terrenos e terem a possibilidade de serem removidos a qualquer momento.

Vale ressaltar que todo esse contexto é resultado de um longo processo de evolução das pautas de moradia e ambiental, que foram

traduzidas gradualmente nas legislações vigentes hoje no Brasil e em Belo Horizonte. Apesar de a pauta ambiental ser mais recente, ela assume uma relevância notória internacionalmente perante os países mais desenvolvidos, que têm uma preocupação crescente com o desenvolvimento sustentável e exigem uma rigorosa preservação ambiental. Por outro lado, o direito à moradia, garantido pela Constituição, é cumprido apenas para as classes mais favorecidas, de forma que os cidadãos de baixa renda, marginalizados do acesso a habitações dignas, usualmente não possuem força para cobrar uma atuação mais intensa do poder público para solucionar a questão, visto que ela também é muito complexa e envolve inúmeros fatores políticos e econômicos. Assim, enquanto o arcabouço legal garante tanto o direito à moradia quanto o direito à preservação ambiental, na prática, a tarefa se torna muito complexa para o poder público, visto que existem cidadãos sem moradia que se instalam justamente nos locais onde há interesse de preservação e o governo deve buscar um equilíbrio nesse conflito.

Todas essas disputas são retratadas para a área das ocupações que formam o Parque das Ocupações do Barreiro. Nela, estão presentes seis²² ocupações urbanas, compostas por cidadãos de baixa renda, que ocuparam uma região através de processos diversos, espontâneos e organizados, e, hoje, circundam uma área de preservação ambiental de mata ciliar em Belo Horizonte. O processo de planejamento mais robusto ocorreu apenas nas ocupações organizadas pelo MLB, de modo que essas se preocuparam e ainda se preocupam com a pauta ambiental desde o primeiro momento. O MLB também tenta conscientizar os moradores das demais ocupações que estão na área e não foram organizadas por eles.

Como relatado nas entrevistas, a presença da pauta ambiental no planejamento e cotidiano dessas ocupações urbanas é, além de um cuidado visando a manutenção das próprias comunidades e das diversas habitações instaladas ali, também uma potencialidade enxergada pelo MLB para melhoria da qualidade de vida dos moradores. Muitos pressupostos de sustentabilidade, mesmo que de maneira indireta, sem uma intenção de atender a agendas e instrumentos de desenvolvimento sustentável, estão presentes nas ocupações.

²² Foi considerada a unificação da Prefeitura de Belo Horizonte em relação às Hortas 1 e 2.

O projeto do Parque, em parceria com a academia, propõe a existência de espaços verdes e convívio entre espécies vegetais e os moradores, de forma que são incentivadas hortas, por exemplo. Além disso, há uma preocupação com a preservação dos recursos hídricos da região, que possui uma nascente, e também uma série de iniciativas de conscientização como oficinas de reciclagem, por exemplo. A experiência do Parque das Ocupações do Barreiro evidencia como o argumento ambiental, utilizado no passado para remover ocupações urbanas em Belo Horizonte, também pode ser usado como estratégia de resistência dos movimentos sociais de luta por moradia para diminuir a hostilidade do poder público em relação às ocupações.

O desenvolvimento dessa pauta ambiental nas ocupações urbanas, contudo, é lento, o que também é destacado no estudo. Todos os entrevistados do MLB, da academia e moradores das ocupações afirmaram que há uma dificuldade de assimilação dessas práticas sustentáveis pelos moradores, visto que a consciência ambiental, muitas vezes, não é a realidade da população, principalmente cidadãos de baixa renda, que possuem outras prioridades, devido às muitas dificuldades que enfrentam em seu dia-a-dia. Assim, o MLB e a academia têm um trabalho de aproximar a pauta ambiental dos moradores por meio de um discurso que explore os benefícios que eles terão no cumprimento de práticas sustentáveis, como uma possível geração de renda. Porém, também vale ressaltar que esses moradores, mesmo sem essa conscientização, praticam ações com pressupostos de sustentabilidade por necessidade, de modo que o reaproveitamento de materiais e a bricolagem são realizados, mas não por uma consciência ambiental, e sim por dificuldades financeiras que essas pessoas possuem.

Todas essas ações têm tido um impacto nas ocupações urbanas do Parque não apenas para os moradores, mas também para o poder público. Apesar da lentidão do processo – uma vez que os processos de regularização fundiária e de urbanização além dependerem da boa vontade do poder público demandam muitos recursos financeiros –, o Novo Plano Diretor aprovado no ano de 2019 em Belo Horizonte prevê o reconhecimento das cinco ocupações como áreas de interesse social, de forma que elas não serão mais apenas toleradas pelo governo, mas também reconhecidas e há expectativa de que sejam realizadas ações de urbanização no local para melhoria da qualidade de

vida dos moradores ali presentes. Para que isso acontecesse, foi primordial o respeito à área de preservação ambiental pelas ocupações urbanas. No entanto, um dos entrevistados que trabalha na Prefeitura afirmou que, quando forem feitas as obras de urbanização das Vilas, uma das ocupações (Horta) terá que ser parcialmente removida, em virtude de estar ocupando o leito de um córrego que tem nascente dentro da ocupação.

Além disso, o governo tem incorporado cada vez mais ações para fortalecer o compromisso com a sustentabilidade que lhe é exigido, através da instituição do Observatório do Milênio na Prefeitura de Belo Horizonte e também o Orçamento ODS. Como a sustentabilidade incorporou uma série de outras questões além da ambiental nas últimas décadas, sendo uma delas a de cidades sustentáveis, a habitação também vem sendo um fator de preocupação mais relevante para o governo, que reformulou sua política habitacional no ano de 2019, e, através de outras ações como a de regularização das ocupações urbanas citada, está tendo uma atuação mais contundente no sentido de buscar conceder melhores condições de habitabilidade para a população belorizontina. No entanto, a orientação do atual governo é de não permitir que novas ocupações urbanas aconteçam, o que pode ser para controlar esses indicadores relacionados à moradia, devido à precariedade das habitações desse tipo de comunidade.

Portanto, apesar da grande complexidade da situação, com múltiplos atores, poderes e interesses, a relação entre meio ambiente e moradia vem sendo aprimorada, havendo contribuições tanto por parte do governo quanto dos cidadãos. Vale destacar que esses avanços são causados tanto pelo avanço da pauta de desenvolvimento ambiental quanto por lutas políticas. A notoriedade da sustentabilidade e a evolução do conceito trazem maior relevância a questões como a moradia, de modo que a preservação ambiental, hoje, não deve mais ser um conflito com habitações para população de baixa renda, mas essas pautas devem ser equilibradas e conciliadas. Experiências como a do Parque das Ocupações do Barreiro mostram que isso é possível e que cidades sustentáveis não precisam partir de grandes investimentos e serem uma realidade apenas para a população de classes mais favorecidas, mas sim um direito e uma realidade para todas e todos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], n. 1, p.79-90, 31 maio 1999. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27/15>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Barreiro**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/historia_bairros/BarreiroCompleto.pdf>. Acesso em: 04 maio 2019.

BATTAUS, Danila M. de Alencar; OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de. O Direito à Cidade: Urbanização Excludente e a Política Urbana Brasileira. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 1, n. 97, p.81-107, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n97/0102-6445-ln-97-00081.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2019.

BELO HORIZONTE (Município). Lei nº 7166, de 27 de agosto de 1996. . Belo Horizonte, MG, Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1996/716/7166/lei-ordinaria-n-7166-1996-estabelece-normas-e-condicoes-para-parcelamento-ocupacao-e-uso-do-solo-urbano-no-municipio>>. Acesso em: 22 out. 2019.

BITTENCOURT, Rafael Reis; NASCIMENTO, Denise Morado; GOULART, Fabrício Frederico. **Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Praxis, 2016. Disponível em: <<https://issuu.com/praxisufmg/docs/relato-ocupa-jun2016>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Art. nº 225, de 05 de outubro de 1988. . Brasil, Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_225_.asp>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS. **Comunidade Eliana Silva**. [S. l.], 20?. Disponível em: <http://www.coau.com.br/portfolio/comunidade-eliana-silva/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição de Termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 2, p.55-71, nov. 1999. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5139/513952492005.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte**. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (coord.). Belo

Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

Defensoria Pública de Minas Gerais. **Nota Pública: Ocupações urbanas da região do Barreiro**. 2017. Disponível em: <<https://www.defensoria.mg.def.br/nota-publica-ocupacoes-urbanas-da-regiao-do-barreiro/>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

DENALDI, Rosana; FERRARA, Luciana Nicolau. A dimensão ambiental da urbanização em favelas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 21, p.1-20, 23 abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v21/pt_1809-4422-asoc-21-e01950.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

DIÁRIO LIBERDADE (Belo Horizonte). **Nasce ocupação Nelson Mandela em Belo Horizonte**. 2014. Disponível em: <<https://www.diarioliberalidade.org/artigos-em-destaque/400-reportagens/46567>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

DIAS, Maria Tereza Fonseca et al. Ocupações urbanas em Belo Horizonte e a (re)construção espacial da cidade: um estudo de caso da ocupação Camilo Torres. **Revista de Ciências Humanas Ufsc**, Florianópolis, v. 49, n. 2, p.205-223, dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2015v49n2p205>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) (Belo Horizonte). **O grupo**. 2019. Disponível em: <<http://blog.indisciplinar.com/ogruppo/>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

FERREIRA, Diego Vales Deslandes; JAYME, Juliana Gonzaga. Entre estruturas e experiências: um debate com a literatura sobre a habitação no Brasil a partir das vivências de três ocupações de moradia em Belo Horizonte. **40º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, p.1-25, set. 2016. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st09-9/10219-entre-estruturas-e-experiencias-um-debate-com-a-literatura-sobre-a-habitacao-no-brasil-a-partir-das-vivencias-de-tres-ocupacoes-de-moradia-em-belo-horizonte/file>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FRAZÃO, Dilva. **Nelson Mandela**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/nelson_mandela/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FRAZÃO, Dilva. **Paulo Freire - Educador Brasileiro**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/paulo_freire/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional Municipal No Brasil 2010**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em: 22 out. 2019.

Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil: 2015**. Belo Horizonte: Fjp, 2018. Disponível em:

<<http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/871-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015291118/file>>. Acesso em: 22 out. 2019.

GRUPO INDISCIPLINAR (Belo Horizonte). **Parque das Ocupações do Barreiro**. 2017. Disponível em: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2017/09/Parque-das-Ocupa%C3%A7%C3%B5es_com-mapas-atualizados-e-map%C3%A3o-edi%C3%A7%C3%B5es-junho.2017-1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica estima o déficit habitacional brasileiro**. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18179>. Acesso em: 22 out. 2019.

INSTITUTO PAULO FREIRE [S.l.]. **Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira**. 20???. Disponível em: <<https://www.paulofreire.org/paulo-freire-patrono-da-educacao-brasileira>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

LAUREANO, Delze dos Santos. As ocupações urbanas e a especulação imobiliária em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 115, p.203-222, dez. 2017. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/download/379/432>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 15, n. 29, p.123-142, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837816006>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

MAIA, Petter Isackson; BRASIL, Flávia de Paula Duque. Produção social da habitação e as novas ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 7, p.132-147, nov. 2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/35182/26028>>. Acesso em: 22 out. 2019.

MARTUCCI, R. **Projeto tecnológico para edificações habitacionais: utopia ou desafio?** 1990. 219f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Belo Horizonte: a metrópole segregada**. In.: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2003.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2002. 114f. Tese (Doutorado) – Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/lab-urb/wp-content/uploads/2013/11/tese-jupira.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2019.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, Brasília, v. 26, n. 74, p.51-64, jan. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10624/12366>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

OCUPAÇÃO ELIANA SILVA (Belo Horizonte). **Ocupação Eliana Silva – MLB**. 201?. Disponível em: <<http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

OCUPAÇÃO PAULO FREIRE (Belo Horizonte). **Ocupação Paulo Freire, do MLB, em Belo Horizonte, MG**. 2019. Disponível em: <<http://ocupacaopaulofreirebh.blogspot.com/>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

PELA MORADIA (Belo Horizonte). **Ocupação Camilo Torres**. 201?. Disponível em: <<https://pelamoradia.wordpress.com/tag/ocupacao-camilo-torres/>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1973131/mod_resource/content/1/Polanyi_A%20grande%20transform.%20-%20livro%20todo.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

Prefeitura de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento de Informações Técnicas. **Anuário Estatístico de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Rona Editora, 2001. 319 p. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/smpl/PUB_P011/anuario2000.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

Prefeitura de Belo Horizonte. **Coordenadoria De Atendimento Regional Barreiro**. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/barreiro>>. Acesso em: 22 out. 2019.

Prefeitura de Belo Horizonte. **Diagnóstico: Situação Atual e Tendências da Dinâmica Urbana**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/plano-diretor/regionais>>. Acesso em: 11 set. 2019.

Prefeitura de Belo Horizonte. **ESTUDOS URBANOS: Transformações Recentes Na Estrutura Urbana**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008. Color. Disponível em:

<http://www.pbh.gov.br/comunicacao/RELATORIOS/200905_estudos_urbanos_conferencia_abertura_conferencia.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (Belo Horizonte). **Orçamento Temático dos ODS**. 2019. Disponível em: <<https://Prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/orcamento-tematico>>. Acesso em: 22 out. 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (Belo Horizonte). **Prefeito Alexandre Kalil assina decretos reconhecendo assentamentos como Aeis**. 2018. Disponível em: <<https://Prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeito-alexandre-kalil-assina-decretos-reconhecendo-assentamentos-como-aeis>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

Prefeitura de Belo Horizonte. **Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte: Diagnóstico do Setor Habitacional**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/2018/documentos/Diagn%C3%B3stico%20do%20Setor%20Habitacional.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2019.

RAUPP, F.M.; BEUREN, I.M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2006.

ROCHA, Caroline Cristiane et al. Assessoria Técnica a Ocupações Urbanas: processos autônomos de urbanização. **Conecte-se!**: Revista Interdisciplinar de Extensão, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p.46-59, jun. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/17660>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SAULE JÚNIOR, Nelson et al (Org.). **Direito à cidade: Trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis**. São Paulo: Max Limonad e Pólis, 1999.

SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade: Novos horizontes para a reforma urbana**. São Paulo: Pólis, 2001. Disponível em: <<https://www.polis.org.br/uploads/833/833.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

SILVA, Geovany Jessé Alexandre da. **Cidades Sustentáveis: Uma Nova Condição Urbana**. 2011. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2011/53001010042P8/TES.PDF>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

SILVA, Gustavo Resgala. **Formas De Produção Do Espaço Periférico Metropolitano: Um Estudo Sobre São Benedito Na Região Metropolitana De Belo Horizonte**. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SORAGGI, Ana Carolina Maria. **A Ampliação Do Mercado Da Moradia E A Expansão Do Espaço Metropolitano Periférico**: Um estudo sobre a produção de moradia para o “segmento econômico” em Juatuba/MG. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://praxis.arq.ufmg.br/textos/disserta_soraggi.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

SOUZA, Sergio Iglesias Nunes de. O direito humano da moradia após a emenda constitucional n. 26, de 2000 e sua análise com o direito de habitação no direito civil. **Revista Argumentum**, Marília, v. 16, n. 4, p.73-98, jan. 2015. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/o_direito_humano_da_moradia_apos_a_emenda_constitucional_n.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2015. Elaboração própria.

Tipologia	Subtipologia	Unidades residenciais e não residenciais				Assentamentos	
		Nº de unidades sem demanda de urbanização e regularização fundiária	Nº de unidades com demanda apenas de regularização fundiária	Com demanda de urbanização e/ou de regularização fundiária	% em relação ao total	Nº	% em relação ao total
Vilas/Favelas	-	-	-	91.224	54,47	186	31,52
Conjuntos Habitacionais e Loteamentos Públicos	A	-	5.102	-	3,05	41	6,95
	B	-	-	28.341	16,92	23	3,9
	C	5.910	-	-	3,53	42	7,12
Loteamentos Privados Irregulares	A	-	6.675	-	3,99	168	28,47
	B	-	-	28.770	17,18	125	21,19
Ocupações organizadas	-	-	-	1.445	0,86	5	0,85
Totais	-	5910	11777	149780	100	590	100
		167467					

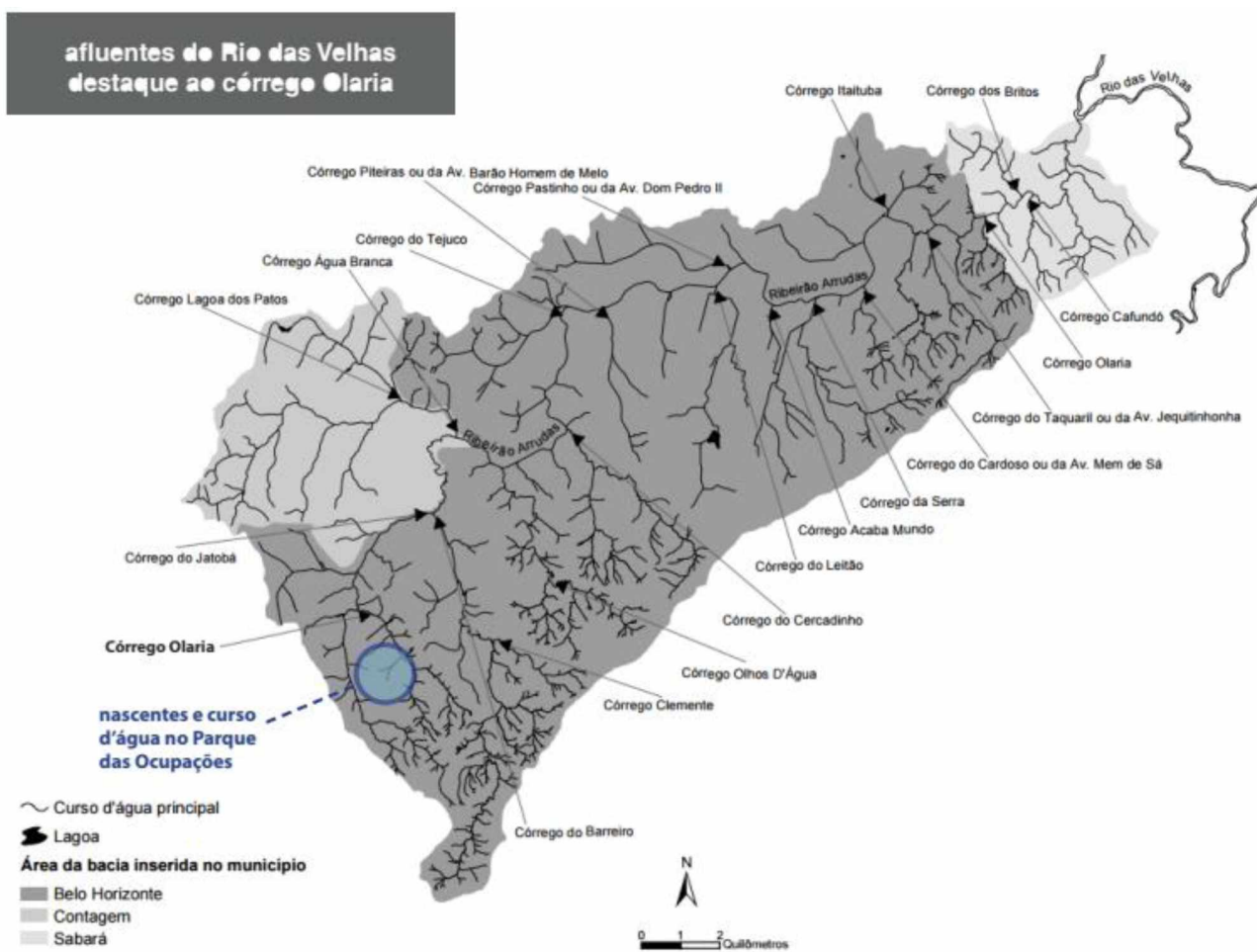
Apêndice A - Dados sobre assentamentos de interesse social

Apêndice B – Ocupações urbanas em Belo Horizonte a partir de 2000

Ocupação	Ano	Famílias	Movimentos envolvidos	Localização
Novo Lajedo	2002	3500	Brigadas Populares e Associação Comunitária	Região Izidora
Camilo Torres	2008	142	Fórum de Moradia do Barreiro	Barreiro
Dandara	2009	1200	Brigadas Populares e Pastoral da Terra	Céu Azul
Irmã Dorothy	2009	223	Fórum de Moradia do Barreiro	Barreiro
Zilah Spósito/Helena Greco	2011	130	Brigadas Populares, Pastoral da Terra, Mov. De Luta Por Moradia	Bairro Zilah Spósito
Vila Pomar do Cafezal	2012	120	Arquitetos Sem Fronteira e Brigadas Populares	Bairro Serra, Centro-Sul (Aglomerado da Serra)
Novo Paraíso	2012	350	Brigadas Populares e Pastoral da Terra	Bairro Palmeiras
Eliana Silva	2012	350	Mov. De Luta Nos Bairros	Barreiro
Rosa Leão	2013	1500	Mov. De Luta Nos Bairros, Brigadas Populares e Pastoral da Terra	Bairro Zilah Spósito/Izidora
Nelson Mandela	2013	310	Mov. De Luta Nos Bairros e Pastoral da Terra	Barreiro
Vila Esperança	2014	70	Frente Terra e Autonomia	Calafate
Terra Nossa	2014	235	Nenhum	Taquaril
Paulo Freire	2015	170	Mov. De Luta Nos Bairros	Barreiro

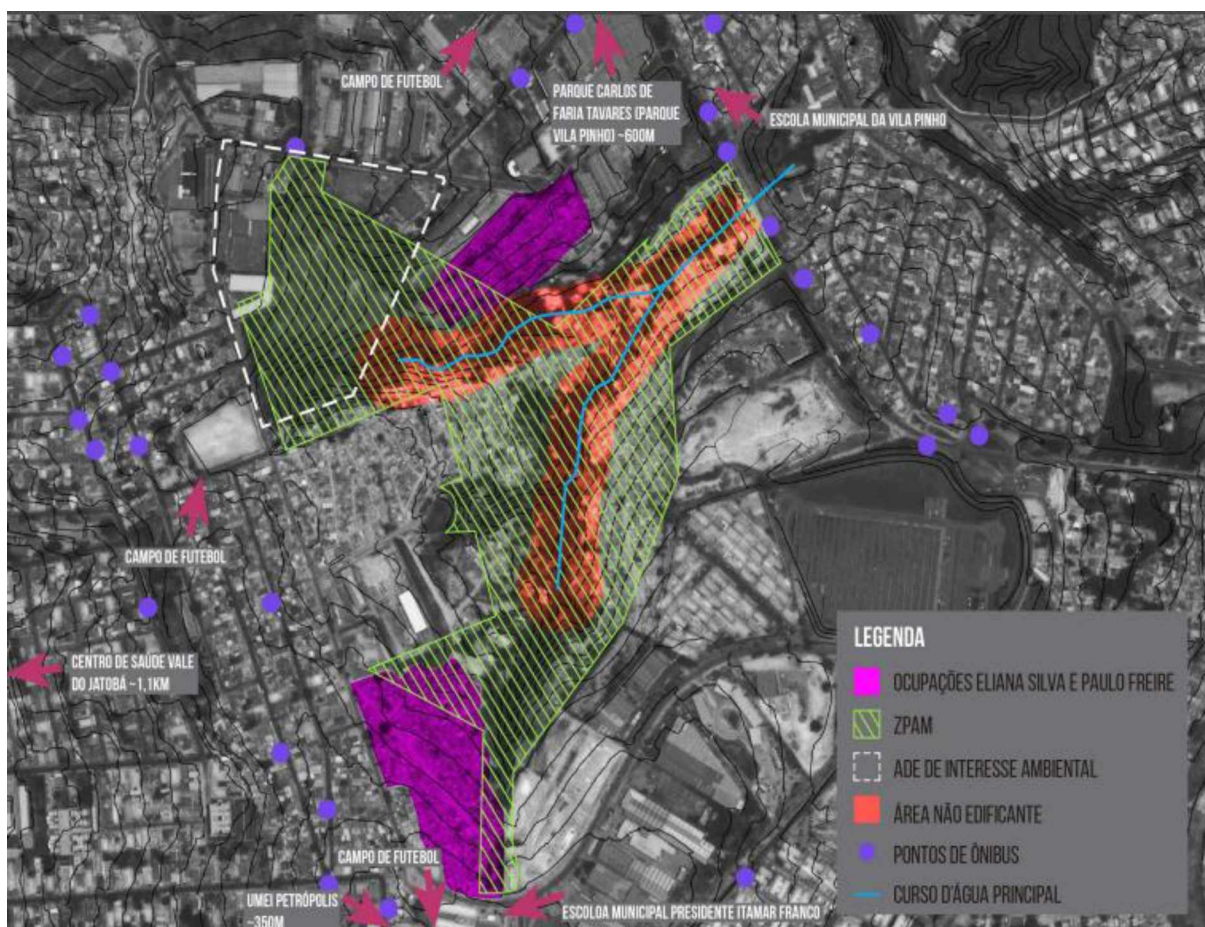
Fonte: MAIA; BRASIL, 2018. Elaboração própria.

Anexo A – Mapa de afluentes do Rio das Velhas em Belo Horizonte, Contagem e Sabará



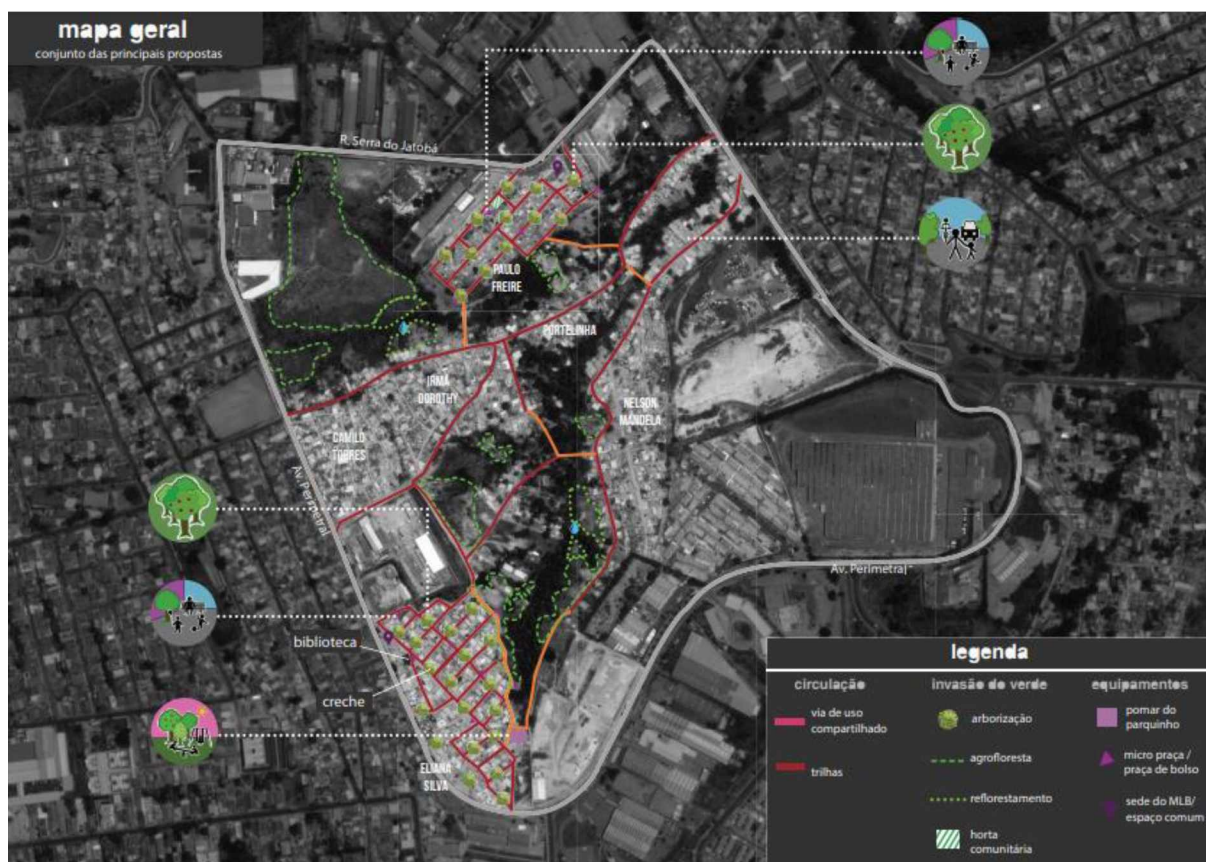
Fonte: Grupo Indisciplinar, 2017.

Anexo B – Mapa do Parque das Ocupações do Barreiro - 2017



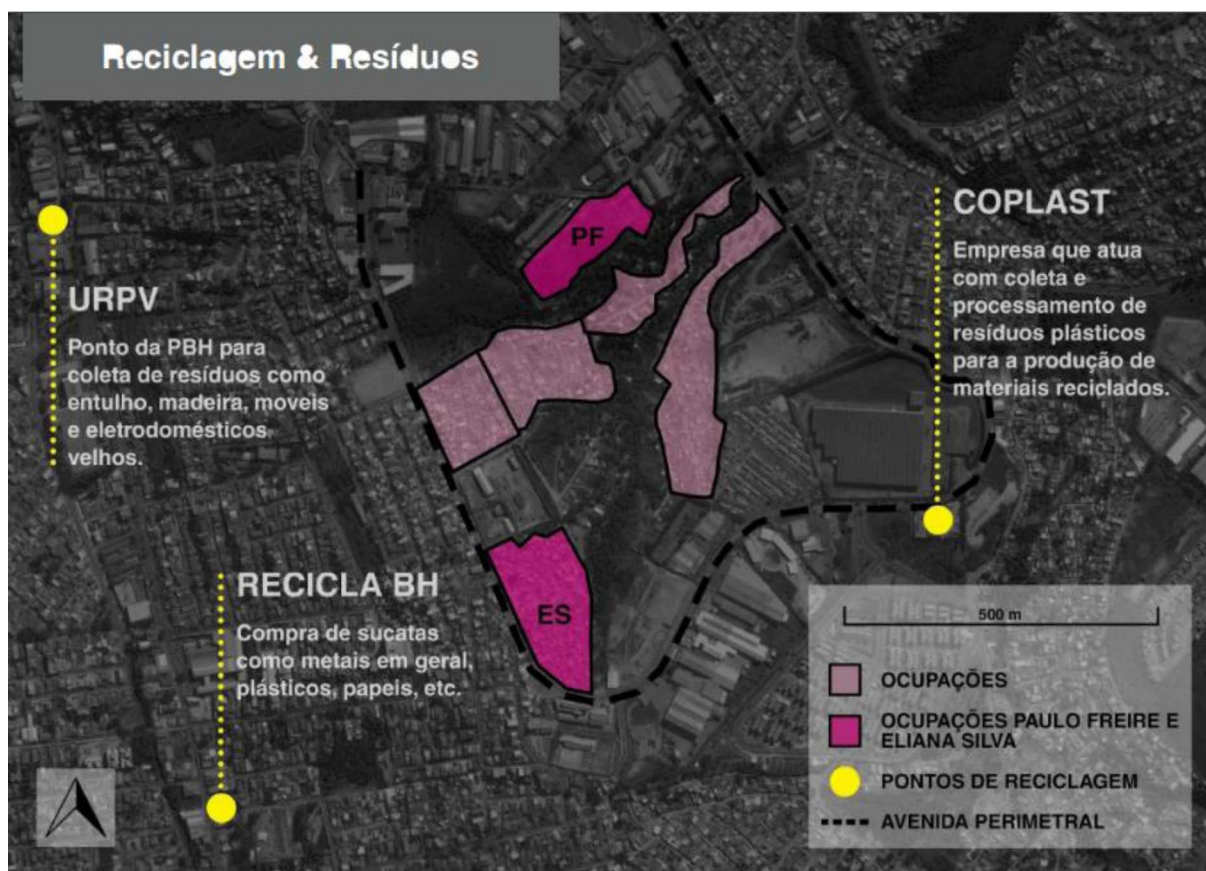
Fonte: Grupo Indisciplinar, 2017.

Anexo C – Principais propostas do Grupo Indisciplinar para o Parque das Ocupações do Barreiro - 2017



Fonte: Grupo Indisciplinar, 2017.

Anexo D – Mapa de reciclagem e coleta de resíduos próximos ao Parque das Ocupações do Barreiro



Fonte: Grupo Indisciplinar, 2017.

Anexo E - Mapeamento de hortas realizado pelo Grupo Indisciplinar para a ocupação
Eliana Silva – 2017



Fonte: Grupo Indisciplinar, 2017.

Anexo F - Mapeamento de hortas realizado pelo Grupo Indisciplinar para a ocupação Paulo Freire - 2017



Fonte: Grupo Indisciplinar, 2017.